

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Bianca Ferreira Romano

Uma aproximação entre a concepção de ser humano de B. F. Skinner e a de Simone de
Beauvoir

Mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento

São Paulo

2021

Bianca Ferreira Romano

Uma aproximação entre a concepção de ser humano de B. F. Skinner e a de Simone de
Beauvoir

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como
exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Psicologia Experimental: Análise do
Comportamento sob orientação da Professora
Doutora Paula Suzana Gioia.

São Paulo

2021

Banca examinadora

Agradecimentos

Meu nascimento me constituía como socialmente privilegiada e me garantia muito mais oportunidades do que as que teria uma filha de camponeses ou de operários.

Simone de Beauvoir

São meus muitos privilégios que me situam aqui hoje. Não teria me tornado a leitora assídua que sou desde a infância, não fosse vovó. Não teria podido ter a melhor educação e oportunidades de estudo possíveis, não fosse meu pai. E é, em primeiro lugar, aos dois que agradeço por esse mestrado e por todas as portas que sempre me abriram. Agradeço também a Samuel e Mayra por todo carinho, apoio e dedicação para que eu estivesse aqui hoje. À Catarina e Titia pelo mais puro amor de irmã, pelo acolhimento, pelo colo e pelos puxões de orelha. À mamãe por todo amor que me dedica e por toda a confiança que tem em mim, por ter feito de mim Bianca, por ser minha amiga e companheira nesses últimos anos.

Nessa trajetória que foi minha experiência vivida até hoje, além da minha família, contei com o acaso que me colocou no caminho o imenso privilégio de conhecer e de poder contar com o amor e o suporte incondicional daqueles que sempre me fizeram sentir tão amada e tão especial e que são parte do que eu me tornei e do que me torno a cada dia: Mary, Timellinho, Livia, Karina, Brenda, Zaque, Maria, Sarita, Babella e Sophisli.

E, por último, mas não mesmo importante, boa parte da minha trajetória como aluna e como a “aspirante à behaviorista radical” que me considero hoje eu devo às mais brilhantes professoras que conheci no PEXP e de quem tive o imenso privilégio de ser aluna: à querida Paula que foi a melhor orientadora e “mãe ítalo-paulistana” que eu poderia ter tido; à Nilza e à Maria do Carmo as quais tanto admiro. Foi e está sendo um privilégio ser aluna de vocês.

Mas minha história na pesquisa e na Análise do Comportamento começa ainda antes, na graduação. Foi professor Sibelius quem me inseriu nesse universo da pesquisa e da Fenomenologia e sou imensamente grata a ele por isso e por toda a atenção, suporte e paciência que teve comigo como orientador de TCC e de Iniciação Científica. Eu também não poderia me esquecer de Regiane, quem me apresentou a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical e fez daquela menina metida à psicanalista uma fervorosa amante da ciência, da Psicologia baseada em evidências e, principalmente, do pensamento skinneriano.

Cada um de vocês me trouxe pela mão onde hoje estou e é por fazerem parte da minha história que continuarão me levando para onde quer que eu vá. Não sou eu que os levo comigo, são vocês que me levam, uma vez que me tornaram o que sou e que farão parte de todas as novas versões futuras de mim, como num lego: cada peça que se acrescenta, compõe uma estrutura em formação. Como bem dizia Beauvoir, eu sou hoje aquilo que me tornei a partir da minha história e da alteridade. E acrescento: nada do que conquistei cabe a mim, mas, sim, aos imensos privilégios com que contei: os dados acidentais de meu nascimento, como a classe social privilegiada, a cor da minha pele, o nome e a história da minha família, nossa condição financeira, dentre outros tantos. Cada detalhe contribuiu para que as portas se abrissem mais facilmente para mim e foi tudo realmente muito fácil. Não enfrentei qualquer obstáculo para me formar, nunca tive que trabalhar, minha família me proporcionou imenso conforto e

tranquilidade para estudar e aproveitar minha juventude. Nunca tive que me preocupar com nada e a mim foi entregue tudo. Com efeito, por mais trabalhoso e estressante que tenha sido fazer esse mestrado, foi tudo muito, mas muito fácil para mim e essa não é, de longe, a realidade da maior parte dos brasileiros. É por essa razão que esses agradecimentos não são apenas fundamentais aqui, eles demarcam o peso da minha história sobre tudo que apresento neste trabalho e sobre tudo que pude e fui capaz de fazer até aqui.

*Segui o caminho imperiosamente
indicado por meu passado.*

Simone de Beauvoir

RESUMO

O objetivo na presente pesquisa é realizar uma aproximação entre a concepção de ser humano de B.F Skinner e a de Simone de Beauvoir. Para alcançá-lo, pretendemos desenvolver nossa discussão a partir da noção beauvoiriana de ambiguidade, que expressa a característica fundamental do ser humano para a autora e o ponto nevrálgico de seu pensamento: a preocupação em como articular uma possível agência individual com as limitações das estruturas sociais. Para tanto, em primeiro lugar, traçamos um breve panorama do desenvolvimento e das bases teórico-filosóficas de Beauvoir e de Skinner. Para orientar nossa discussão de definição de ser humano para os fins dessa pesquisa, tomamos como dimensões de análise noções e conceitos presentes no pensamento de Beauvoir que expressam a noção de ambiguidade como característica fundamental da concepção beauvoiriana de ser humano: a noção subjetividade e os conceitos que nela se enquadram (consciência, corporificação, intersubjetividade e liberdade), o conceito de situação, de facticidade e as noções de historicidade e probabilidade; e noções e conceitos skinnerianos que expressam de forma mais evidente a concepção de ser humano do autor: modelo de seleção por consequências (seus três níveis e respectivos produtos: organismo, pessoa e self), comportamento social, comportamento verbal e eventos privados, além do conceito de ambiente e das noções de historicidade e probabilidade.

Palavras-chave: B.F. Skinner; Behaviorismo Radical; Simone de Beauvoir; Existencialismo; concepção de homem; ambiguidade; subjetividade; controle; liberdade; seleção por consequências; probabilismo; historicidade.

ABSTRACT

The objective of this research is to make an approximation between the conception of human being by BF Skinner and Simone de Beauvoir. To achieve this goal, we intend to develop our argument based on the Beauvoirian notion of ambiguity, which expresses the fundamental characteristic of the human being for the philosopher and the crucial point of her thought: the concern with how to articulate a possible individual agency with the limitations of structures social. To do so, first, we draw a brief overview of the development and theoretical-philosophical foundations of Beauvoir and Skinner. To guide our discussion of the definition of human being for the purposes of this research, we took as dimensions of analysis notions and concepts present in Beauvoir's thought that express the notion of ambiguity as a fundamental characteristic of the Beauvoirian conception of human being: the notion of subjectivity and concepts which fit into it (consciousness, embodiment, intersubjectivity and freedom), the concept of situation, facticity and the notions of historicity and probability; and Skinnerian notions and concepts that more clearly express the author's conception of the human being: Selection by Consequences (its three levels and respective products: organism, person and self), social behavior, verbal behavior and private events, in addition to concept of environment and the notions of historicity and probability.

Keywords: B.F. Skinner; Radical Behaviorism; Simone de Beauvoir; Existentialism; conception of man; ambiguity; subjectivity; control; freedom; selection by consequences; probability; historicity.

Ao Vovô

Sumário

Introdução.....	1
<i>Determinismo, Indeterminismo e Probabilidade.....</i>	<i>4</i>
<i>O que é o ser humano?</i>	<i>7</i>
<i>Justificativa para o diálogo</i>	<i>7</i>
Método	11
<i>Organização capitular e seleção de fontes.....</i>	<i>12</i>
<i>Procedimento</i>	<i>14</i>
CAPÍTULO 1 – Bases teórico-filosóficas e possíveis obstáculos para uma aproximação....	16
1.1 – Simone de Beauvoir	17
1.1.1 – O Existencialismo e as bases teórico-filosóficas do pensamento beauvoiriano	17
1.1.2 – O desenvolvimento do pensamento beauvoiriano e suas transformações	23
1.2 – B. F. Skinner.....	27
1.2.1 – O Behaviorismo e as bases teórico-filosóficas do pensamento skinneriano.....	27
1.2.2 – O desenvolvimento do pensamento skinneriano e suas transformações	31
CAPÍTULO 2 – Noções e conceitos beauvoirianos	36
2.1 – Subjetividade	36
2.1.1 – Corporificação.....	37
2.1.2 – Intersubjetividade.....	42
2.2 – Liberdade.....	45
2.3 – Situação.....	53

2.4 – Probabilidade e Historicidade	60
CAPÍTULO 3 – Noções e conceitos skinnerianos	66
3.1 – Modelo seleção por consequências	67
3.1.1 – Nível filogenético.....	69
3.1.2 – Nível ontogenético	71
3.1.3 – Nível cultural	74
3.2 – Subjetividade	77
CAPÍTULO 4 – A ambiguidade como característica fundamental do ser humano	82
4.1 – A constituição da subjetividade humana como ambiguidade.....	84
4.1.1 – Corporificação.....	85
4.1.2 – Intersubjetividade.....	88
4.1.3 – Considerações finais	92
4.2 – O ser humano: controlado e controlador.....	97
4.2.1 – Historicidade e Probabilidade	98
4.2.2 – Controle e Liberdade.....	103
4.2.3 – Considerações finais	112
Referências Bibliográficas.....	117

A Filosofia é constituída pela história das ideias, da cultura. Carrega a indelével marca do tempo. E, como tudo que é puramente humano, é plural e intersubjetiva. Não há conhecimento que se construa para além de seu tempo e de sua comunidade, e não há filosofia que não seja inerentemente uma prática dialógica em que convergem diversas tradições que expressem a tentativa humana de compreender o mundo e a si mesmo (Abib, 2009). Diante da pluralidade de compromissos e abordagens filosóficas para se compreender um mesmo fenômeno, buscar um diálogo ou uma articulação entre duas ou mais dessas propostas pode se apresentar como uma alternativa não só viável como útil na medida em que novos caminhos e novas formas de compreensão podem ser abertas quando cada uma das partes tem muito a contribuir com a outra. Tentar afirmar que esta ou aquela é a proposta verdadeira pode nos levar a caminhos fechados e cegos para possibilidades dialógicas bem mais produtivas (Pompermaier, 2017).

O Behaviorismo Radical, filosofia científica formulada por B.F. Skinner em meados da década 1940, refere-se a uma proposta em Psicologia que visa identificar as causas do comportamento humano, “mais precisamente uma corrente da filosofia da ciência que estuda a psicologia enquanto área do saber científico” (Sério, 2001a, p.164), voltando-se para as dimensões do objeto de estudo da Psicologia e para os métodos por ela empregados. A ciência a que essa filosofia orienta, Análise do Comportamento, começa a ser formulada por Skinner no início dos anos de 1930 e, ainda que sua proposta tenha sofrido diversas transformações ao longo do tempo até a última publicação do autor em 1990, ali ele já começava a expor as principais ideias que caracterizam aquilo que entendemos hoje por Behaviorismo Radical (Cruz & Cillo, 2008; Micheletto, 2001a; Sério, 2001a; 2005).

Uma vez que se constitui como parte da mesma comunidade verbal que as demais filosofias do século XX, acreditamos que a proposta filosófica skinneriana, como as demais,

merece espaço no debate filosófico e intelectual. Não à toa, articulações e discussões entre o Behaviorismo Radical e outras tradições e abordagens filosóficas vêm sendo exploradas há certo tempo (Fallon, 1992; Hidalgo, 2017; Kvale, S. & Grenness, C. E., 1967; Marino, 2008; Morf, 1998). Todas elas, acreditamos, mostraram-se promissoras tanto para a compreensão da própria obra skinneriana, quanto no aprofundamento e na expansão de discussões iniciadas pelo autor de relevância filosófica e social para os dias de hoje.

Ao tratar da aproximação entre o Behaviorismo Radical e o Existencialismo, Fallon (1992) destaca o valor que esse diálogo pode apresentar, por exemplo, para o ensino de audiências leigas sobre as virtudes e realizações do pensamento skinneriano. Além disso, o diálogo pode ainda se apresentar como um interessante canal para dissipar preconceitos e interpretações equivocadas acerca dessa abordagem, além de tirar o Behaviorismo Radical do isolamento do debate em que normalmente se encontra tanto dentro da Psicologia, quanto da Filosofia. Como o autor argumenta, o Existencialismo é, para muitos intelectuais, se não muito popular, um tópico de conversa ao menos convencional ou aceitável. Por outro lado, são aqueles que aderem a essa abordagem, fortes defensores da liberdade existencial, que facilmente recusariam ou seriam avessos a qualquer menção a Skinner ou a sua proposta filosófica e científica. Sendo assim, o autor destaca que, ao apresentar as compatibilidades presentes entre as duas abordagens, podemos ganhar a atenção de uma audiência inicialmente hostil e, assim, ter espaço para apresentar as contribuições de Skinner e da filosofia behaviorista radical para a compreensão do ser humano e do mundo. Vale deixar claro que realizar tal aproximação não implica alegar que Skinner fosse um existencialista, e isso Fallon destaca. Aproximar não é o mesmo que reduzir ou anular, mas agregar e ampliar.

Neste trabalho, pretendemos explorar a possibilidade de aproximação entre o pensamento filosófico de B.F. Skinner e de Simone de Beauvoir, um dos maiores nomes da intelectualidade e filosofia do século XX e uma das principais referências do movimento feminista. Seu *magnum opus*, *O Segundo Sexo* (1949), tem relevância filosófica, política e social que já ultrapassa mais de meio século e é até hoje uma das bases para estudos de gênero e sobre a Mulher como categoria social (Candiani, 2018; Kirkpatrick, 2020; Sánchez, 2016). E é justamente pelo papel de destaque que Beauvoir representa na cultura e na tradição filosófica e intelectual que acreditamos que a articulação entre o pensamento dela com o de Skinner possa ter as mesmas vantagens que Fallon sugere sobre esse mesmo tipo de empreitada com relação ao Existencialismo, até mesmo maiores, dado o enorme destaque que a autora tem alcançado nos debates políticos e filosóficos atuais. Seu nome hoje carrega talvez um peso bem maior do que chegou a alcançar nas décadas anteriores, principalmente pelo crescente interesse por reflexões acerca de questões identitárias e da opressão de grupos minoritários. No entanto, não é só por seu nome e sua persona que julgamos válida essa articulação: nossa hipótese central aqui é que o pensamento dos dois tem muito mais pontos consonantes do que dissonantes.

Com efeito, nosso objetivo na presente pesquisa é *realizar uma aproximação entre a concepção de ser humano de B.F Skinner e a de Simone de Beauvoir*. Para alcançá-lo, pretendemos desenvolver nossa discussão a partir da noção beauvoiriana de *ambiguidade*, que expressa a característica fundamental do ser humano para a autora e o ponto nevrálgico de seu pensamento: a preocupação em como articular uma possível agência individual com as limitações das estruturas sociais. Permitindo a autora romper com concepções dualistas e essencialistas, a noção de ambiguidade implica compreender o indivíduo como um corpo, *objeto* submetido a forças anônimas da natureza e *sujeito*, consciência que experiencia essas forças e

lhes dá significado. Implica ainda compreender as ações humanas como, ao mesmo tempo, *condicionadas* e *livres*. Tendo como característica fundamental a ambiguidade, a concepção de ser humano beauvoiriana dirige-nos, portanto, a olhar para além da ação individual, para toda a estrutura natural, cultural e histórica que envolve essa ação, e a reconhecer o peso das estruturas sociais na constituição da subjetividade, sem, com isso, reduzir o eu a um mero efeito do meio (Bergoffen, 2009; Candiani, 2018; Daigle, 2006; 2009; Kruks, 1987; 1992; 2005).

Determinismo, Indeterminismo e Probabilidade

Ao “descrever a existência humana como uma síntese de liberdade e constrição, de consciência e materialidade” (Kruks, 1992, p.103), a noção beauvoiriana de ambiguidade suscita um ponto central para os objetivos da presente pesquisa: a questão *determinismo* v. *indeterminismo*. Compreendemos que a ambiguidade, a partir do final da década de 1940, expressa a posição intermediária entre os dois pressupostos assumida por Beauvoir: reconhecendo o ser humano como ambíguo em múltiplos aspectos, ela pode, a um só tempo, articular indeterminismo e determinismo (sem necessariamente se comprometer com nenhum deles) que, em sua obra madura, poderíamos dizer, é expresso na admissão da noção de *probabilidade* em suas explicações sobre como o indivíduo humano se comporta e constitui sua subjetividade.

Com relação ao pensamento skinneriano, esse assunto resulta em interpretações conflitantes. Em diversos momentos, tanto em sua obra, quanto em declarações públicas, Skinner sugeriu compreender que a mera possibilidade de uma ciência do comportamento se basearia na noção de determinação ambiental – o que, conforme Laurenti (2008), não se trataria “de um compromisso tácito, mas declarado” (p.171) pelo autor. A despeito disso, enquadrar o

pensamento skinneriano dentro do escopo do determinismo ou do indeterminismo é uma questão que apresenta divergências entre os estudiosos da obra do autor. Enquanto alguns autores preferem falar em *determinismo probabilístico* ao tratar de uma posição de gradação entre *determinismo mecanicista* ou *absoluto* e *indeterminismo*, a partir da noção de *probabilidade* (Cruz & Cillo, 2008; Tourinho, 2001), outros compreendem que a própria inserção da probabilidade no sistema explicativo skinneriano já apontaria para uma possível filiação do autor ao indeterminismo (Laurenti, 2008; 2009a; 2009b).

A fim de reduzir o escopo de discussão deste trabalho, tivemos de optar por uma das posições citadas acima. Mesmo que julguemos válido o viés apresentado por Laurenti (2008; 2009a; 2009b), aqui vamos assumir a diferença e as gradações, conforme proposto por Cruz e Cillo (2008) e Tourinho (2011), e adotar o termo *determinismo probabilístico* quando nos referirmos a um modelo explicativo que implique a concepção de que o ambiente ou a situação atua sobre o indivíduo de maneira a alterar a *probabilidade* de que ele se comporte de determinada maneira. Na mesma direção, vamos assumir o termo *determinismo rígido* ou *absoluto* quando nos referirmos ao modelo causal ligado à noção de *causa-efeito*, das relações de necessidade, oriundo da tradição mecanicista. Quanto a *indeterminismo*, assumiremos o termo quando fizermos referência à *liberdade absoluta* ou à noção de sujeito autônomo.

Adotaremos, assim, a posição de Micheletto (2001a; 2001b; 2001c; 2001d; 2016) de assumir e reafirmar o determinismo como pressuposto fundamental na obra de Skinner. Conforme a autora, mesmo que o pensamento de Skinner tenha sofrido diversas transformações ao longo do tempo (descritas brevemente no decorrer deste trabalho), é possível identificarmos algumas marcas que se mantêm como o estabelecimento do comportamento como objeto de estudo, a pretensão de realizar uma análise científica dele a partir da metodologia das ciências

naturais e o pressuposto de determinação do comportamento pelo ambiente. Entretanto, como aponta a comentadora, vemos também que os significados dessas marcas e dos conceitos nelas envolvidos sofrem, por sua vez, sensíveis transformações no decorrer da produção do autor à medida que ele vai ampliando sua noção de comportamento de maneira a abarcar dimensões cada vez mais complexas do fazer humano. Isso se dá principalmente a partir da formulação do conceito de *operante* que redefine não só a noção de comportamento, mas a de ambiente e das relações que ele estabelece com o organismo (Micheletto, 2001a; 2001c).

Do mesmo modo que nossa escolha levou em conta as próprias declarações do autor com relação a sua posição nesse dilema, também levaremos as de Beauvoir: mesmo que nossas articulações e nossos diálogos promovam eventualmente a discussão da possibilidade de suas explicações para o comportamento humano estarem em consonância com aquilo que admitimos aqui como determinismo probabilístico, não pretendemos atribuir a ela nenhum rótulo que ela mesma tenha negado. Contudo, como iremos discutir no decorrer deste trabalho, supomos, com base no que expõe Kruks (2009), que a posição da filósofa, completamente avessa a qualquer forma de determinismo, decorra principalmente do fato dela provavelmente compreender como determinismo apenas aquele das relações de necessidade proveniente da tradição mecanicista, que aqui chamamos de determinismo absoluto. Contrário a isso, somente indeterminismo. Uma posição que, talvez, estaria mais próxima daquela adotada por Laurenti (2008; 2009a; 2009b).

A *probabilidade* assume, portanto, papel central nas transformações no pensamento de Skinner e de Beauvoir e, conforme pretendemos discutir aqui, é o ponto de partida que nos permitirá discutir possibilidades de aproximações entre eles. Compreendemos que, se num primeiro momento – orientados pelo pressuposto de determinação mecanicista, no caso dele e de liberdade absoluta, no caso dela – é possível afirmar que as posições adotadas por Skinner e por

Beauvoir quanto à concepção de ser humano divergem significativamente, suas propostas maduras acabam por aproximá-los, na medida em que ambos assumem uma “posição intermediária” expressa pela noção de probabilidade. Serão especialmente nessas propostas maduras de cada um dos autores que nos basearemos para nossas análises e discussão sobre a possibilidade de aproximação entre a concepção de ser humano de Skinner e a de Beauvoir.

O que é o ser humano?

Falar em concepção de ser humano é algo que tende a nos levar a falácias de abstrações dada a multiplicidade de sentidos que isso carrega. São várias as concepções de homem e vários os elementos e características que podem ser inclusos em cada uma delas. Na presente pesquisa, para orientar nossa discussão, tomaremos como dimensões de análise noções e conceitos presentes no pensamento de Beauvoir que expressam a noção de ambiguidade como característica fundamental da concepção beauvoiriana de ser humano: a noção *subjetividade* e os conceitos que nela se enquadram (*consciência, corporificação, intersubjetividade e liberdade*), o conceito de *situação*, de *facticidade* e as noções de *historicidade* e *probabilidade*; e noções e conceitos skinnerianos que expressam de forma mais evidente a concepção de ser humano do autor: *modelo de seleção por consequências* (seus três níveis e respectivos produtos: *organismo, pessoa* e *self*), *comportamento social, comportamento verbal* e *eventos privados*, além do conceito de *ambiente* e das noções de *historicidade* e *probabilidade*.

Justificativa para o diálogo

Vale destacarmos que não pretendemos aqui reduzir o pensamento de um ao do outro, tampouco ignorar suas diferenças. Ambos possuem, no conjunto de suas obras, valorosas

reflexões que podem se bastar em si mesmas. Apesar disso, acreditamos que o diálogo não deva ser encarado como algo que vá deturpar ou contaminar essas reflexões; ao contrário, pode hoje nos servir de ferramenta de apoio para novas descobertas e novas explicações para os fenômenos a que ambos se dedicaram a compreender, além de aprofundar aspectos ainda pouco explorados em suas propostas.

No caso de Beauvoir, a partir dos anos de 1990, a publicação na França de um conjunto de textos inéditos da autora promove um sensível crescimento do interesse acadêmico por seu trabalho na área de Filosofia e Ciências Humanas em geral, e novas investigações teóricas acerca da obra beauvoiriana são iniciadas. Essas investigações centram seus esforços especialmente nos métodos empregados por Beauvoir e nas relações entre seu pensamento e o de autores como Marx, Hegel, Husserl e Merleau-Ponty, além de destacarem sua autonomia em relação à filosofia de Sartre e a maneira como ela modificou e modelou os conceitos existencialistas a sua própria maneira. Ademais, visam destacar a importância do pensamento da autora nos âmbitos científico, político e literário, frisando sua relevância para os debates feministas contemporâneos (Candiani, 2018).

Tais estudos, ainda que marcadamente filosóficos, têm especial relevância para a compreensão do pensamento beauvoiriano no campo das ciências humanas em geral porque revelam a complexidade das ideias beauvoirianas, definem as bases de sua autonomia intelectual em relação aos demais pensadores existencialistas, discutem em detalhes alguns equívocos na interpretação inicial de seus conceitos, destacam algumas limitações de sua teoria e estabelecem os pontos de contato e confluência de seu pensamento com outras disciplinas. (p.15)

Essa interlocução entre o pensamento de Beauvoir e outras áreas pode ser justificada pela própria amplitude e multiplicidade de interesses, vieses e formatos de análises que ela explorou ao longo de sua produção. Sobre isso, Candiani (2018) ainda comenta:

Devido à diversidade dos gêneros de escrita explorados pela filósofa, dos temas abordados e das áreas de conhecimento implicadas em seu pensamento, a escolha por analisar sua produção intelectual exige a interlocução com outras disciplinas. *O Segundo Sexo* e *A Velhice*, por exemplo, são trabalhos lidos, comentados e apropriados por diversas áreas do conhecimento, da filosofia à literatura, da gerontologia ao serviço social, da enfermagem ao estudo do design e das novas tecnologias. (p.25)

Acreditamos, portanto, que explorar as possíveis aproximações entre o pensamento de Beauvoir com o de Skinner seja não só algo que poderá trazer contribuições no âmbito da compreensão de seus conceitos e propostas – além de abrir caminhos para que novos aspectos de seu pensamento sejam possivelmente conhecidos e explorados –, como também faz parte da própria proposta de filosofia dialógica e heterodoxa da autora.

Dentro da abordagem behaviorista radical, alguns autores já abraçaram essa empreitada de realizar articulações semelhantes entre essa filosofia científica e a abordagem existencial-fenomenológica. De maneira semelhante ao que nos propomos a fazer aqui, em 2017 Pompermaier já adiantava a tentativa de incorporação do conceito de ambiguidade e do indeterminismo no pensamento de Skinner como aspectos que viriam a constituir o fenômeno comportamental. Nesse trabalho, o autor buscou analisar o conceito de comportamento para

Skinner e Merleau-Ponty e discutir os diferentes compromissos filosóficos dos autores a fim de investigar possíveis aproximações e distanciamentos entre os pensamentos de ambos. O autor traz ainda em seu trabalho outros exemplos de pesquisas com o intuito de realizar essa aproximação ou ao menos de defendê-la como útil e viável. Em dado momento, ele comenta sobre o trabalho de Kvale e Grenness apontando que os autores enfatizaram

a proximidade e fecundidade de um diálogo entre as proposições metapsicológicas das obras de Skinner, Sartre e Merleau-Ponty. Isso porque parece existir importantes afinidades entre as propostas desses autores, como a) a relação entre a compreensão do operante e a noção de direcionalidade e ação no mundo, b) as críticas ao subjetivismo e ao mentalismo, bem como o decorrente c) questionamento e propostas de superação do dualismo instaurado pela tradição mentalista na psicologia. (p.5-6)

Conquanto a maior parte dos trabalhos que objetivem uma aproximação entre o pensamento de Skinner com o de autores da abordagem existencial-fenomenológica foquem principalmente em Sartre e Merleau-Ponty, Laurenti e Silva, em 2016, tomaram Beauvoir como contraparte ao buscarem analisar

como a concepção antiessencialista e complexa de ser humano presente no modelo de seleção pelas consequências de B. F. Skinner é consistente com uma das principais teses do movimento feminista, a distinção entre sexo e gênero, que ganhou sistematização e projeção na obra de Simone de Beauvoir”. (p. 197)

O trabalho de Silva e Laurenti (2016), ao investigar compatibilidades e articulações possíveis entre alguns aspectos e pressupostos do pensamento de Skinner e de Beauvoir, fornece elementos norteadores para as hipóteses que buscamos investigar nesta pesquisa: a) como fundamentalmente antiessencialistas e multidimensionais, as concepções de homem adotadas por cada um dos dois autores são compatíveis e b) a articulação entre suas propostas não é apenas possível, como pode também ser valiosa para o Behaviorismo Radical.

Método

Conforme exposto na seção de introdução, o objetivo na presente pesquisa foi *realizar uma aproximação entre as concepções de ser humano de B.F Skinner e de Simone de Beauvoir*. Para isso desenvolvemos nossa discussão a partir da noção beauvoiriana de *ambiguidade*. Com efeito, pretendemos apresentar aqui a) uma interpretação dos conceitos e pressupostos beauvoirianos que expressem a noção de ambiguidade, b) uma interpretação dos conceitos e pressupostos skinnerianos que nos permitam compreender a concepção de ser humano do autor e c) uma discussão sobre uma possibilidade de aproximação entre as propostas dos dois autores.

Com base na possibilidade metodológica apresentada por Pompermaier (2017) de realização de pesquisa teórico-conceitual, tomaremos primordialmente os textos de Simone de Beauvoir e de estudiosas da obra da filósofa como *pré-texto* para a leitura e interpretação dos textos de B. F. Skinner e de estudiosos da obra do psicólogo com a finalidade de discutir como a noção de ambiguidade em que se funda a concepção de ser humano beauvoiriana encontra ecos na concepção de ser humano skinneriana.

A leitura e referência a outro(s) autor(es) funcionaria, dessa forma, não como fonte de comparação ou tentativa de redução de uma obra a outra, mas como provocação para busca de aspectos possivelmente novos ou pouco explorados e aprofundados na obra do autor principal. (Pompermaier, 2017, p. 5)

Uma vez que não é possível alcançarmos os sentidos dados pelos autores em seus textos, podemos compreender suas propostas “como uma trama aberta capaz de suportar diferentes interpretações” (Laurenti, 2009a, p.180). Diante disso, pretendemos aqui apresentar *uma* interpretação, *uma* possibilidade de abertura de diálogo entre os dois autores a partir de *uma* via, sem qualquer intenção de esgotar o assunto, a partir de uma leitura situada, que implicaria o “distanciamento” das ideias originais dos autores para uma reinterpretação de suas propostas sob o prisma da historicidade do leitor. Em uma linguagem beauvoiriana, os elementos de nossa situação atuam não só sobre a nossa interpretação dos pensamentos dos autores, como sobre a própria escolha por eles, sobre a escolha do tema, do recorte e da configuração do texto.

Organização capitular e seleção de fontes

O presente trabalho foi organizado em quatro capítulos. No Capítulo 1, com a finalidade de apontar questões que obscurecem a compreensão do pensamento dos dois autores e podem dificultar propostas de aproximação, traçamos um breve panorama do desenvolvimento e das bases teórico-filosóficas de Beauvoir com base em textos de estudiosas da obra da autora (Bakevell, 2016; Candiani, 2018; Daigle & Golomb, 2009; Heinemaa, 2006; Kail, 2009; Kirkpatrick, 2020; Kruks, 1987; 1992; 2009; Reynolds, 2014; Sánchez, 2016; Santos, 2012) e de Skinner, com base em textos de estudiosos da obra do autor (Abib, 2009; Andery, 2001; Andery

& Sérgio, 2010; Cruz & Cillo, 2008; Dittrich, 2004; 2005; Laurenti & Lopes, 2016; Matos, 2001; Micheletto, 2001a; 2001b; 2001c; 2001d; 2016; Neno, Neto & Tourinho, 2004; Sérgio, 2005; Tourinho, 2011).

No Capítulo 2, com base em textos de estudiosas da obra de Beauvoir (Bergoffen, 2009; Candiani, 2018; Daigle, 2006; 2009; 2012; Daigle & Golomb, 2009; Daigle & Landdry, 2013; Kail, 2009; Kruks, 1987; 1992; 2005; 2009; Reynolds, 2014; Sánchez, 2016), trataremos de algumas noções e conceitos presentes no pensamento da autora que expressam a noção de ambiguidade como característica fundamental da concepção beauvoiriana de ser humano. Trataremos, assim, da noção *subjetividade* a partir dos conceitos de *consciência*, *corporificação*, *intersubjetividade* e *liberdade*. Com relação a esse último, serão abordados também conceitos que dele emergem: *transcendência*, *imanência* e *projeto*. Tratar dos conceitos derivados do conceito de liberdade foi uma escolha metodológica que levou em conta a relevância que a elucidação desses conceitos apresenta para discutirmos uma possível interpretação que resultaria em compreender liberdade como uma noção específica dentro do pensamento beauvoiriano, que se distinguiria daquela concebida por Skinner como sinônimo de sujeito autônomo ou absoluto. Por fim, pretendemos apresentar uma análise do conceito de *situação*, de *facticidade* e das noções de *historicidade* e *probabilidade* no pensamento beauvoiriano.

Já no Capítulo 3, com base em trabalhos de estudiosos da obra de Skinner (Andery, 1990; 2001; Andery & Sérgio, 2001; Andery & Sérgio, 2006; Andery & Sérgio, 2010; Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Cruz & Cillo, 2008; Dittrich, 2004; 2005; Laurenti & Lopes, 2016; Matos, 2001; Micheletto, 2001a; 2001b; 2001c; 2001d; 2016; Moore, 2017; Neno, Neto & Tourinho, 2004; Sérgio, 2001a; 2001b; 2005; Tourinho, 2001a; 2001b; 2011), trataremos dos conceitos do autor que nos permitem compreender sua concepção de ser humano. São eles: *modelo de seleção por*

consequências (seus três níveis e respectivos produtos: *organismo*, *pessoa* e *self*), *comportamento social*, *comportamento verbal* e *eventos privados*. Além disso, pretendemos tratar do conceito de *ambiente* e das noções de *historicidade* e *probabilidade* implicadas na concepção skinneriana de ser humano.

Por fim, no Capítulo 4, discutiremos a possibilidade de aproximação entre a concepção de ser humano de Beauvoir e a de Skinner a partir de uma análise e interpretação dos conceitos e noções beauvoirianos e skinnerianos apresentados nos capítulos 2 e 3 respectivamente. Nosso fio condutor aqui será a hipótese de que *a noção de ambiguidade em que se funda a concepção de ser humano de Simone de Beauvoir encontra ecos na concepção de ser humano de B. F. Skinner*.

Procedimento

Podemos dizer que a presente pesquisa teve início na adolescência da pesquisadora, quando realizou suas primeiras incursões pela obra beauvoiriana. Diante disso, o pensamento de Beauvoir serviu como uma espécie de “pré-texto” para a leitura e interpretação dos textos lidos sobre Skinner durante a graduação da pesquisadora, resultando nos primeiros lampejos de ideias sobre possíveis aproximações entre as propostas dos autores. Com efeito, o desenvolvimento de nossa pesquisa se deu de maneira um tanto complexa e assistemática. A partir dessas leituras prévias da pesquisadora, outras fontes foram sendo encontradas e outras leituras foram sendo realizadas nesse período e, com base nas seções de referências desses textos, outros tantos foram selecionados para orientar nossas análises e discussões.

Em média 160 textos foram lidos. Todos eles passaram por uma triagem que levava em conta a relevância para o objetivo dessa pesquisa das informações que traziam. Foram selecionados, portanto, trabalhos que versavam sobre as dimensões de análise descritas em cada

um de nossos capítulos descritos na seção de organização capitular e seleção de fontes. Desses textos foram destacados trechos correspondentes a essas dimensões. Para cada texto, um arquivo no programa Word foi criado: os trechos foram copiados dos textos para os arquivos correspondentes. Cada trecho foi nomeado de acordo com a dimensão de análise correspondente ao seu conteúdo. Em seguida, a partir desses trechos e com base nas dimensões de análise mencionadas, foram escritos parágrafos avulsos que, depois, organizados, constituíram nosso texto final.

CAPÍTULO 1 – Bases teórico-filosóficas e possíveis obstáculos para uma aproximação

Antes de tratarmos de algumas noções e conceitos de Skinner e de Beauvoir que são relevantes dentro do escopo da nossa pesquisa, precisam ser esclarecidas algumas questões que obscurecem a compreensão do pensamento dos dois autores e podem dificultar propostas de aproximação entre eles. Para isso, traçamos um breve panorama do desenvolvimento e das bases teórico-filosóficas de cada um deles que apresentam relação com as nossas preocupações aqui.

A primeira questão que pode obscurecer a compreensão a respeito das propostas de Beauvoir e de Skinner e dificultar aproximações entre elas está relacionada aos movimentos filosóficos a que cada um dos autores é normalmente associado. Com relação a este ponto, argumentamos que tanto o *Existencialismo*, quanto o *Behaviorismo*, apesar de carregarem as marcas das propostas de seus ícones de referência, são movimentos plurais. Mesmo que apresentem basicamente as mesmas preocupações filosóficas e científicas (no caso do Behaviorismo), cada um dos autores que neles se enquadram apresentam visões de ser humano e de mundo particulares, além de terem maneiras específicas de formular e compreender um mesmo conceito ou fenômeno, estando, muitas vezes, em desacordo entre si. No entanto, é um erro bastante comum tomar os dois movimentos como monolíticos e limitá-los às propostas de seus principais nomes. Em razão disso, as propostas de Skinner tendem a ser frequentemente confundidas com as de Watson; e as de Beauvoir, com as de Sartre.

Baseando-se nessa confusão, seria mesmo uma proposta descabida buscar qualquer aproximação entre os dois autores. Aliás, os próprios teriam cometido o erro da generalização ao tratar da “abordagem um do outro”. Beauvoir, no prefácio de *O Segundo Sexo* (1949), menciona

com desdém aquilo que chama de “psicologia experimental”. Já no segundo volume de sua autobiografia, *A Força da Idade* (1960), relata brevemente uma conversa em que se opusera agressivamente às defesas e aos elogios de seu interlocutor a Watson e ao Behaviorismo. Skinner (1971), por seu turno, manifestou sua oposição àquilo que chamou de “literaturas da liberdade” e, dada a relevância da temática para a filosofia existencialista, poderíamos considerá-la um exemplo daquilo que o autor criticava. Já em *Are we free to have a future?* (1973), ao falar da diferença entre o Behaviorismo Radical e algumas correntes filosóficas, o autor menciona diretamente o Existencialismo, dizendo se tratar de uma filosofia rejeitaria o passado e o futuro.

A segunda questão que pode obscurecer a compreensão a respeito das propostas dos autores e dificultar aproximações entre elas está relacionada ao desenvolvimento do pensamento de cada um deles. Como apontam seus comentaristas com bastante frequência, o público leigo e a crítica tendem a ignorar as sensíveis transformações que as propostas e explicações de Skinner e de Beauvoir sofreram ao longo de suas trajetórias intelectuais, que percorreram mais de meio século cada uma. Julgamos fundamental tratar, mesmo que brevemente, desse assunto haja vista o argumento exposto na introdução deste trabalho: conquanto em suas primeiras formulações, orientadas pelo pressuposto de *determinação mecanicista* no caso de Skinner e de *liberdade absoluta*, no caso de Beauvoir, os pensamentos dos dois autores divergissem significativamente, suas propostas maduras acabariam por aproximá-los na medida em que ambos assumem uma “posição intermediária” expressa pela noção de *probabilidade*.

1.1 – Simone de Beauvoir

1.1.1 – O Existencialismo e as bases teórico-filosóficas do pensamento beauvoiriano

Simone de Beauvoir, ao lado de Jean-Paul Sartre – com quem viveu uma relação que ia além do romance e da amizade, mas de profunda e mútua colaboração intelectual –, integrava um círculo social composto por amigos e intelectuais pertencentes a um mesmo contexto histórico, cultural e geográfico, como Albert Camus e Merleau-Ponty. Com eles, compartilhava o mesmo objetivo de *repensar a experiência humana e romper com os modelos tradicionais de filosofia* e, muitas vezes, o mesmo referencial teórico, além de terem sido, em sua maioria, fortemente influenciados por autores como Husserl, Hegel, Kant, Marx e Heidegger, mesmo que não na mesma proporção. Profundamente familiarizados com a obra uns dos outros e presentes na constituição e ascensão do *movimento filosófico existencialista* – a despeito de apenas Sartre e Beauvoir terem admitido o rótulo – é inegável que se influenciaram mutuamente, mesmo não adotando as mesmas posições filosóficas, tampouco as mesmas abordagens e ênfases com relação aos problemas que eram de interesse de todos eles. Conquanto estivessem em certa consonância no que diz respeito à visão de homem e de mundo e às referências filosóficas e apresentassem algumas das mesmas preocupações e conceitos como liberdade, situação, corporificação e ambiguidade, a forma como cada um irá desenvolvê-los e interpretá-los é particular e específica (Candiani, 2018; Daigle & Golomb, 2009; Kail, 2009; Kruks, 1987; 1992; Snachéz, 2016).

Cunhado por Gabriel Marcel em meados da década de 1930, o termo Existencialismo viria a ser aderido por Sartre e Beauvoir somente em 1945, ao passo que os outros jamais o viriam a aderir ou apresentariam uma adesão reticente, fator que hoje representa ainda maior dificuldade para unificação e caracterização desse movimento filosófico. A despeito disso, podemos identificar alguns objetivos e questões comuns a todos esses autores, configurando os temas fundamentais do Existencialismo e garantindo-lhe uma unidade: a rebeldia contra o *status*

quo e a rejeição a aceitação do mundo que conhecemos como um dado natural e predestinado ao homem (Reynolds, 2014; Sánchez, 2016).

Como um movimento filosófico, o Existencialismo conseguiu alcançar uma popularidade talvez nunca vista na história da Filosofia. Isso se deve, principalmente, ao clima gerado pela Segunda Guerra Mundial que intensificou a preocupação por temas como a liberdade, a opressão, a responsabilidade e a morte e foi Sartre, cuja persona cativante e eloquente lotava os auditórios quando palestrava, o autor que acabou por ser imortalizado como a figura central e mais emblemática de todo o movimento. Apesar de não ter sido ele a cunhar o termo, tampouco o tenha aderido de imediato, é ele que, com a sua famosa máxima, “a existência precede a essência”, acaba por construir a definição mais aceita para essa escola filosófica. A frase do filósofo pode ser encarada como um ponto de partida para compreender aquilo que pode ser caracterizado como fundamental para o pensamento existencialista: a concepção de que o ser humano, como indivíduo, é sempre superação de si, sempre ultrapassa o dado, seja ele natural ou cultural. O homem se faz a si mesmo construindo-se como sujeito e identidade ao longo de toda a sua vida, num eterno *vir-a-ser*. O sujeito humano assim concebido é, portanto, mutável e está sempre e em constante transformação à medida que se relaciona com o mundo ao seu redor. Não há espaço dentro dessa concepção, para prerrogativas de uma essência ou natureza humana intrínseca que determine o que e como cada sujeito viverá sua existência (Reynolds, 2014; Sánchez, 2016).

Quanto ao papel de Beauvoir no movimento, podemos dizer que fica patente a partir de meados dos anos de 1940, quando a autora publica dois ensaios filosóficos em que pretendia desenvolver uma ética existencialista cuja possibilidade já havia sido aventada por Sartre ao final de seu tratado filosófico, *O Ser e O Nada* (1943): *Pirro e Céneas* (1944) e *Por uma moral da*

ambiguidade (1947). Aliados à recém surgida revista *Les Temps Modernes*, parceria entre Sartre, Beauvoir e Merleau-Ponty e às publicações assinadas pelos três de artigos políticos e filosóficos, os dois ensaios são responsáveis por impulsionar o Existencialismo para dentro do cenário filosófico francês e ocidental de modo geral num período que Beauvoir chamaria mais tarde de “ofensiva existencialista”. Neles vemos um prenúncio das preocupações centrais que sustentariam todo o pensamento beauvoiriano e a presença de conceitos como o de liberdade, situação, projeto e transcendência que constituirão peças-chaves de sua filosofia, delineando sua visão de ser humano e de mundo, passando mais tarde a compor as bases fundamentais de seus ensaios filosóficos de maior peso: *O Segundo Sexo*, de 1949 e *A Velhice*, de 1970 (Sánchez, 2016).

Porém, vale destacar que embora seu nome invariavelmente figure como parte do Existencialismo francês, dada a multiplicidade de referências e influências que vemos presentes na filosofia de Beauvoir a ao seu papel de destaque no movimento, enquadrá-la em uma única escola ou abordagem filosófica pode ser uma tarefa complexa. Por outro lado, estudiosas da obra da autora apontam aquela que seria uma das maiores forças a constituir o pensamento filosófico beauvoiriano: a Fenomenologia, descrita por seu fundador, Edmund Husserl, como o estudo dos fenômenos, a saber, da maneira como o mundo se apresenta a nós em nossa experiência. Não se trata, de acordo com o filósofo alemão de um retorno à introspecção, tampouco de processos internos ou atividades mentais humanas, mas das formas com que o sujeito se relaciona com o mundo e com os objetos nele presentes (Bakevell, 2016; Heinamaa, 2006).

Conforme Bakevell (2016), Fenomenologia seria “essencialmente um método e não um conjunto de teorias, e sua abordagem básica pode ser resumida – ao risco de uma simplificação extrema – em duas palavras: DESCRIVER FENÔMENOS” (p.45). Com o objetivo central de

alcançar o cerne da experiência, a tarefa essencial do fenomenólogo é a descrição de fenômenos, palavra que, dentro dessa abordagem, tem um significado específico, a saber, “qualquer coisa, objeto ou ocorrência comum tal como se apresenta à minha experiência, e não como pode ser ou deixar de ser na realidade” (p.46). Para tanto, conta-se com o método fenomenológico que, para Husserl, tratava-se basicamente de suspender juízos de valor, acréscimos especulativos ou teorizações acerca do fenômeno a fim de alcançar aquilo que ele é, como nos é apresentado em nossa experiência e não como intuímos que deveria ser.

Husserl pretendia não apenas mudar a maneira como os indivíduos pensavam a realidade, mas também como pensavam a si mesmos. Ao invés de supor uma noção de mente como substância a ser analisada, deveríamos nos preocupar com o que essa dita mente faz, como ela “capta” experiências. Essa abordagem teria sido tomada pelo autor de seu antigo professor, Franz Brentano que propunha que a mente deveria ser analisada em termos de suas “intenções”. A palavra pode gerar interpretações equivocadas, no entanto. O que Brentano dizia com isso não era que a mente ou a consciência seria uma entidade a possuir propósitos deliberados. Para compreendermos o que o autor e Husserl pretendiam dizer com “intencionalidade da consciência”, devemos recorrer à raiz latina da palavra, *in-tend*, que diz respeito à uma ação geral de tender a, estender a ou dirigir-se a ou para dentro de. O que Brentano, portanto, sugere é que nossa consciência, o tempo todo, estende-se a objetos, ou seja, todos e quaisquer dos nossos pensamentos e sentimentos são sempre com ou sobre algo, sobre um objeto presente na realidade do mundo. Mesmo quando o objeto em questão não está ali presente, nossos pensamentos ainda operam acerca dele. Compreendida dessa maneira, podemos concluir, portanto, que a consciência ou a mente não chega sequer a ser qualquer coisa, entidade ou substância, ela é simplesmente um “acerca de” ou “sobre”, ela tende a, estende-se ao mundo e aos objetos nele

presentes. Daí parte a máxima husserliana de que toda consciência é consciência *de* alguma coisa. Com isso, o autor rompe com diversas abordagens que concebiam a mente ou consciência como uma substância para dentro da qual o mundo e os objetos seriam atraídos ou absorvidos. A consciência é, senão “para fora”, o mundo e seus objetos (Bakevell, 2016).

O conceito de intencionalidade ou, como Heidegger se refere, “comportamento para”, conforme Reynolds (2014), refere-se à noção de que “os atos da consciência são dirigidos para objetos e a consciência de objetos é sempre mediada por significados sociais” (p.28). Com efeito, para Husserl, o mundo é um fato, uma realidade dada, mas que não possui significado em si mesmo. Esse mundo tal qual os indivíduos humanos conhecem é constituído de significados verbais construídos ao longo da história pelos próprios seres humanos. Como construções culturais e, portanto, humanas, esses significados demarcam a ligação e o compromisso que os indivíduos têm com a realidade e é isso que a Fenomenologia se propõe a analisar. De acordo com Merleau-Ponty, essa abordagem filosófica não tem como pretensão afirmar a unidade da consciência como a base do mundo, pelo contrário, não parte de qualquer prerrogativa que renuncie à realidade objetiva, que conceba a subjetividade, ou consciência, como apartada do mundo material e real. Na verdade, seu propósito é afrouxar os chamados fios intencionais que ligam os seres humanos ao mundo e chamar nossa atenção a eles, tornando os indivíduos humanos conscientes desses fios intencionais e da sua efetiva participação na constituição dos significados da realidade (Heinemaa, 2006).

A Fenomenologia husserliana, especialmente o conceito de intencionalidade, vai exercer forte influência sobre o pensamento de Beauvoir, sendo Husserl um dos seus principais interlocutores intelectuais. Conforme aponta Heinemaa (2006), já em *Por Uma Moral da Ambiguidade* (1947), Beauvoir se alinha a posição de Husserl e Merleau-Ponty no que diz

respeito a compreender o método da suspensão fenomenológica não como uma virada à introspecção, mas como algo que visa nos tornar cientes da nossa existência no mundo e das nossas relações com ele e com os outros e da nossa participação na construção da realidade. Com base nisso, a comentarista argumenta que, para Beauvoir, a Fenomenologia não rejeitaria os fatos e eventos do mundo, ao contrário, teria como objetivo questionar suas formas de realidade.

Heinmaa (2006) defende ainda que “o contexto filosófico em que Beauvoir operava é o da fenomenologia do corpo iniciada por Edmund Husserl e posteriormente desenvolvida por Merleau-Ponty” (p.20). Expressa na noção de sujeito-corpo, corporificação ou *corps vivant*, essa fenomenologia do corpo sob a qual se baseia a concepção beauvoiriana de ser humano é introduzida por Husserl em 1907 e referida à exaustão por Merleau-Ponty ao desenvolver sua noção de corpo em *Fenomenologia da Percepção*, de 1945 – trabalho com o qual Beauvoir era bastante familiarizada (fizera uma elogiosa resenha dele) e a que se refere com frequência em *O Segundo Sexo* onde apresenta sua própria concepção de corporificação. Isso sugere que no cerne das análises elaboradas pela autora está uma compreensão particular de filosofia e da prática e tarefa do filósofo que seria compartilhada com os dois fenomenólogos. Particular porque a filosofia tradicional sempre evitou assuntos relacionados ao corpo e suas relações com o indivíduo e a sociedade na medida em que insistia em concepções abstratas de ser humano, de sujeito apartado da realidade material e objetiva, o que resultava em uma noção de fazer filosófico que devesse ser neutro e alheio ao mundo e ao lugar de onde fala o filósofo.

1.1.2 – O desenvolvimento do pensamento beauvoiriano e suas transformações

O pensamento de Beauvoir passa por sensíveis transformações ao longo do tempo, daquilo que ela chamou de contemplação abstrata do mundo e certo individualismo, para uma

concepção de sujeito situado, corporificado, histórico e em relação, inserido em um mundo com outros sujeitos. Em seus primeiros trabalhos (Beauvoir, 1943; 1947) podemos perceber a forte presença das propostas sartrianas apresentadas em *O Ser e O Nada* na construção de sua concepção de ser humano, haja vista sua adesão ao pressuposto de liberdade absoluta. Nesse primeiro momento, em certa medida, a autora defende uma concepção de homem como absolutamente livre e indeterminado, que escolheria como ser e agir, sobre o qual não agiria nenhuma força externa. Insistia numa liberdade ontológica e apartada do mundo.

É somente a partir do fim da década de 1940, na esteira de Merleau-Ponty, que ela começa a admitir de fato o papel da cultura e da história sobre a constituição da subjetividade e o condicionamento da liberdade. Beauvoir passa a reconhecer, à maneira merleau-pontiana, a *probabilidade* não como uma ficção, mas um fenômeno real. Isso vai implicar uma reformulação de sua concepção de ser humano, compreendido agora pela autora como perpassado pela história, não só a individual, como a da espécie e a da cultura, que agiria no mundo no presente a partir daquilo que se tornou no passado. Desse modo, conquanto o sujeito possa sempre mudar, transformar-se e superar algumas de suas limitações, aquilo que ele se tornou e essas limitações colore a atmosfera do seu presente. Com isso a autora admite não uma noção mecanicista de passado como um destino enrijecido e fixo, que simplesmente se repetiria à exaustão, mas como algo que moldaria o presente em termos probabilísticos (Kruks, 2009).

Com base nisso, uma posição recorrente entre os comentaristas da obra de Beauvoir é a de que seu pensamento interagiria com o de Sartre e Merleau-Ponty, respondendo e desenvolvendo o trabalho deles e construindo sua própria análise dos fenômenos a que os dois se dedicam. Análise esta que irá, mais tarde, influenciar Sartre na reformulação de suas próprias interpretações para tais fenômenos. Acontece que, durante toda a sua vida, Beauvoir reclamou a

si falta de originalidade em termos filosóficos. Afirmava que, nesse aspecto, seria mera discípula de Sartre, além de ter sempre negado qualquer influência que possa ter exercido sobre ele. Ela reivindicava apenas sua originalidade como romancista. Dizia-se escritora, não filósofa, e muitos críticos irão tomá-la por suas próprias palavras. Beauvoir foi e é, com frequência, rotulada como discípula, aplicadora e porta-voz do pensamento de Sartre. Enquanto a ele cabe o papel de “grande filósofo”, a ela é relegado o de amante, esposa, sob os títulos de “imperatriz do existencialismo”, “companheira de Sartre”. Sempre taxada como um subproduto dele ou até uma cópia, sua obra filosófica e literária foi à época – e, em certa medida, ainda é – acusada de fazer panfletagem do pensamento sartriano e muitas foram as ocasiões em que sua autoria fora questionada. O problema é que, de algum modo, tudo o que ela falou e escreveu sobre si mesma, como suas autobiografias, acabou por endossar essas acusações na medida em que Sartre é mencionado em quase todas as páginas dos quatro volumes. Esse e mais inúmeros outros fatores – dentre eles o próprio machismo –, como o fato de ela utilizar conceitos e pressupostos sartrianos em suas análises, vem sendo apontado por seus comentaristas como algumas das possíveis causas por trás dessas interpretações equivocadas sobre sua filosofia (Daigle, 2006; 2012; Kirkpatrick, 2020; Kruks, 1992).

Outrossim, como aponta Heinamaa (2006), talvez, no cerne do erro comum de não considerar Beauvoir uma filósofa esteja uma visão equivocada de filosofia em que o filósofo deve necessariamente construir um sistema completamente original, sem qualquer influência da tradição intelectual em que está inserido. Beauvoir, por outro lado, concebia a filosofia de forma bem diferente, a saber: como uma *busca* pela verdade e pelas evidências, além de um *questionamento* e *comunicação* com os outros. Sob forte influência da Fenomenologia e do método fenomenológico, ela irá confrontar a tradicional atividade filosófica ao partir da análise

da própria experiência vivida para interpretar a relação do ser humano consigo mesmo e com o mundo. Para descrever a experiência vivida e compartilhar suas análises com o maior público possível, ela não se valerá apenas de ensaios filosóficos, tampouco pretenderá construir um sistema explicativo aos moldes da filosofia tradicional. Ao contrário, será uma autora prolífica a circular por gêneros como romance, conto, dramaturgia e autobiografia. Em todos os estilos, as marcas principais de seu pensamento e sua proposta filosófica e política estão presentes. Em razão disso, conforme Sanchez (2016), Beauvoir pode ser descrita como “uma filósofa heterodoxa; uma filósofa que não se sentia filósofa e pensava que sua obra não estava enquadrada no âmbito da Filosofia” (p.9).

No caso de Beauvoir, como também de Sartre, a separação entre Filosofia e Literatura não fazia qualquer sentido. A base da proposta filosófica que assumiam implicava diversas formas de discurso para além da sistematização conceitual e analítica comum à filosofia tradicional. Ambos advogavam por uma filosofia da *práxis*, repudiando propostas abstratas e especulações estéreis. A vida contemplativa não lhes interessava: buscavam por uma filosofia cujo objetivo central fosse conduzir a ações práticas que pudessem ser relevantes e aplicadas à vida concreta dos indivíduos. Uma vez que Beauvoir concebia o ser humano como concreto, corporificado, situado e presente em um mundo físico habitado por outros indivíduos, as mais variadas formas literárias apresentavam-se como um privilegiado canal para explorar exemplos das mais diversas possibilidades de vida concreta (Daigle & Golomb, 2009).

Toda a sua trajetória filosófica será, assim, guiada pelo anseio de investigar, analisar e compreender as experiências vividas dos seres humanos dentro de seus contextos e como essas experiências concretas são construídas dentro e pela cultura de que fazem parte. Para isso, vale-se também da História, das Ciências Naturais, da Sociologia, da Ética, da Antropologia e da

Política. Por outro lado, ao mesmo tempo que, de certa forma, parece romper com a tradição filosófica ao inserir no rol de suas preocupações a sexualidade, a questão do corpo e do feminino, paradoxalmente ela ainda a mantém e dá a ela continuidade (Sánchez, 2016; Santos, 2012). Dessa forma, conforme Santos (2012), poderíamos nos arriscar a dizer que, “com seu método de seguir e de contestar, de retomar e de comentar, Beauvoir inaugura uma forma própria de filosofar e de tornar a filosofia uma prática dialógica de vida” (p.273).

1.2 – B. F. Skinner

1.2.1 – O Behaviorismo e as bases teórico-filosóficas do pensamento skinneriano

Quando falamos em Psicologia, estamos tratando de uma disciplina pluralizada, que carrega atrás de si toda a bagagem acumulada de outros saberes desenvolvidos a partir da própria tentativa humana ao longo da história de identificar as causas de como e por que os homens se comportam da maneira como o fazem e é incorreto ou ao menos sofrível tentar apontar um único objeto de estudo comum a todas as propostas psicológicas. Cada uma delas, no intento de compreender e explicar o comportamento humano, apresenta um *objeto de estudo*, um *método* e um *modelo de causalidade* que orientaria o estudo de seu objeto e a seleção do método a ser adotado (Abib, 2009; Neno, Neto & Tourinho, 2004; Sérgio, 2005).

Contudo, podemos dizer que, em princípio, a Psicologia se ocupava primordialmente de questões relativas à subjetividade, à experiência interna e privada do indivíduo. Várias propostas podem ser identificadas dentro desse escopo, tendo em comum o interesse pelo estudo de fenômenos como a mente, a consciência, estados internos e demais processos ditos subjetivos. Ainda que diversas e presentes não só na Psicologia, mas também em outras áreas do saber que objetivam compreender e explicar o comportamento humano, podemos dizer que tais propostas,

denominadas *mentalistas*, são herdeiras do dualismo, ou seja, partem de concepções filosóficas que advogam pela existência de dois universos de dimensões diferentes – um físico e outro não-físico – e apostam, de maneira geral, na hipótese de que os processos ocorridos dentro do substrato imaterial chamado *mente* são as causas dos comportamentos expressos. A hipótese de que se parte, portanto, é de que processos de dimensões não-físicas – *mentais* – gerariam processos de dimensões físicas – *corporais* (Sério, 2005).

Na contramão desses modelos psicológicos John B. Watson, com seu manifesto de 1913, *A Psicologia tal Como a Vê um Behaviorista*, inaugura uma escola de pensamento cujo objetivo era definir a Psicologia como o estudo do comportamento. Destacava ainda a importância de alinhar essa disciplina às ciências naturais, adotando seus métodos de investigação: observação e experimentação. O *behaviorismo* constitui-se, portanto, como uma proposta de tornar a Psicologia uma ciência natural. Dessa maneira, Watson opunha-se fortemente àquelas propostas a que chamava de psicologia introspectiva ou subjetiva, que dedicavam seus esforços a compreender e analisar fenômenos ditos psicológicos, como sentimentos e pensamentos, que, para o autor, teriam uma dimensão metafísica que lhes confeririam a impossibilidade de serem estudados e analisados sob os métodos das ciências naturais (Dittrich, 2005; Laurenti & Lopes, 2016; Sério, 2005; Tourinho, 2011).

Uma das linhas científicas que exerceu enorme influência sobre as ciências modernas, dentre elas a Psicologia e, em particular, a proposta behaviorista de Watson foi o *Mecanicismo*. Oriundo da Mecânica Clássica newtoniana, esse modelo causal tem como pressuposto central a noção de que o movimento dos corpos poderia ser explicado por meio de uma força inicial que agiria sobre um substrato físico. À influência da tradição mecanicista sobre os estudos acerca do comportamento decorre a adoção de um modelo causal que pressupõe serem os eventos ou

estímulos que imediatamente antecedem o comportamento ou, melhor dizendo, a resposta, aquilo que a determina e explica. Como herdeiras da tradição mecanicista, essas ciências apresentam algumas características básicas como as *noções de verdade ou certeza absolutas* e de *determinismo rígido*. Os eventos são descritos como *causa* ou *efeito* um do outro e, presente nessa noção de causa e efeito, está outra característica básica dessas ciências: a noção de *relações de dependência* ou *necessidade* que pressupõe ser um evento necessariamente causado pelo evento imediatamente antecedente que agiria como uma força propulsora, determinando inexoravelmente a ocorrência de outro evento (Cruz & Cillo, 2008; Sérgio, 2005; Tourinho, 2011).

Watson, sob forte influência do mecanicismo e das diversas linhas científicas e filosóficas da época, como o Positivismo e Operacionismo Lógico e o modelo pavloviano de arco-reflexo, manifesta “sua adesão a um modelo de causação antecedente exclusiva” (Matos, 2001, p.61) e delimita e define seu objeto de estudo: o comportamento – efeito mecânico sobre o organismo, mediado pelo sistema nervoso central, causado pela estimulação direta do ambiente externo, descrito pela equação do arco-reflexo: **S-R** – passível de observação externa, que poderia ser medido e descrito por mais de um observador, pressupondo a importância da concordância entre eles. Nas palavras de Abib (2004), comportamento para Watson pode ser definido como “ajustamento reflexo-fisiológico do organismo ao ambiente, explicável, em última análise, na linguagem do reducionismo e do fisicalismo” (p.54). Diante disso, sua proposta psicológica viria a ser chamada “*Psicologia estímulo-resposta*” (Skinner, 1974; Matos, 2001; Tourinho, 2011).

De acordo com Cruz e Cillo (2008) o conceito de reflexo, oriundo da fisiologia, pode ser identificado como um autêntico representante do mecanicismo. Tem como marca a noção de

relações de necessidade – um evento seria o efeito inexorável de outro. Tourinho (2011) afirma ainda que a relação **S-R** é descrita como unidirecional, invariável, sendo os eventos que dela participam independentes uns dos outros, além de reais e anteriores ao contexto da relação. Diante disso, tem-se um organismo que apenas reage a um ambiente que lhe é anterior, independente e indiferenciado. Partindo do condicionamento reflexo ou respondente pavloviano, Watson se propõe a explicar comportamentos complexos como uma cadeia de condicionamentos respondentes, estendendo os princípios e procedimentos oriundos da Fisiologia para a Psicologia.

O Behaviorismo de Watson, no entanto, não é a única proposta em Psicologia a sofrer influência do mecanicismo. Diversas outras adotaram a noção de força propulsora inicial ou antecedente que agiria sobre os corpos para explicar o comportamento. Nesse caso, essa força foi comumente identificada pelos psicólogos como sendo os pensamentos, sentimentos, pulsões, inconsciente etc. Basicamente, fatores ou processos internos ao indivíduo que constituem aquilo que se chamou de mente. Assim, nesses casos o comportamento é explicado também por meio da noção de causação antecedente exclusiva, em que as forças, ou fatores mentais, identificados como sendo aquilo que imediatamente antecede ao comportamento, seriam seus causadores. Ao invés de ser o ambiente o agente iniciador do comportamento, como no Behaviorismo watsoniano, nas teorias mentalistas este papel é relegado à “mente criadora” (Cruz & Cillo, 2008; Micheletto, 2001a; Sérgio, 2005).

O Behaviorismo Radical, como uma proposta em Psicologia para compreender o comportamento humano é delineado a partir da contraposição às demais propostas existentes que, para Skinner, poderiam ser caracterizadas pelos dois modelos supracitados: *behaviorismo* e *mentalismo*. Conquanto pareçam antagônicos à primeira vista, são consideravelmente semelhantes. De acordo com Sérgio (2005), para Skinner, o Behaviorismo Metodológico de

Watson, ainda que tenha sido uma forte e direta oposição ao mentalismo, acabou por reafirmá-lo uma vez que conservava o dualismo ao supor que os ditos eventos mentais ou psicológicos, como sentimentos e pensamentos, possuísssem uma dimensão metafísica que impediria que fossem estudados a partir dos métodos das ciências naturais. E, claro, por ambos serem herdeiros da tradição mecanicista. Todavia, a proposta de Watson de redefinir a Psicologia como ciência e como estudo do comportamento exerce inegável e inestimável influência sobre Skinner.

1.2.2 – O desenvolvimento do pensamento skinneriano e suas transformações

Na esteira de seu antecessor, Skinner tinha a “pretensão de fazer da Psicologia uma ciência” (Micheletto, 2001a, p. 35) cujo objeto de estudo seria o comportamento, estudado de acordo com o modelo das ciências naturais. Suas primeiras produções, portanto, mostraram-se ancoradas sobre as bases filosóficas do conceito de reflexo e sua metodologia de estudo ainda era a das ciências naturais físicas. De acordo com Micheletto (2001a), ao optar pelo conceito de reflexo para embasar as formulações iniciais de sua ciência do comportamento, Skinner inicia seu trabalho ainda atrelado à tradição mecanicista. Porém, já nesse início, apresentará uma posição transgressora ao adotar, como modelo causal, a noção de relações funcionais do físico e filósofo da ciência Ernst March, uma oposição ao modelo mecanicista e formulada justamente para ultrapassá-lo. Os eventos, segundo a noção de relações funcionais, deveriam ser descritos não como sendo causa ou efeito um do outro, mas como sendo função de outros eventos. Um evento, portanto, não atuaria como uma força propulsora que determinaria necessariamente a ocorrência do outro, mas como um fator que influenciaria a probabilidade de ocorrência de outros eventos (Cruz & Cillo, 2008; Micheletto, 2001a; Tourinho, 2011).

A presença dessas duas noções antagônicas, no início do delineamento do sistema explicativo skinneriano caracterizam uma contradição que marca tanto o vínculo do autor com a tradição mecanicista, quanto sua tentativa de substituí-la e contrapô-la. Porém, serão justamente os critérios da noção de relações funcionais de March que permitirão a Skinner não só redefinir sua compreensão acerca do reflexo como ainda começar a romper definitivamente o vínculo com o mecanicismo a partir da formulação do *conceito de operante* – que norteia e embasa todo seu sistema explicativo e de que parte a construção de sua proposta behaviorista (Andery & Sério, 2010; Cruz & Cillo, 2008; Micheletto, 2001a; 2001b; 2016; Tourinho, 2011).

Skinner começa a abandonar o conceito de reflexo como base para sua ciência, passando a se ocupar menos do S e mais da R e a voltar seu olhar para o que ela produz no ambiente. Começa, assim, em meados da década de 1930, a delinear um novo tipo de comportamento que não depende mais exclusivamente do S antecedente e que não é eliciado por ele. Descrito pela contingência de três termos – **S:R-S** –, o operante implica a recusa da noção de organismo apenas como substância material passiva onde operariam estímulos ambientais e nos dirige à noção de um organismo ativo que opera sobre o ambiente, produzindo nele mudanças que irão retroagir sobre o próprio organismo. Essas mudanças, ou simplesmente eventos que ocorrem imediatamente após a emissão da resposta, são chamadas de reforçadores (positivos ou negativos) que atuam sobre a probabilidade de ocorrência futura de respostas similares pertencentes à mesma classe de resposta daquela a que seguiram (Cruz & Cillo, 2008; Micheletto, 2001a; 2001b; 2016; Skinner, 1953; Tourinho, 2011).

Para que se dê o condicionamento operante, a relação resposta-estímulo deve ocorrer de forma sistemática e vale ainda destacar que a imediatricidade do estímulo reforçador após a emissão da resposta é fundamental para que a relação se estabeleça. Dessa maneira, no

condicionamento operante, o estímulo antecedente não tem as mesmas funções que tem no condicionamento reflexo, ele não é mais o único fator determinante da resposta, nem uma força propulsora que a gera, mas uma parte da contingência de três termos que define o comportamento como relação organismo-ambiente. Seu papel na contingência não é mais indiferenciado e independente, pelo contrário, decorre da história de reforçamento do organismo que é fluida e mutável. Um mesmo estímulo antecedente, ou uma mesma classe de estímulos, portanto, pode evocar infinitas possibilidades de respostas a depender de como foi estabelecida, no passado, sua relação com o estímulo reforçador (Cruz & Cillo, 2008; Dittrich, 2004; Micheletto, 2001a; 2001b; 2016; Skinner, 1953; Tourinho, 2011).

Desse modo, o operante deve ser compreendido sob uma perspectiva histórica uma vez que, ainda que a relação resposta e reforçador implique uma relação temporal estreita, imediata, os efeitos do reforçador sobre o responder do organismo se estendem para além do momento em que a resposta primeiramente ocorreu (Micheletto, 2001c).

As funções discriminativas e reforçadoras dos estímulos ambientais dependem de relações prévias que o organismo estabeleceu com o ambiente, que interferem nas relações atuais, ou seja, só se compreende um operante pela análise das transformações destas relações – alterações na frequência da resposta do organismo e alterações nas funções dos estímulos. Sendo assim, a compreensão do operante não depende apenas da relação do comportamento com o ambiente imediato, depende de relações prévias que se estabeleceram entre organismo e ambiente. Os estímulos ambientais que alteraram a probabilidade de resposta e a função do estímulo ocorreram no passado. (p.253)

Com operante, o sistema explicativo skinneriano para o comportamento começa a apresentar seus contornos definitivos e a aproximar-se das ciências biológicas e do modelo causal selecionista oriundo da Teoria da Evolução das Espécies de Darwin. A determinação do comportamento pelo ambiente a partir daí não pressupõe nenhuma noção fatalista, não assume o comportamento como algo que segue um curso pré-determinado e inevitável. Ao contrário, supõe apenas que ele possui causas, sejam elas conhecidas ou não, e essas causas devem ser buscadas na *interação* do organismo com o ambiente. O comportamento é compreendido como complexo, mutável e fluido. O responder dos organismos é explicado através das funções que exerce na *relação organismo-ambiente* com as consequências que produz sobre o ambiente. Essas relações não são rígidas e absolutas, as mudanças ambientais produzidas pelo responder retroagem sobre o organismo apenas em termos probabilísticos (Cruz & Cillo, 2008; Micheletto, 2001a; 2001b; 2001d; Tourinho, 2011).

O operante, portanto, demarca a renúncia de Skinner às noções de relações de necessidade e de verdade absoluta implicadas no conceito de reflexo e os primeiros passos para a separação definitiva entre a proposta behaviorista do autor e o modelo mecanicista, particularmente mediante a *perspectiva histórica* envolvida nessa nova espécie de comportamento. Em sua definição, o operante carrega a marca da determinação do comportamento por suas consequências, ou seja, “da consequência como modo causal” (Andery, 2001, p.196), o que permite a Skinner elaborar um modelo de casualidade único, a partir do qual torna-se clara a noção behaviorista radical de determinação do comportamento por variáveis contextuais: o modelo de *seleção por consequências* que lhe permitirá abranger em seu escopo de análise, não apenas o comportamento individual de organismos humanos, como também seu

desenvolvimento a nível da espécie e a nível cultural (Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Dittrich, 2004; Micheletto, 2001b; 2001d; 2016).

CAPÍTULO 2 – Noções e conceitos beauvoirianos

Como podemos concluir a partir do capítulo anterior, Beauvoir foi uma pensadora única e independente, mas fortemente enraizada no seu tempo e na tradição filosófica. Seu pensamento foi constituído a partir de suas várias leituras e experiências concretas que influenciaram enormemente suas teorias e análises, além de relações íntimas que manteve com alguns dos maiores nomes da filosofia francesa, com quem compartilhava não só o mesmo período histórico e nacionalidade, como também as mesmas preocupações filosóficas e políticas e reflexões acerca dessas questões. O principal deles é, obviamente, Sartre, figura que tende a eclipsar o papel de Beauvoir na História e na própria Filosofia (Daigle, 2006; 2012; Kruks, 1987; 1992).

Em razão disso, muitos estudiosos da obra da autora ainda precisam recorrer a Sartre no esforço de deixar claro as diferenças presentes entre os pensamentos dos dois autores, com o objetivo de dissociar o pensamento dela do dele, assegurando seu papel como filósofa. Nesse trabalho, não seremos exceção. Nas sessões seguintes, para analisar noções e conceitos presentes no pensamento da autora que expressam a noção de ambiguidade como característica fundamental da concepção beauvoiriana de ser humano, recorreremos a comparações com Sartre com certa frequência.

2.1 – Subjetividade

Talvez o argumento mais consistente que possamos apresentar acerca da diferença entre os pensamentos de Sartre e Beauvoir é com relação à subjetividade. Enquanto o autor apresenta em seus primeiros trabalhos uma concepção de sujeito dualista e universalista, compreendendo o eu como completamente independente e separado do outro que lhe será sempre e

invariavelmente hostil, Beauvoir, já em suas primeiras produções na década de 1940, trará uma concepção menos dualista e mais relacional ao contrariar, ainda que sutilmente, a noção de sujeito-absoluto defendida por Sartre, em função de um sujeito situado, corporificado, um sujeito-corpo que seria intrinsecamente intersubjetividade (Bergoffen, 2009; Daigle, 2009; Kruks, 1987; 1992; 2009; Sánchez, 2016).

Na contramão do tratamento comum dado à subjetividade na Filosofia, que parte usualmente da noção de sujeitos abstratos interpretando o ambiente ao seu redor, Beauvoir partirá de sujeitos concretos, que experienciam a vida e interpretam o mundo a partir daquilo que a autora chama de facticidade, a saber, os dados acidentais do nascimento, como a fisiologia, a localização geográfica, a educação, a classe ou posição socioeconômica, dentre outros. Grosso modo, facticidade é tudo aquilo que integra a realidade do indivíduo, que muitas vezes precede sua existência e nascimento e sobre o que ele não teve qualquer papel de escolha. Esses dados acidentais do nascimento irão sempre e necessariamente integrar a subjetividade do indivíduo e irão moldar ou, como prefere Kruks (2009), “colorir” seus atos (Daigle, 2009; Kruks, 1987; 1992; 2009; Sánchez, 2016). Desse modo, segundo a analogia apresentada por Kruks (1992) o sujeito beauvoiriano seria não uma cidade murada como supunha Sartre, mas permeável pelo mundo material e cultural e isso fica ainda mais claro quando olhamos para os dois aspectos que a comentarista considera como centrais na concepção de subjetividade de Beauvoir: a) corporificação e b) intersubjetividade.

2.1.1 – Corporificação

Quanto ao primeiro aspecto, trata-se de uma questão fundamental no pensamento de Beauvoir, colocada pela autora no centro de sua reflexão filosófica: existir passa necessariamente

por ser um corpo. Uma vez que o ser humano existe em um mundo material, sua presença nesse mundo requer que seja ele também, obviamente, matéria. É, portanto, como corpo que o indivíduo existe no mundo. Esse corpo é objeto concreto da realidade objetiva e um ponto de vista em direção ao mundo. Beauvoir retira de Merleau-Ponty a concepção do autor de sujeito-corpo, ou corporificação e incorpora ao seu pensamento. Porém, ela irá tratar do assunto de maneira diferente que seu amigo quando recusa a noção de um sujeito neutro, assexuado, apresentando uma noção mais complexa de corporificação. Para a autora, esse sujeito neutro nada mais é do que o próprio homem e ela faz questão de expor as diferenças inerentes aos sujeitos pertencentes a um ou outro sexo em seu *magnum opus*, *O Segundo Sexo* (Daigle, 2009; Kruks, 1992; Sánchez, 2016).

Os fatos biológicos, de acordo com Beauvoir, constituem a realidade objetiva e, em certa medida, condicionam as possibilidades de ação do sujeito e das significações que constrói em relação ao mundo e a si mesmo. Como coloca Kruks (1992), “é como um corpo que a subjetividade humana ao mesmo tempo encontra e dá significado ao seu próprio inescapável enraizamento na realidade objetiva” (p.106). Com base nisso, a filósofa insiste que as diferenças sexuais não podem ser ignoradas. No que diz respeito às demandas da espécie, cada um dos sexos tem papel dramaticamente distinto. Enquanto o homem apenas provê seu sêmen e tem seu corpo mantido intacto em sua individualidade, a mulher passa pela gestação e lactação que promovem mudanças significativas em seu corpo, além, é claro, daquelas ocorridas ao longo de toda a sua vida, da puberdade à menopausa, em decorrência do ciclo menstrual. As fêmeas humanas, a despeito da cultura conceder ou não a cada uma delas o direito de optar por ou negar a procriação, é, inescapavelmente, o ser humano cuja fisiologia é a mais apta a exercer um papel de maior demanda na perpetuação da espécie. O sexo é, portanto, ontologicamente significativo.

Como qualquer característica fisiológica, integra a experiência vivida do indivíduo e opera como condicionador de suas ações e da forma como define e compreende a si mesmo, ou seja, constitui sua subjetividade e é instrumento de apreensão e expressão sobre o mundo (Beauvoir, 1949; Daigle, 2009).

No entanto, como aponta Beauvoir (1949), ao contrário do que ocorre com as fêmeas de outras espécies, os caracteres biológicos da fêmea humana são significados pela cultura sob propósitos sociais e políticos. Temos a facticidade reivindicada como argumento para a construção de narrativas e regras que visem naturalizar uma posição de subordinação com relação ao homem na sociedade. Desse modo, a autora sugere que os dados biológicos constituem *uma* das chaves para que compreendamos aquilo a que chamamos Mulher, sem, em hipótese alguma, aceitar que possam estabelecer qualquer destino fixo e inevitável para o indivíduo: nenhum dado fisiológico garante que a fêmea humana se torne a categoria social que chamamos de Mulher.

Como categoria social, Mulher constitui aquilo que a autora compreende como corpo social, que dirigiria a um conjunto de padrões comportamentais, a feminilidade, definidos a partir de rígidas regras de conduta social e narrativas sobre o que significaria pertencer àquele sexo. Beauvoir inclusive descreve o tratamento e a educação que a fêmea humana recebe em nossa sociedade desde o seu nascimento para que se compreenda e se comporte da forma que é esperada dela. Ela aprende que terá benefícios sociais se cumprir com as expectativas de sua cultura. Receberá, desde muito pequena, afeto, reconhecimento e respeito da família, colegas e professores. Em contrapartida, são-lhes também ensinados os comportamentos que deverá evitar e pelos quais será punida se os realizar. Sua vida é pré-constituída ao nascer e ela será ensinada a respeitar essa imposição sob ameaça de punições sociais. A menina aprende, portanto, o que

significa seu corpo nessa cultura, o que a sociedade espera dela, o que deve pensar de si mesma e até mesmo que destino deve esperar para si (Daigle, 2009; Kruks, 1987; 1992; 2005; Sánchez, 2016).

Essa estrutura está tão enraizada na sociedade e há tanto tempo que acaba por ser tomada como um dado, natural, uma essência imutável e é essa concepção que Beauvoir pretende desmistificar em *O Segundo Sexo*, onde irá explorar a questão dos propósitos sócio-políticos implicados na construção histórica dessas interpretações e suas implicações ao tratar da questão relativa à opressão da mulher na sociedade. Para isso, ela analisa e expõe as especificidades dos sujeitos quando compreendidos como corporificados, levando além a noção de sujeito-corpo ao detalhar as implicações fisiológicas e culturais do sexo na constituição da subjetividade do indivíduo humano a partir de uma análise fenomenológica que reconhece a diferença sexual e seus impactos sobre a consciência, dedicando a partir daí grande parte de sua trajetória intelectual a investigar como o mundo interpreta os indivíduos segundo suas características físicas (Bergoffen, 2009; Daigle, 2009; Kruks, 1987; 1992; 2005; Sánchez, 2016).

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo. O drama

do nascimento e do desmame desenvolvem-se da mesma maneira para ambos os sexos; têm elas os mesmos interesses, os mesmos prazeres... até os 12 anos a menina é tão robusta quanto os irmãos e manifesta as mesmas capacidades intelectuais; não há terreno em que lhe seja proibido rivalizar com eles. Se, bem antes da puberdade e, às vezes, mesmo desde a primeira infância, ela já se apresenta como sexualmente especificada, não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada. (Beauvoir, 1949, p.11-12)

Em síntese, para Beauvoir, a subjetividade, ou consciência, não deve ser entendida como a contraparte separada do mundo material composto por entidades objetivas as quais seriam por ela simplesmente contempladas e supervisionadas. É como corpo e através dele que o indivíduo está no mundo. O sujeito beauvoiriano é um sujeito-corpo, é matéria, faz parte do mundo e da realidade objetiva, o que nos leva a poder afirmar que Beauvoir não compactua com concepções dualistas, ao contrário, rejeita-as. Ao mesmo tempo, ela recusa veementemente a ideia de que o corpo seja uma essência estável e que o sujeito poderia ser definido apenas em termos biológicos. Mesmo sendo um dado natural, o corpo não possui um significado per se, é a cultura que lhe confere algum. Essas interpretações e significações que a cultura constrói acerca dos corpos biológicos, que a autora chama de corpo social, assim como os demais elementos que integram a facticidade de um indivíduo humano, constituem sua subjetividade (Kruks, 1987; 1992; 2005; Sánchez, 2016). Isso nos dirige ao segundo aspecto da sua concepção de sujeito: a intersubjetividade.

2.1.2 – Intersubjetividade

Ao conceber aquilo que o indivíduo humano conhece e compreende acerca de si mesmo como sempre e necessariamente permeado pela cultura e sociedade – consequentemente por variáveis como a política, a economia e a educação –, Beauvoir reconhece a intersubjetividade na construção do sujeito. Isso não implica simplesmente reconhecer uma interconectividade entre os indivíduos que coabitam o mundo, mas atestar para a impossibilidade de subjetividade autônoma e incondicionada. Para Beauvoir, o ser humano é um sujeito-corpo presente num mundo material compartilhado com outros seres humanos e precisa, assim, ser definido a partir de uma coletividade maior, para além do âmbito individual. Desse modo, mesmo que a subjetividade seja vivida de maneira individual, ela não pode ser concebida como individualmente constituída. A nível humano, essa coletividade é expressa pela cultura que é, por sua vez, um produto humano, o que nos leva a concluir que, dentro da perspectiva beauvoiriana, o sujeito a um só tempo constitui a si mesmo e é constituído (Kruks, 1992).

Diante disso, Beauvoir rompe com a tradicional clivagem entre subjetividade e alteridade: o eu é o outro na medida em que se constitui na relação com os outros. Pensar a natureza das relações interpessoais irá impulsionar a filosofia de Beauvoir, que passará a maior parte da sua produção preocupada com o ser-com-os-outros do indivíduo. Ainda que, no começo, tenha compartilhado com Sartre uma perspectiva mais individualista, ela nunca concordou com a visão dele acerca das relações interpessoais como sendo necessariamente conflituosas e negativas. Partindo da teoria dele, seus conceitos e pressupostos básicos, ela lidará com a questão de forma completamente diferente, sugerindo uma espécie de fusão do eu com o outro, uma intersubjetividade inerente à constituição do sujeito. O outro é parte do meu universo, objeto

presente no mundo material que integro e, para Beauvoir, aquilo que o liga a mim é a percepção. Por sua vez, percepção, para ela, é comunicação e comunhão, não se reduz a uma mera relação entre sujeito e objeto na qual ambas as partes são estranhas uma para a outra. O outro, um corpo, matéria no mundo, é percebido por mim assim como percebo qualquer outro objeto também presente no mundo e uma vez que a percepção é ao mesmo tempo comunicação e comunhão, eu estou ligada ao outro que percebo. Se o percebo como objeto no mundo, ele é, portanto, objeto para mim, mas não somente, ele é também consciência, é sujeito corporificado. Do mesmo modo, ele percebe a mim que sou parte e objeto de seu mundo. Para Beauvoir, isso é o que pode ser chamado de conflito da consciência. Ao invés de uma alienação radical, como supunha Sartre, a relação eu-outro é ambígua. Mais uma vez podemos dizer que ela rejeita o dualismo ao romper não só com as dicotomias consciência e corpo, subjetividade e alteridade, como também sujeito e objeto (Daigle, 2012).

Beauvoir, desafiando as noções clássicas de alteridade e revisando as concepções de outro presentes na filosofia tradicional, toma o tema como central em sua obra. Tendo compreendido desde o princípio de sua produção filosófica que o indivíduo estaria invariavelmente presente em um mundo coabitado por outros, sua abordagem acerca da alteridade seria ainda mais complexa e fecunda do que aquelas de seus colegas e contemporâneos. Isso fica evidente quando a autora trata da questão da contingencialidade da vida do indivíduo. Quanto a isso, ela compreende que ao mesmo tempo que o ser humano é um ser-no-mundo, sua presença e existência nesse mundo é absolutamente desnecessária, ou, como ela prefere, é contingente. A vida humana, como ela ressalta, não tem um significado inerente ou fixo, é apenas o próprio indivíduo, ao agir e operar sobre o mundo, que pode tornar sua

existência necessária, justificá-la e dar significado à sua presença no mundo (Daigle, 2006; Kail, 2009; Sánchez, 2016).

Ao reconhecer a contingencialidade da existência, ou seja, a ausência de sentido e significado inerente, mas ao mesmo tempo compreender ser possível justificá-la num processo contínuo de construção de significados por meio de nossas ações, Beauvoir assume a existência como ambiguidade. Para ela, o ser humano é responsável pelo mundo, um mundo que não é produto de forças estranhas, mas de suas próprias ações e, a fim de que de fato consiga dar sentido à sua vida e justificar sua presença no mundo, ele deve continuamente superar a si mesmo rumo a ultrapassar sua própria vida, como por meio da arte, da ciência, da literatura, da política. A vida, para a autora, seria, assim, sempre um processo de autossuperação que, no caso da vida humana, é necessariamente acompanhada pelo movimento de autoperpetuação (Daigle, 2006; Sánchez, 2016).

Diante disso, podemos dizer que somente o futuro pode justificar e dar significado às ações do indivíduo. Acontece que, quando do momento da ação, o futuro não existe, o que nos dirige a um paradoxo que a autora supera ao apelar para a existência de outros indivíduos. São esses outros que abrem o futuro para o indivíduo e dão significado às suas ações presentes ao tomá-las como ponto de partida para as suas próprias. O outro, portanto, cria um futuro para mim na medida em que age a partir das minhas ações. Em um *continuum*, cada ação presente é ultrapassada em direção ao futuro, sendo assim justificada e significada, a partir de novas ações de outros indivíduos. Isso é explicado pela autora a partir da sua concepção de ambiguidade com relação ao indivíduo humano que é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto: o sujeito que opera sobre o mundo a partir das ações de outros indivíduos que são para ele objetos e o objeto de que partem outros indivíduos para agirem como sujeitos no mundo (Daigle, 2006).

Porquanto só consegue justificar sua existência a partir do outro, o indivíduo, para Beauvoir, é definido apenas a partir da sua relação com o mundo e com os outros e aqui fica mais evidente o peso da questão da alteridade para a ontologia da autora. Mas há ainda outro ponto fundamental dentro dessa questão: somente indivíduos livres podem superar a si mesmos continuamente. Desse modo, a liberdade é a fonte de valores e significados da vida. O indivíduo que deseja dar significado à sua, deve lutar acima de tudo pela sua liberdade e pela do outro. Eu preciso do outro para justificar minha existência, para isso ele precisa ser livre. A liberdade do outro é, portanto, imprescindível para mim se almejo alcançar uma justificativa para minha existência e presença no mundo, ou seja, a minha própria liberdade depende da dele (Daigle, 2006; Kruks, 1992).

2.2 – Liberdade

Liberdade, para Beauvoir, é *subjetividade prática*. A ação, tão fundamental no pensamento beauvoiriano, é aquilo que constitui o ser do homem: o indivíduo só é agindo e, por isso, a filósofa fala de subjetividade como liberdade a qual devemos compreender, portanto, como ação do sujeito sobre o mundo a partir da realização de seus projetos que servirão de ponto de partida para que outros sujeitos também livres e que também tenham garantidas as mesmas possibilidades de ação sobre o mundo realizem os seus. É uma liberdade prática, que se dá na concretude da experiência vivida do indivíduo em relação ao mundo e aos outros, é intersubjetiva. Beauvoir, recusa a noção de liberdade autônoma e metafísica, que seria inerente a todo ser humano. Como interdependente, a minha própria liberdade depende da do outro já que é justamente ela que dá necessidade ao meu ser. É somente por meio da liberdade do outro que eu posso obter um futuro, uma vez que apenas sujeitos livres podem tomar meus projetos como

ponto de partida para os seus, levando-os em direção a ultrapassar o momento presente do meu ato e até mesmo a minha morte (Daigle, 2006; Kruks, 1987;1992).

Como *projeto*, Beauvoir entende o movimento do indivíduo de lançar-se ao mundo para além de si mesmo. Lançar-se às possibilidades, num desenrolar-se constante que vai se realizando ao longo do tempo de vida do sujeito. É aquilo em que consiste a existência humana. Além desse conceito, dois outros são ainda fundamentais dentro da explicação beauvoiriana para a liberdade: *transcendência* e *imanência*, que podem ser definidos como dois aspectos da experiência vivida, dois modos de ser no mundo que, para a autora, são interdependentes e indissociáveis. Como imanência, o indivíduo humano é um objeto, matéria presente no mundo, um dado capaz de ser superado. A autora descreve o conceito como basicamente a atividade de preservação da vida, passividade e submissão à facticidade que consistiria nas ações humanas básicas e essenciais para a sobrevivência. Seria o momento original do ser, o ponto de partida que baseia e molda a transcendência, que, por sua vez, diz respeito a uma espécie de recrudescimento do ser a partir da imanência do sujeito-corpo. É a própria superação de si a partir da realização de projetos voltados para o futuro, é ação. Por seu turno, toda transcendência pode ser transcendida. Como uma ação humana no mundo e com relação aos outros que se dirige para o futuro e que é superação de si, do eu do estado que precede a ação, a transcendência é, não um resultado, mas um processo que deve acontecer permanentemente durante a vida do sujeito que é perpétua transformação à medida que atua num mundo em constante transformação (Daigle, 2006; Daigle & Landdry, 2013; Kruks, 1987; 1992; Sánchez, 2016).

Ultrapassar o presente em direção ao futuro através do outro é a prerrogativa fundamental da transcendência: enquanto minhas ações não servirem de ponto de partida e base para que o outro realize seus próprios projetos, elas simplesmente recaem sobre si mesmas. Desse modo,

Beauvoir sugere, eu preciso não apenas da minha liberdade para realizar meus projetos, como da liberdade do outro para levá-los adiante. Se o outro não é livre, minhas ações são inúteis e estéreis. Ela subverte, assim, a visão sartriana de objetificação do indivíduo através do olhar do outro como algo negativo e alienante e concebe essa relação como, na verdade, fundamental e necessária ao próprio indivíduo que só é capaz de alcançar a transcendência e justificar sua existência e presença no mundo na medida em que ele próprio é um objeto do mundo para os outros. O ser humano é, para ela, necessariamente um ser-no-mundo. Um mundo compartilhado que provê tanto resistência, quanto a expansão do ser, mas que, primeiramente, define-se como correlato à existência. É ao transcender que cada sujeito é capaz de abrir espaço para que outros também transcendam. Nossas ações podem criar ou reduzir as possibilidades de transcendência de outros indivíduos (Daigle, 2006; Daigle & Landdry, 2013; Kruks, 1987; 1992; Sánchez, 2016).

Na medida em que sua concepção de liberdade prevê uma dependência direta com as nossas relações com os outros, ela não é, portanto, absoluta: estamos sempre e necessariamente enraizados em nossas relações com o mundo – aqui inclusas a história e a cultura – e com outros agentes livres. A consciência, ou seja, a subjetividade e sua forma prática, a liberdade, não é algo que se sobreponha ao mundo. Compreender a liberdade como não sendo autônoma, mas interdependente, obriga-nos a admitir o quão vulnerável ela pode ser. A opressão é, assim, não só possível, mas, como afirma Beauvoir, detestável, na medida em que, além de negar um futuro à vida do indivíduo oprimido, reduz essa vida à mera sobrevivência. Como muitos contextos de opressão são constituídos ao longo de vários anos ou séculos, a filósofa destaca ainda a questão da historicidade: para ela, o indivíduo é histórico, o que implica em reconhecer que ele é afetado não apenas por sua situação presente, como também pelo desenvolvimento histórico resultante

das ações e decisões tomadas por si e por outros indivíduos no passado. Dessa maneira, a história, como afirma Beauvoir, configura-se ainda como um dos fatores que delimitam a liberdade do ser humano (Daigle, 2006; Daigle & Landry, 2012; Kruks, 1987; 2009).

Uma vez que é sobre a sua própria facticidade que está baseada a interação do ser humano com o mundo, é ela que condiciona as possibilidades de transcendência do indivíduo, ou seja, para a autora, qualquer transcendência que se possa ocorrer está enraizada no mundo social e material. Se transcendência, ação construtiva que liberta da facticidade, pauta-se sobre a imanência, ação de manutenção da vida, que é passividade e submissão à facticidade, podemos concluir que ambos os aspectos se fundam na própria facticidade. Desse modo, para Beauvoir, é inconcebível separar transcendência de imanência. Ao contrário do que supunha Sartre, para ela, a transcendência não é um salto acima e além da imanência: a autora concebe a transcendência como transcendência *na* imanência. Nenhum aspecto deve eclipsar o outro. Tudo aquilo que faço, penso ou sinto é sempre a corporificação da minha própria existência. O ser humano é necessariamente corporificado e intersubjetivo, é fundamentalmente ambíguo em relação ao tempo, ao outro e tudo isso tem prioridade ontológica sobre a transcendência. Não é possível se mover completamente para além da sua facticidade (Daigle, 2006; Daigle & Landdry, 2013; Kruks, 1987; 1992).

Mesmo que de forma implícita, ela desafia toda a ontologia sartriana ao contrariar a noção de liberdade absoluta, ou sujeito autônomo. Por outro lado, ainda que já em seus primeiros trabalhos ela reconheça que a liberdade é submetida a forças externas condicionantes e que pode, assim, ser suprimida e modificada, ela ainda insiste que não podemos falar de uma completa eliminação. Nesse período ela ainda mantém a noção de que o outro e suas ações irão interferir apenas superficialmente na nossa liberdade. Ainda que reduzida, suprimida ou disciplinada, a

liberdade, para a autora, permanece como potencialidade, sua constrição e subordinação imposta pelo outro é apenas liberdade feita imanência, mas que sempre pode retornar à liberdade. Para a autora, isso é o que distingue os seres humanos de animais treinados, é aquilo que é puramente humano. Isso faz com que ela possa garantir a noção de subjetividade como socialmente constituída, o que lhe possibilita evitar noções essencialistas de sujeito, ao mesmo tempo em que pode insistir que o ser humano é mais do que mero efeito desses elementos externos condicionamentos (Daigle, 2006; Kruks, 1987; 1992; 2009).

É ao insistir que as liberdades são interdependentes que, ainda que suprimidas e restringidas, permanecem como potencialidade, como liberdade tornada imanência, que Beauvoir consegue compor uma explicação para a opressão como combatível. Se o outro é um fator capaz de limitar a liberdade do indivíduo, isso implica no reconhecimento da opressão como ação real. Mas, se essa liberdade ainda permanece como potencialidade, a opressão sempre poderá ser combatida – não de forma individual, como reitera a filósofa, mas por meio da organização e ação política. Como potencialidade, uma vez que a opressão é reduzida, a liberdade pode sempre florescer, pode sempre ser reconquistada por meio da ação conjunta dos indivíduos oprimidos (Daigle, 2006; Kruks, 1987; 1992).

Ela preserva, portanto, a noção de autonomia e, de certo modo, de liberdade absoluta, o que implica em atribuir ao indivíduo uma responsabilidade moral integral com relação a suas ações. Quando o sujeito é conivente com a supressão de sua liberdade, negando a responsabilidade por suas ações, estamos diante daquilo que a autora, à maneira sartriana, chama de má-fé. Todavia, ao contrário de Sartre, ela reconhece que nem sempre há consentimento por parte do indivíduo. Nesse segundo caso, a situação lhe é infligida pelo outro. Ele não consente e, muitas vezes, sequer está ciente disso. No caso das mulheres, como afirma Beauvoir (1949), a

situação sobre elas infligida pelos homens as relega a permanecerem presas no aspecto imanente de sua experiência vivida de tal modo que, na maioria das vezes, elas não se dão conta disso e, portanto, não são responsáveis por isso. Não há uma destruição absoluta dessa liberdade, mas uma supressão que é efetiva e continuamente mantida em nossa cultura. O indivíduo oprimido não é capaz de realizar projetos, resistir ou mesmo refletir sobre sua situação, sua subjetividade é completamente moldada pela situação de opressão. Para a autora, essa condição é análoga a um estado vegetativo, o indivíduo apenas sobrevive, além disso, ela sugere, vive num mundo infantil de imediatez em que não vislumbra qualquer futuro alternativo (Daigle, 2006; Kruks, 1987; 1992).

Com efeito, em seus primeiros ensaios, o pensamento de Beauvoir ainda estava fortemente atrelado ao do Sartre de *O Ser e O Nada*, haja vista sua insistência em conceber o sujeito como sempre ontologicamente livre, que, sozinho e através de seus projetos, irá atribuir significado à sua própria existência que é sempre e necessariamente separada dos outros indivíduos. Até *O Segundo Sexo*, ela irá se esforçar para assumir uma posição intermediária entre a possibilidade de uma liberdade ontológica e apartada do mundo e o reconhecimento da facticidade como aquilo sobre o qual a liberdade se funda. Anos mais tarde, criticando esse período de sua produção, ela irá afirmar que seu pensamento, em seus primeiros trabalhos, particularmente aqueles que constituem seu chamado “período moral” – *Pirro e Cíneas* e *Por uma moral da ambiguidade* –, ainda estava muito atrelado ao individualismo, mesmo que pensasse já o haver superado. Nesse período ela ainda concebia a coexistência como um mero acidente que o indivíduo teria de superar na medida em que constituiria seu projeto isoladamente e, só depois, precisaria da alteridade para validá-lo. O que ela ignorava ainda e que estaria presente em suas formulações mais maduras era que a coexistência não é contingente, mas

fundamental com relação a constituição do eu. Como ela admite mais tarde, a sociedade irá atuar sobre o indivíduo desde o dia de seu nascimento e será no seio dessa sociedade e a partir da relação que com ela estabelece que ele irá ser e decidir ser qualquer coisa (Beauvoir, 1960; 1963; Kruks, 2009).

É justamente porque ainda carece de uma explicação razoável para a subjetividade que Beauvoir caracteriza esse período de sua produção como ainda contaminado pela abstração, na medida em que, como aponta Kruks (2009), concebe o sujeito como ainda bastante apartado do mundo real, dos dados concretos da realidade objetiva. Aqui, em alguma medida, ela permanece insistindo que não há nada externo que oriente nossas decisões. Ainda atrelada às propostas de Sartre em *O Ser e O Nada*, ela acaba por se valer de uma abstração que contamina suas explicações acerca da condição humana e acabam por dirigi-la a um raciocínio circular e vazio uma vez que, se minhas decisões não são orientadas por elementos da minha história de vida e da minha realidade, tampouco são determinadas por forças externas, como é, então, que eu tomo decisões? Beauvoir falha em responder essa questão. Nada do que ela desenvolve nesses trabalhos a habilita a explicar a ação humana. Assumindo que nenhum fator externo possa predispor nossas escolhas, podemos ser levados à conclusão de que nossas decisões são completamente aleatórias, nenhum dado concreto da realidade objetiva a perpassa. Isso resultaria num niilismo que Beauvoir também não parece disposta a assumir, mas, ainda assim, nesse momento ela não consegue dissolver essa contradição.

Mas essa não é a única contradição resultante dessa posição que a autora adota com relação à liberdade e a consequente conclusão niilista que ela leva. Haja vista que Beauvoir insiste não só na noção de liberdade absoluta, como também na responsabilização moral total do sujeito por seus atos, seria, portanto, necessário que pudéssemos explicar o modo como esses

atos se dão. Para falarmos em responsabilidade, precisamos, antes, compreender como os indivíduos chegam às escolhas e aos julgamentos que fazem e Beauvoir não consegue fazer isso em seus primeiros trabalhos. Se nossas escolhas são completamente aleatórias, não há o que possa ser explicado, tampouco nos é possível atribuir responsabilidade por elas. Isso nos dirige diretamente à posição da autora com relação à má-fé: o sujeito precisa assumir completamente sua responsabilidade moral por seus atos, caso não o faça, insiste Beauvoir, caso se valha de “desculpas” que transfiram essa responsabilidade para outros fatores, estamos diante de má-fé. Acontece que, se nossas escolhas são completamente aleatórias, como é possível nos responsabilizarmos por elas? (Kruks, 2009).

Por outro lado, Kruks (2009) salienta que insistir em uma noção de liberdade absoluta era para Beauvoir, ao que parece, uma tentativa de negar a todo custo o determinismo, mesmo que isso pudesse levá-la a um niilismo como consequência. Vale lembrar que a autora parece compreender como determinismo apenas o modelo oriundo da tradição mecanicista das ciências naturais físicas, ou seja, o modelo causa-efeito que implica na noção de relações de necessidade. Sendo assim, podemos dizer que Beauvoir não estava de todo errada: negar que as ações humanas e a própria subjetividade seriam meramente efeitos ou produtos de eventos externos ao indivíduo que operariam como uma força propulsora é, no mínimo, uma decisão acertada. Mas entre o determinismo mecanicista das relações de necessidade e o niilismo resultante da adoção de uma noção de liberdade absoluta há um campo de gradações em que é possível falarmos em probabilidade e predisposição.

A partir do fim da década de 1940, em particular, a partir da publicação de *O Segundo Sexo*, Beauvoir começa a reconhecer esse caminho intermediário e a construir suas explicações acerca do comportamento humano e sua concepção de homem a partir dele. Isso demarca com

mais evidência o afastamento de suas proposições da posição adotada por Sartre em *O Ser e O Nada* e a maior proximidade do pensamento dela ao de Merleau-Ponty. Esse afastamento era algo que já vinha acontecendo gradualmente e, conquanto o ensaio o demarque mais claramente, é só com a publicação de *Os Mandarins* (1954) que o vemos concretizado. Conforme Kruks (2009), essas duas obras juntas indicam um período de transformação no pensamento de Beauvoir, cuja marca principal seria o crescente reconhecimento do peso daquilo que ela vai chamar de situação na constituição do sujeito e, conseqüentemente, no condicionamento de suas ações. Esse peso da situação seria referido pela autora como “a força das coisas” (*le force de choses*), título do terceiro volume de sua autobiografia de 1963.

2.3 – Situação

O conceito de situação permeia toda a obra de Beauvoir e mesmo que marque presença nas obras de outros pensadores fenomenólogos e existencialistas, não necessariamente com o mesmo sentido, a forma como ela o compreende tem especificidades. Suas primeiras aplicações datam de meados da década de 1940, já nos primeiros ensaios filosóficos da autora, onde começa a delineá-lo como totalmente sustentado pelas relações sociais. Nesses trabalhos, porém, como já mencionamos, Beauvoir parece não levar muito em conta o peso da situação na medida em que aceita a noção sartreana de uma liberdade original para todos. Isso só começa a mudar a partir de *O Segundo Sexo* quando vai tratar da situação das mulheres na sociedade ocidental. Desse período até seus últimos trabalhos, o conceito sofre transformações sensíveis, tornando-se cada vez mais complexo e passando a incluir mais e mais elementos da experiência vivida que está no cerne da ambigüidade intrínseca à condição humana (Candiani, 2018; Daigle & Landry, 2013; Kail, 2009; Kruks, 2009). No entanto, conforme Candiani (2018), Beauvoir nunca chega a

construir uma definição precisa dele em nenhuma de suas obras. Por outro lado, a partir de algumas marcas que persistem em seu trabalho maduro, podemos tentar traçar um panorama minimamente consistente do conceito dentro do pensamento da autora.

Em primeiro lugar, situação implica necessariamente *ação em relação*. Para que o sujeito possa se projetar no mundo, operar sobre ele, é necessário que ele tenha uma posição nesse mundo a partir da qual agir. Beauvoir chama-nos, portanto, atenção para a condição de sujeitos situados em um mundo intersubjetivo: nascemos em uma determinada posição geográfica e em um determinado contexto histórico, econômico, religioso, social e político, além de pertencentes a uma determinada raça, etnia, sexo e orientação sexual e é sobre todas essas variáveis (e outras tantas) que se baseia a capacidade de cada indivíduo agir, refletir sobre suas ações e conhecer o mundo e a si mesmo. Todavia, como destacam alguns comentaristas, o conceito beauvoiriano de situação não pode ser confundido com facticidade, tampouco com contexto. A situação é constituída por elementos da facticidade, mas não é sinônimo dela. Como facticidade, devemos aqui lembrar, compreende-se tudo aquilo que é um dado ou acidente natural da vida do indivíduo. Elementos que independem de sua escolha como fisiologia, morte, nacionalidade, cultura, classe econômica e a presença de outros indivíduos. Já situação envolve interpretação, significação subjetiva, ou seja, ação. Não é simplesmente o dado, mas dado significado, interpretado, ao qual se dirige a consciência (Candiani, 2018; Kail, 2009). São as circunstâncias com relação as quais o indivíduo opera sobre o mundo. Não há situação sem ação e vice-versa.

Por outro lado, como já vimos, Beauvoir não admite a noção de que a consciência, ou subjetividade, sobreponha-se à facticidade: a realidade objetiva é um fato que constitui o eu. Desse modo, a explicação da autora envolve dois pontos que não são contrapostos, mas inter-relacionados: a) a subjetividade é constituída em situação – elementos da facticidade

interpretados e significados culturalmente com relação aos quais o indivíduo age – e somente a partir dela; b) a cultura é uma construção humana, é constituída pelos próprios sujeitos, não um dado natural. Uma vez que constituir a cultura envolve obviamente agir, operar sobre o mundo a partir dos elementos naturais da experiência vivida, falamos aqui de subjetividade prática, ou seja, liberdade: indivíduos humanos que se constituem como sujeitos num mundo cultural e verbal que é, por sua vez, constituído pelo seu próprio resultado, subjetividades em ação. Isso nos dirige à segunda marca do conceito dentro do pensamento da autora: ainda que subjetivamente experienciada, a situação de cada indivíduo é externamente constituída, é um produto da alteridade. Não é algo que possa ser “trazido ao ser” por meio de projetos individuais (Candiani, 2018; Daigle & Landry, 2013; Kruks, 1987).

Diante disso, o conceito reforça o argumento beauvoiriano que apresentamos anteriormente de que não é possível falar em subjetividade apartada do mundo e da alteridade. É na cultura, a partir de seus discursos e narrativas que constituem crenças, dogmas, valores e regras, que o indivíduo conhece e compreende a si mesmo, constitui-se como sujeito, como eu. Além disso, é nesse mundo social e verbal que cada indivíduo pode dar à sua liberdade – sua subjetividade prática – um conteúdo concreto. A situação, portanto, é aquilo de que parte a ação: o indivíduo age sobre o mundo a partir de e mediante a sua situação, o que implica dizer que ele realiza sua liberdade em situação. Para Beauvoir, subjetividade e objetividade, a saber, liberdade e situação, não seriam conceitos antagônicos. Nenhum deles teria qualquer realidade sem o outro. Segundo essa concepção, afirmar a situação como mero conjunto de condições externas, separando-a da subjetividade, seria não só um erro, como resultaria numa inevitável naturalização da situação. Como atreladas, elas constituem-se a si mesmas: não há situação que não seja a significação humana da realidade objetiva, nem subjetividade que não se constitua a

partir da objetividade do mundo. Tratar os dois conceitos separadamente seria cair na armadilha do essencialismo e do dualismo, estaríamos sujeitos ao erro de tratar a subjetividade como algo essencial e imaterial e a situação como dado natural e não uma construção humana (Candiani, 2018; Daigle & Landry, 2013; Kail, 2009; Kruks, 1987).

Mas as ações do indivíduo não apenas se realizam nesse mundo coabitado, como também constituem a situação ao outro na medida em que abrem possibilidades ou impõem limites às suas ações. Do mesmo modo, o meu mundo é constituído não apenas da presença física do outro, como também de suas ações. São elas parte do meu ambiente e é, portanto, a partir e através delas que eu ajo. Para Beauvoir, portanto, o outro não é uma mera estrutura indireta da situação de um sujeito, mas aquele que ocupa o lugar de mediação entre ele e sua situação. Conforme Candiani (2018), com base nessa análise, Beauvoir compreende que a ação humana nunca será neutra, “ela se dá a partir de particularidades dos indivíduos e se configura na relação do indivíduo com o mundo, com o social, com o tempo, o espaço e com as outras pessoas” (p.90). Nossas ações demarcam laços com outros indivíduos que tenham interesses compatíveis com os nossos, ou seja, têm como base os benefícios que nos proporcionarão. Iremos nos contrapor aos indivíduos cujas ações e interesses apresentem obstáculos aos nossos e estabeleceremos laços com aqueles cujas ações nos beneficiem (Candiani, 2018; Daigle, 2012; Daigle & Landry, 2013; Kruks, 1987).

Sendo assim, como parte daquilo que constitui a situação no pensamento beauvoiriano estão as relações que os indivíduos estabelecem entre si que, conforme a autora destaca em *O Segundo Sexo*, serão de dois tipos: a) de reciprocidade: entre sujeitos “socialmente iguais”, em que cada uma das partes reconhece a liberdade do outro; b) de opressão: entre sujeitos “socialmente distintos”, em que a situação das partes é diferente no que diz respeito às suas

possibilidades concretas liberdade. Portanto, nossa situação não nos dota de uma capacidade de ação absolutamente livre, ao contrário, estamos sempre firmemente enraizados sob nossa facticidade. Somos sujeitos situados, corporificados, cuja liberdade não é absoluta, mas moldada ou regulada a partir da situação em estamos inseridos no mundo, entre outros sujeitos e outras liberdades e em nosso próprio corpo (Beauvoir, 1949; Candiani, 2018; Daigle, 2012; Daigle & Landry, 2013; Kruks, 1987).

No esforço contínuo de analisar e compreender as relações humanas, principalmente aquelas que envolvem opressão, Beauvoir irá tratar do conceito de situação de uma forma ainda mais peculiar e complexa ao analisá-lo dentro das especificidades de grupos sociais, de gênero e étnicos. Como ela sugere, no que diz respeito às relações que envolvem discrepância de privilégios sociais entre os envolvidos, a situação, através da mediação do outro, constitui a negação da liberdade dos indivíduos pertencentes a grupos minoritários. Carece nas relações entre homens e mulheres e brancos e negros, por exemplo, a igualdade fundamental para a reciprocidade no reconhecimento das liberdades. Ademais, além das relações individuais de opressão e desigualdade, esses indivíduos encaram ainda aquilo que chamamos de instituições, agências de controle culturalmente constituídas cuja função é fiscalizar e perpetuar os valores e regras que estabelecem os padrões de comportamento aceitos e não aceitos para esses grupos e as narrativas que cumprem o papel de compor um retrato de inferioridade acerca deles (Kruks, 1987).

Criadas ao longo da história, têm sua perpetuação e manutenção continuamente garantidas por meio de mecanismos múltiplos, como a educação, os valores morais estabelecidos, a criação de leis, a mídia (aí inclusas as diversas formas de arte), a religião etc. As regras e os valores imbuídos nessas instituições são passados através de gerações que não só os

aprendem, como aprendem a ensiná-los às gerações seguintes. Institucionalizados, esses conjuntos de regras e valores impregnados na coletividade constituem um “sistema impessoal de forças” (Kruks, 1987, p.117) que submete não apenas mulheres, como também os homens, não apenas negros, como também brancos. Beauvoir ressalta que, ainda que a situação das mulheres atualmente tenha sido imposta e constituída por homens, por exemplo, um homem como indivíduo é tão vítima quanto as mulheres, mesmo que as instituições que submetem tanto a ele quanto a elas sejam favoráveis apenas a ele que é, portanto, culpado e vítima por uma falta que ele em si não cometeu.

Quando se admite que a situação de um indivíduo em particular não é constituída por meio de seus próprios projetos, mas por um complexo sistema de instituições sociais, admitimos a força da cultura na constituição de situações particulares. Uma vez que esse sistema de instituições, como no caso da mulher, é constituído a partir do sexo, é possível afirmar que toda mulher, a despeito de suas particularidades, tem sua situação constituída a partir de um mesmo sistema. Dentro de um determinado grupo, a situação é uma condição geral para todos os membros, é, conforme Kruks (1987), “como uma categoria de seres humanos” (p.116). Com isso, o que Beauvoir nos diz é que, ainda que a experiência humana seja individual, ela é também sujeita a aspectos sociais gerais que a condicionam. Dessa maneira, conquanto não aceite a ideia de experiências humanas universais e procure sempre partir da análise da experiência vivida particular em suas análises – herança da influência da Fenomenologia sobre seu pensamento –, Beauvoir compreende que, uma vez que determinada situação é imposta a todo um grupo de pessoas, experiências semelhantes irão se repetir para cada membro do grupo (Candiani, 2018; Kruks, 1987).

Diante disso, podemos dizer que, ainda que em seus primeiros trabalhos ela aparentemente concorde com Sartre no que diz respeito à clivagem radical que o autor defende entre o ser humano e o mundo material e a ideia de liberdade e subjetividade como caracterização do indivíduo – o que, de algum modo, norteia a rejeição da autora às abordagens que advogam por um determinismo biológico no que diz respeito à situação da mulher –, já nesse período e em particular com *O Segundo Sexo*, Beauvoir vinha relativizando as proposições de Sartre em *O Ser e O Nada* de maneira a transformá-las completamente. De acordo com Kruks (1992), aqui já podemos vê-la transmutar a ontologia dualista do autor. Enquanto, para o jovem Sartre, o sujeito sempre constituiria o significado da situação, mesmo que sua facticidade estivesse além de sua escolha, para Beauvoir, a situação não apenas impõe significado ao sujeito, como ainda permeia sua subjetividade e, conseqüentemente, limita e até extingue sua liberdade. Para a filósofa, aqueles grupos de indivíduos que são mantidos em uma situação de inferioridade na sociedade serão, de fato, inferiores: a situação que lhes é imposta não apenas restringe suas possibilidades de ação no mundo, como passa a definir o que cada indivíduo membro do grupo pensa e sente sobre si mesmo. Tão enraizada e naturalizada nos discursos culturais que contribuem para sua manutenção, ela pode ainda ser comparada à ação de forças naturais.

Como no caso da mulher, sua situação torna-se efetivamente seu “destino”, fazendo dela um indivíduo que não é um agente moralmente responsável. A mulher é, portanto, presa na imanência pela situação a ela imposta pelo homem sem que seja necessariamente responsável por isso. Por outro lado, como já apontamos, do mesmo modo que a mulher não pode ser responsabilizada pela sua situação, tampouco pode o homem. Isso implica reconhecer os limites que se pode atribuir à responsabilidade e cumplicidade do sujeito que é subordinado ou que oprime, além dos diferentes níveis de liberdade (Kruks, 1992).

Seu posicionamento aqui já não pode ser confundido com o do Sartre de *O Ser e O Nada*, para quem o indivíduo, em qualquer situação e independente de qualquer nível de opressão e restrição é sempre e invariavelmente responsável por si e livre para dar o significado que quiser à sua situação, na medida em que ela reconhece a variabilidade de níveis de responsabilidade que um indivíduo pode ter com relação a formas de injustiça e opressão nas quais ele está implicado. Porém, é importante destacarmos que, em *O Segundo Sexo*, Beauvoir chega a um meio termo ao defender que, quando há a possibilidade de escolha sobre entrar ou sair de uma posição de privilégio, opressão ou subordinação, é possível falarmos em julgamento moral em relação às ações individuais. A moralidade é, desse modo, uma questão bem mais ambígua já que podemos assumir que a situação é capaz de qualificar a responsabilidade do sujeito de maneira significativa. Desse modo, em *O Segundo Sexo*, Beauvoir ainda insiste na responsabilidade do sujeito por suas ações, principalmente no que diz respeito a suas propostas éticas. Como veremos, ela vai progressivamente abandonando essas ideias (Kruks, 1992; 2005).

2.4 – Probabilidade e Historicidade

Outra questão que recebia importância pouco expressiva na obra de Beauvoir até o fim da década de 1940 é a *historicidade*. Em princípio, principalmente no seu “período moral”, ela ainda conservava uma noção de tempo muito próxima àquela apresentada por Sartre em *O Ser e O Nada*: até aqui, o presente, para ela, só passaria a ter um significado a partir das ações do indivíduo em função de objetivos futuros. O presente, portanto, só tem sentido a partir do futuro e o passado, podemos talvez dizer, parece irrelevante. A partir de *O Segundo Sexo*, acompanhamos uma virada em seu pensamento. De acordo com Kruks (2009), vemos Beauvoir

desenvolver “uma noção de tempo mais dialética em que o peso do passado, assim como a abertura de projetos em direção a um futuro, modela o significado do presente” (p.177).

A história pessoal do indivíduo, além de outros elementos acidentais do nascimento como a nacionalidade e a classe social e econômica, modela aquilo que ele se torna, condiciona a sua liberdade. Assumindo essa noção, a concepção de liberdade é aqui também sensivelmente alterada: deixa de ser tratada como meramente uma questão de ação dentro das limitações impostas pela situação imediata e passa também a ser compreendida como uma questão de ação e tomada de decisão que se realizará de acordo com aquilo que o sujeito se tornou (Kruks, 2009). Não mais apenas o presente limita ou modela a subjetividade e a liberdade dos indivíduos humanos, como também toda a sua história, mais ainda, não apenas sua história individual, como também e, se podemos arriscar a dizer, principalmente, a história do mundo, da cultura em que está inserido (Beauvoir, 1972).

Isso Beauvoir explora de maneira brilhante em seu romance *Os Mandarins* (1956) em que o personagem principal se vê diante da realidade esmagadora de que as suas decisões que antes julgava absolutamente livres estão, na verdade, inundadas pela sua história e a história do mundo: os elementos que compõe sua facticidade, como ser francês, ter vivido o período da segunda guerra e todo o decorrer do tempo dentro desses contextos não só moldaram o que e quem ele é hoje, mas condicionaram as suas possibilidades de decisões. Assim como fez em vários momentos de sua produção literária, em *Os Mandarins*, o romance é usado por Beauvoir como uma ferramenta para evocar as complexidades da experiência vivida e nele acompanhamos o personagem Henri que se vê submerso em dilemas pelos quais precisa passar para tomar importantes decisões com relação à sua vida. Ele se vê submerso em uma realidade histórica e política que não só transformou o mundo que ele conhecia, como a ele mesmo. Percebe agora

que suas decisões não dizem respeito apenas a ele e, na verdade, nunca disseram. Henri se vê diante do fato esmagador de que tudo aquilo que ele é e faz está completamente perpassado pela sua situação e que, portanto, não pode mais falar em completa responsabilidade moral por aquilo que se tornou e pelas decisões que toma (Kruks, 2009).

Beauvoir nos conduz, através da narrativa, a perceber que cada escolha ou ação que o sujeito empreenda é condicionada pela convergência de múltiplos fatores de sua existência situada, na medida em que deixa claro que os fatos externos predis põem as escolhas do personagem. Conforme aponta Kruks (2009), a concepção de liberdade que vemos a filósofa assumir aqui está muito mais alinhada a de Merleau-Ponty do que a de Sartre, isso porque, assim como o primeiro, ela reconhece que a *probabilidade* não é uma ficção, mas um fenômeno real e, portanto, conquanto o sujeito possa sempre mudar, transformar-se e superar algumas de suas limitações, aquilo que ele se tornou e essas limitações colorem a atmosfera do seu presente. O passado, mesmo que não deva ser tomado como um destino enrijecido, fixo que simplesmente se repetiria a exaustão, é aquilo que constituiu o presente e é daquilo que há de partir qualquer futuro. A situação não é algo que a liberdade possa destruir, ao contrário, é justamente aquilo que a orienta (Beauvoir, 1972).

Em um outro momento, Kruks (2005) ilustra essa proposta de historicidade com a própria biografia de Beauvoir. Conforme a comentarista, no fim dos anos de 1950, a França enfrentava um embate contra a insurreição dos argelinos pela libertação da Argélia, então colônia francesa. Num primeiro momento, a reação de Beauvoir pode ser tida como um exemplo de má-fé – a evasão da própria responsabilidade e liberdade – na medida em que declarou que naquele tempo não havia para ela qualquer ação apropriada diante daquilo. Kruks (2005) nos conduz, então, a voltarmos nosso olhar para o contexto e a história da filósofa até aquele momento.

Nascida e criada na França, a cultura, a arte, a filosofia e a política francesa constituíam o mundo de Beauvoir, estavam intrincadas na sua subjetividade, na sua identidade e na forma de compreender a si e ao mundo. Ademais, ela viveu a Segunda Guerra e todas as suas consequências, inclusive o afloramento do nacionalismo francês resultante da ocupação alemã que gerou uma forte necessidade de autoafirmação e identidade no povo francês. Retomando a esse período ou, mais propriamente como um resquício dele, nos anos de 1950, o discurso de traição à França estava fortemente presente e afetava diretamente Beauvoir e suas ações. Diante disso, agir, posicionar-se contra a opressão e injustiça infligida contra os argelinos era considerado pela sociedade francesa como um ato antipatriótico. Trair a França representava ali trair tudo que ela aprendeu a amar e valorizar e toda a sua própria identidade e formas de compreender a si e ao mundo, o que talvez ela ainda não conseguisse suportar (Kruks, 2005).

Dizer que, naquele momento, não havia nada que pudesse fazer seria antes talvez considerado pela filósofa como um ato de má-fé: ela renunciava à sua liberdade e a viver uma existência autêntica, valendo-se de “desculpas” que lhe garantissem fugir do fardo da responsabilidade. No entanto, como ela afirmara, ela precisava da sua autoestima para continuar vivendo (Beauvoir, 1963). Ademais, Beauvoir estava em meio a um tortuoso processo de descobrimento da sua cumplicidade em relação àquelas atrocidades e, portanto, reduzir sua relutância em “trair a França” e a alienação que ela sentia em relação a seus compatriotas como má-fé ou neurose seria um erro que contrariaria todas as conclusões subseqüentes que ela chegou em sua obra com relação ao papel e responsabilidade do indivíduo diante da opressão, sua concepção de subjetividade e liberdade situada e a história pessoal e cultural como fatores fundamentais na constituição do sujeito (Kruks, 2005).

Com o tempo, conforme destaca Kruks (2005), Beauvoir passou a progressivamente reconhecer sua identidade e privilégios sociais e, ao invés de negá-los tentando se tornar “menos francesa”, rejeitando sua própria cultura e história ou fazendo qualquer esforço para aderir elementos da identidade argelina a sua própria, ela passou a fazer uso disso para realizar intervenções políticas eficazes. Neste segundo momento, sua atitude talvez não pudesse vir a ser rotulada como má-fé, uma vez que ela se mostra muito consciente acerca de sua identidade e de seus valores. Mas por que, então, no princípio ela agiu de outra maneira? O que Kruks (2005) defende é que, segundo a própria Beauvoir, as decisões do indivíduo irão sempre refletir aquilo que ele se tornou, sua história e sua vida até ali, ao mesmo tempo que serão também determinadas por aquilo que esse indivíduo fez de si mesmo no curso de sua história. Há uma continuidade no curso de nossas vidas que deve ser reconhecida. A todo momento seremos expostos a situações e contextos distintos que nos transformarão no sentido de moldarem nossa subjetividade. O sujeito não é estabilidade, mas constante processo que acompanha sua história. Nossas ações, uma vez realizadas e presentes nessa nossa história, irão sempre abrir os caminhos para ações futuras num *continuum* que só se encerra com a nossa morte (Beauvoir, 1972). Desse modo, sua postura no início não poderia ter sido diferente. Nada até então a tinha preparado para agir como agiu posteriormente.

Com efeito, em suas produções maduras, vemos Beauvoir ultrapassar aquela concepção de sujeito sempre e absolutamente livre para fazer suas próprias escolhas independente de sua situação em direção a uma concepção de sujeito encarnado que realiza, sim, suas escolhas, mas escolhas que não meras afirmações de um futuro. Na verdade, ainda que realizadas no presente com objetivos para o futuro, surgem a partir daquilo que o sujeito se tornou ao longo de seu passado até o momento presente (Beauvoir, 1972).

Assim, se olharmos para a sua famosa máxima “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1949, v. 2, p.11), temos diante de nós dois sentidos para o verbo tornar-se. Um primeiro sentido seria o de tornar-se aquilo que sua situação fez de si: tornar-se um gênero, uma etnia, uma nacionalidade, uma classe social. O indivíduo se constitui como sujeito, torna-se um eu, a partir desses elementos de sua facticidade e de sua situação. Um segundo sentido seria o de tornar-se aquilo que faz de si mesmo a partir da sua condição de sujeito situado. É o fazer algo de si mesmo a partir do que fizeram de si. Porém, a partir de *Os Mandarins*, podemos afirmar com mais segurança que esse segundo sentido está diretamente relacionado ao primeiro: a depender daquilo que o indivíduo se tornou, maiores ou menores serão as probabilidades de que ele tome estas ou aquelas decisões. Maior ou menor será a probabilidade que prefira X ou Y, que escolha A entre A e B. Desse modo, ainda que Beauvoir permaneça, sob alguns aspectos, firme em sua recusa a aceitar o determinismo – e ela de fato o consegue no que diz respeito a um modelo determinista do tipo causa e efeito –, ela assume que aquilo que o sujeito veio a se tornar a partir de sua história, dos elementos que compõe sua facticidade e sua situação passada e presente, deva ser reconhecido como um fator de predisposição. Aquilo que eu me tornei predispõe que eu siga por certos caminhos (Kruks, 2005; 2009).

CAPÍTULO 3 – Noções e conceitos skinnerianos

Neste capítulo, pretendemos analisar e discutir algumas noções e conceitos de B. F. Skinner que julgamos fundamentais para a compreensão da concepção de homem do autor. Ao contrário do que optamos por fazer no capítulo anterior, referente à Simone de Beauvoir, aqui não recorreremos às formulações anteriores de Skinner para comparar com as maduras. Com efeito, trataremos especificamente dos conceitos e noções presentes na obra do autor a partir, principalmente, da década de 1980 e da formulação do modelo explicativo de Seleção por Consequências e dos conceitos e noções nele implicados, particularmente aqueles relacionados à noção de subjetividade para o autor.

Ainda que tenha sido efetivamente formulado a partir da década de 1980, podemos dizer que o modelo de seleção por consequências foi uma proposta desenvolvida por Skinner lentamente ao longo de toda a sua obra. Ao fim da década de 1940, Skinner já parecia supor o controle do comportamento pelo ambiente em três níveis. Mas é especificamente em 1953, com a publicação de *Ciência e Comportamento Humano*, que vemos, além da marcada presença da influência da teoria darwiniana, os primeiros traços daquilo que viria ser mais tarde a sua proposta de tríplice determinação ambiental. É nesse período que Skinner passa a considerar de maneira especial o papel da sociedade ou cultura como um dos fatores determinantes fundamentais do comportamento humano. Ademais, ali o autor já enfatiza a necessidade de compreendermos os ambientes sociais como uma construção humana (Andery & Sérgio, 2006). Desse modo, é possível afirmarmos que, uma vez que esses ambientes são produtos do próprio fazer humano, o comportamento humano está, em sua maior parte, sob controle do próprio ser humano (Micheletto, 2001b).

3.1 – Modelo seleção por consequências

Tido como um marco no pensamento do autor, o modelo de seleção por consequências não apenas cumpre a tarefa de articular e dar unidade ao sistema explicativo skinneriano, como também demarca finalmente a completa ruptura com propostas mecanicistas. É ele que possibilita a Skinner explicar o comportamento de todas as espécies a partir de um único modelo causal. O comportamento humano pode, assim, ser compreendido como regido pelas mesmas leis e princípios que o das demais espécies, ao mesmo que específico e diferente. Além disso, o modelo irá tornar explícita a influência da Teoria da Evolução das Espécies de Darwin que já marcava presença na obra do autor desde a formulação do operante (Andery, 2001; Micheletto, 2001a; 2001b).

No entanto, cabe aqui uma ressalva: apesar de Skinner ter se baseado na teoria da evolução das espécies para construir seu modelo causal, ele não admite a noção de evolução no sentido de um espontâneo desenrolar para algo melhor e aprimorado. Não há uma “força natural ou transcendental” (Micheletto, 2001d, p.10) que oriente o processo de seleção e, portanto, não cabe nessa concepção qualquer ideia que suponha ser o progresso algo natural e inevitável. Para Skinner, admitir a ideia de força propulsora significaria ainda se manter atrelado aos pressupostos mecanicistas de que ele pretendia se afastar (Micheletto, 2001a; 2001b). A noção mecanicista de ambiente como um simples detonador é completamente superada. O ambiente não elicia comportamentos, não os gera, mas os seleciona. Comportar-se é, portanto, fundamental e a existência de cada sujeito depende e está diretamente vinculada à sua ação sobre o mundo. O homem não é um ente passivo que apenas reage ao ambiente, ele se comporta e, ao fazê-lo, modifica e determina o ambiente que o determina. A determinação é retroativa: o

homem é produtor do ambiente que o produz (Andery, 2001; Micheletto, 2001a; 2001b; 2001c; 2001d).

Skinner desenvolve, assim, seu modelo explicativo para o comportamento a partir, não da ideia de evolução, mas dos dois processos básicos apresentados por Darwin para “explicar a formação, a diferenciação e a transformação das diferentes espécies” (Andery, Micheletto & Sérgio, 2002, p.156): *variação* e *seleção* e elabora seu modelo causal selecionista articulando as relações entre três níveis de seleção do comportamento por suas consequências. O comportamento humano deveria, portanto, ser compreendido como produto da interação do conjunto de três tipos, ou níveis, interdependentes de variação e seleção: 1) *Filogenético*: nível da espécie; 2) *Ontogenético*: nível do indivíduo; 3) *Cultural*: nível das práticas culturais (Andery, 2001; Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Andery & Sérgio, 2001; Dittrich, 2004; Micheletto, 2001b; 2001c; 2001d; 2016).

Os três níveis de determinação produzem cada um deles efeitos múltiplos, muitas vezes conflitantes entre si, que se conjugam e inter-relacionam, resultando em indivíduos absolutamente únicos e singulares, produtos de histórias de determinação necessariamente distintas. A forma como cada um desses níveis opera e especialmente como interagem uns com os outros é o que nos permite explicar o comportamento humano, inclusive os mais complexos, a partir de um único modelo causal. Contudo, o Behaviorismo Radical não pressupõe de forma alguma uma homogeneidade ou padronização resultantes da tríplice determinação do comportamento, pelo contrário: o ambiente produz variações de *caracteres fisiológicos* entre organismos de uma mesma espécie, de *repertórios comportamentais* em um único indivíduo e de *práticas culturais* em uma mesma cultura que são selecionados (Micheletto, 2001b; 2001d).

O ainda modelo permite a Skinner explicar o caráter histórico da determinação do comportamento pelo ambiente na medida em que descreve essa relação de controle como ocorrendo em três dimensões temporais distintas. O comportamento é controlado não apenas pelo ambiente do momento da resposta, mas por toda história ambiental do sujeito como um todo: “além do ambiente delimitado pelo espaço de uma vida individual, ela envolve os ambientes em que a espécie foi selecionada e os ambientes sociais – as culturas” (Micheletto, 2001c, p.255)

3.1.1 – Nível filogenético

O primeiro nível de variação e seleção diz respeito ao desenvolvimento de comportamentos e padrões comportamentais típicos de determinada espécie durante seu tempo de existência. Trata-se, segundo Moore (2017) da “contraparte comportamental da seleção natural” (p.53) descrita por Darwin. Isso posto, compreendemos que os processos de variação e seleção operaram não só sobre os caracteres anatômicos, fisiológicos e neurológicos de um organismo, como também sobre padrões e processos comportamentais, como os condicionamentos respondente e operante, constituindo, assim, um organismo que não é apenas um corpo, mas um corpo que se comporta, que faz coisas, que é executor (Andery, 2001; Micheletto, 2001b).

Variações pequenas e aleatórias ocorrendo sobre o conteúdo genético de cada membro de uma mesma espécie produziram, de forma constante, novos padrões comportamentais, resultando na coexistência de organismos dotados de repertórios comportamentais distintos entre si. Aqueles que apresentaram respostas mais úteis e adaptativas ao seu ambiente foram selecionados, ou, dito de outro modo, tiveram mais chances de sobreviver, de se reproduzir e de

transmitir suas características comportamentais mais vantajosas às futuras gerações (Andery, 2001; Andery, Micheletto & Sérgio, 2002). A seleção por consequências, nesse nível, resulta, portanto, no “desenvolvimento de uma espécie com um repertório inato – o estabelecimento de uma linhagem comportamental” (Moore, 2017, p.53).

Acontece que, conforme salienta Micheletto (2001b), Skinner entende que a dotação genética nada significa até que seja exposta ao ambiente, sendo, por sua vez, completamente modificada. Dessa maneira,

a seleção produziu uma natureza obsoleta. Ela prepara a espécie para um ambiente muito próximo daquele em que a espécie foi selecionada. Num meio que muda constantemente, a bagagem genética não acompanha o ambiente e o organismo apresenta então susceptibilidades que são pouco úteis, ou até ameaçadoras no mundo transformado. Skinner apresenta isso como uma falha do processo de seleção. (p.119)

Tanto as características morfológicas, quanto as comportamentais inatas que constituem um organismo hoje são produtos de processos de variação e seleção que ocorreram de forma lenta e gradual ao longo de milhares de anos. Desse modo, ainda que os processos comportamentais selecionados pelo primeiro nível possibilitassem a interação do organismo com o ambiente de forma mais adaptativa, isso só seria possível em um mundo relativamente estável, uma vez que foram selecionados em um ambiente que já não existe mais. E é nesse aspecto que, de acordo com Skinner, reside a falha do primeiro nível de seleção por consequências. Falha que é, por sua vez, corrigida pelo próprio processo de seleção que produziu também, nos organismos, a sensibilidade às consequências imediatas de suas ações, tornando possível o surgimento de

padrões comportamentais novos que não dependessem da eliciação pelo ambiente e que não são inatos e típicos da espécie. O comportamento operante, enquanto possibilidade, é, portanto, produto do nível filogenético e é o que possibilita o surgimento do segundo nível de seleção por consequências (Andery, 2001; Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Micheletto, 2001b).

3.1.2 – Nível ontogenético

No segundo nível de seleção, as consequências que operam como modo causal não são mais aquelas relacionadas à sobrevivência da espécie, mas à aquisição de repertórios comportamentais individuais. A sensibilidade às consequências imediatas de suas ações – produto do primeiro nível de seleção – permitiu que o organismo tivesse seus comportamentos controlados por aquelas consequências que são importantes para o próprio organismo durante seu tempo de vida. Assim sendo, no segundo nível, não é o organismo que é selecionado, como no primeiro nível, mas seus comportamentos. O ambiente, como “agente selecionador” desses comportamentos, é, por sua vez, modificado pelo próprio organismo que opera sobre ele e essa operação não se dá mais apenas da maneira como fora pré-determinada filogeneticamente. O condicionamento operante possibilita que o organismo desenvolva um repertório comportamental novo, para além dos comportamentos inatos, típicos de sua espécie. Com isso, ele passa a poder interagir com um mundo em constante transformação de forma muito mais adaptativa e eficiente. A interação organismo-ambiente torna-se, assim, constante, muito maior e capaz de produzir mudanças muito mais rápidas, intensas e significativas em ambos. Em função disso, o condicionamento operante passa a prevalecer sobre o respondente e o repertório comportamental dos organismos passa a ficar predominantemente sob controle operante (Andery, 2001; Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Micheletto, 2001b; Moore, 2017).

Desse modo, ao longo de sua vida, esse organismo controlado pelas consequências imediatas de suas próprias ações – que controla, determina o mundo que o determina – adquire um repertório comportamental selecionado a partir da sua própria e única interação com o ambiente. Além de adaptado especificamente a sua história individual, este repertório comportamental é infindável, singular e sempre e necessariamente diferente daqueles adquiridos pelos outros membros de sua espécie e é ele que constitui aquilo que Skinner chama de *pessoa* (Andery, 2001; Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Micheletto, 2001b). Conforme Andery (2001), “a noção de individuação só se torna ontologicamente possível” (p.200), portanto, a partir do segundo nível de seleção do comportamento pelo ambiente.

A evolução teria operado, assim, de modo que o comportamento que de início seria selecionado apenas através das consequências para a sobrevivência da espécie como um todo passasse a ficar sob controle de um novo nível de seleção por consequências: o reforçamento (fortalecimento) do comportamento dos indivíduos... O surgimento do segundo nível de controle pelas consequências põe em cena, por assim dizer, um indivíduo mais maleável, capaz de responder a um ambiente que muda durante sua vida de maneiras inteiramente novas e inesperadas, e põe em cena um indivíduo que, pela primeira vez na evolução, é controlado pelas consequências de seu comportamento individual... A história individual, enquanto história comportamental, só se torna possível a partir deste passo evolucionário. (p.200)

Mas assim como o nível filogenético, o ontogenético também possui falha: o condicionamento operante, ainda que aprimore e amplie as interações entre o organismo e o

ambiente, depende necessariamente da ação do próprio organismo para que sejam selecionadas as respostas que irão constituir seu repertório comportamental individual. Acontece que o tempo de vida de uma pessoa é pequeno demais para que um repertório extenso seja adquirido apenas por meio de sua própria experiência vivida, o que acaba por limitar suas possibilidades de interação efetiva com o ambiente. Essa falha é, por sua vez, corrigida a partir da evolução de ambientes sociais e culturais e daquilo que Skinner compreende como comportamento social, originando o terceiro nível de seleção por consequências em que o indivíduo passa a ser capaz de aprender a partir da experiência do *outro* através de mecanismos como a modelação e a imitação, controlados por reforçamento operante, sem precisar entrar em contato direto com o ambiente em uma relação mecânica (Andery, 2001; Andery & Sérgio, 2006; Micheletto, 2001b; 2001c).

Como comportamento social, compreende-se a relação indivíduo e ambiente social. Nessa relação, classes de estímulos discriminativos e reforçadores ligados a emissão de uma classe de resposta terão sido ou são mediados pela ação de outro indivíduo. Em termos bastante simplistas, se pensarmos na relação organismo-ambiente implicada na noção de operante – descrita pela contingência de três termos: **S: R-S** – podemos dizer que o comportamento social é a relação em que os S antecedentes (discriminativos) e consequentes (reforçadores) à R são originados a partir do *outro*. Um ponto que vale destacar aqui é que, para Skinner, estímulos sociais possuiriam as mesmas dimensões de outros estímulos naturais, ou seja, são de natureza física. Como os estímulos naturais, os sociais podem apresentar função discriminativa, reforçadora e respondente. A única diferença entre os dois seria meramente uma questão de origem: estímulos sociais originam-se de outros indivíduos, dos comportamentos de outros indivíduos ou dos produtos desses comportamentos (Andery & Sérgio, 2006).

Se nessa relação o ambiente ou estímulos originam-se do outro, é redundante afirmarmos que é o outro aquilo que está no centro da descrição de comportamento social, assumindo, assim, papel de objeto no ambiente do sujeito que se comporta em relação a ele. Por outro lado, o outro é um tipo especial de objeto do ambiente porquanto possui propriedades específicas não partilhadas por outros objetos (Andery & Sérgio, 2006). Desse modo, a noção de ambiente e de determinação é aqui ampliada na medida em que concebe o outro como mediador na relação organismo-ambiente: o outro assume papel de parte do universo que afeta o organismo, que determina seus comportamentos, logo, de ambiente (Andery, 2001; Andery & Sérgio, 2006; Micheletto, 2001b; 2001c).

3.1.3 – Nível cultural

O terceiro nível de seleção por consequências, a cultura, diz respeito a um novo tipo de controle comportamental: a *seleção de práticas culturais*. À medida que os homens passaram a viver em grupos e os ambientes sociais foram evoluindo, práticas características de cada grupo, ou modos de agir e de fazer coisas, surgiram. Aquelas que apresentaram vantagens para a comunidade, no sentido de resolver seus problemas e de facilitar a vida de seus membros como um todo, foram selecionadas, ou seja: práticas grupais ou culturais reforçadas por sua efetividade para a sobrevivência e bem-estar do grupo são adotadas por seus membros e transmitidas às futuras gerações, constituindo uma “linhagem cultural”. Porém, conquanto sejam selecionadas, replicadas e transmitidas dada sua função para o grupo social e não para o indivíduo, práticas culturais são ainda formas especiais de comportamento operante. São indivíduos que as aprendem, ensinam, aprendem a ensinar e as executam. Para que isso se dê, uma comunidade treinada precisa liberar reforçadores sociais ou pessoais a seus membros mediante a emissão de

respostas relacionadas ao aprender, ensinar e executar suas práticas. O condicionamento operante é, portanto, o processo fundamental deste nível também (Andery, 2001; Dittrich, 2004; Moore, 2017).

Ademais, ambientes sociais e culturais surgem e evoluem a partir do estabelecimento por condicionamento operante de relações de controle envolvendo mais de um indivíduo, como a imitação, a modelação e o comportamento verbal que são mediadas por outros indivíduos, reforçadas por essa mediação e independem da interação direta de cada um, em particular, com o ambiente. A possibilidade de o homem ter seu comportamento reforçado pelos membros de sua comunidade está relacionada àquilo que podemos chamar de reforçamento social e é o que permite que cada pessoa seja capaz de aprender também a partir da experiência vivida de outrem, de adquirir repertórios comportamentais que independem de sua história pessoal e, portanto, de operar sobre o ambiente de forma ainda mais ampla. Vale ainda destacar que essas novas relações de controle entre os membros do grupo social são estabelecidas a partir dos repertórios comportamentais particulares de cada indivíduo (Andery, 2001; Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Andery & Sérgio, 2006; Cruz & Cillo, 2008; Dittrich, 2004; Micheletto, 2001b).

O comportamento verbal, como uma relação de controle entre indivíduos, responsável pelo desenvolvimento de ambientes sociais, merece aqui nosso destaque: de acordo com Skinner, seu surgimento na espécie humana garantiu o desenvolvimento do terceiro nível de seleção por consequências e é principalmente através dele que práticas culturais são transmitidas entre os membros de uma cultura. É preciso mencionarmos que os fenômenos que o autor abrange sob esse rótulo já vinham sendo explorados e descritos por outras áreas do conhecimento, até mesmo pela Psicologia. Skinner, porém, propunha justamente ir na contramão e romper com as clássicas explicações acerca dos “fenômenos verbais” que costumavam atribuir suas causas a eventos

internos, psíquicos ou metafísicos. Para tanto, julgou necessário propor também um outro nome para seu sistema de análise e descrição para que, assim, ficasse claro esse rompimento e demarcasse o início de uma nova forma de se compreender e estudar tais fenômenos (Andery & Sérgio, 2010; Skinner, 1945).

Comportamento verbal integra aquilo que chamamos comumente de linguagem, mas, mais especificamente, trata-se de um tipo especial de comportamento operante que não envolveria uma relação mecânica e direta com o ambiente, característica de diversos operantes comuns a várias espécies. Ao contrário, trata-se de um comportamento típico da espécie humana, criado e mantido por consequências mediadas por outras pessoas, uma forma de mediação especialmente produzida para afetar o comportamento do outro. De acordo com Skinner, o comportamento verbal é modelado e fortalecido dentro de uma comunidade verbal, ou seja, um grupo de pessoas com determinadas práticas culturais. Tais práticas controlam o comportamento de seus membros que respondem diferencialmente de acordo com elas, além de serem transmitidas às gerações futuras, sendo o ambiente verbal o veículo e o princípio dessas práticas. Comportamento verbal é, portanto, um operante reforçado pela mediação de outras pessoas que foram sistematicamente preparadas por uma comunidade verbal para reagirem como mediadores (Andery & Sérgio, 2010; Skinner, 1945).

O desenvolvimento dos ambientes sociais e, especificamente, do comportamento verbal é, portanto, aquilo que demarca a diferença entre o ser humano e as demais espécies. Mas o comportamento verbal cumpre ainda outro importante papel: é somente a partir dele que podemos falar em *subjetivação*, na medida em que possibilita ao indivíduo ter acesso àquilo que ocorre dentro de sua pele, seu mundo privado, seus sentimentos e pensamentos. A cultura, sobretudo, por meio de suas práticas, que embasa aquilo que cada pessoa compreende e

interpreta acerca de si mesma e do mundo. Com efeito, as comunidades verbais preparam indivíduos para se comportar em relação a seus ambientes sociais, constituindo o eu, um conjunto único de repertórios comportamentais com relação aos diversos ambientes, a que Skinner chamará de *self* – produto do terceiro nível de seleção (Andery, 2001).

3.2 – Subjetividade

Ao contrário de muito o que foi dito sobre Skinner – em decorrência principalmente da indistinção feita pelos críticos entre sua proposta behaviorista e a de Watson –, ele não rejeita a subjetividade como objeto de estudo, mas confere aos fenômenos que nela se enquadram, como pensamentos e sentimentos, um tratamento diferente daquele conferido por outras abordagens psicológicas e filosóficas e considera que um modelo psicológico não poderia deixar de lado tais fenômenos humanos pelo simples fato de sua acessibilidade ser restrita ao sujeito que os experiencia. Para o autor, este “pormenor” não distinguiria tais fenômenos daqueles ditos públicos e observáveis, todos tratar-se-iam de comportamentos, do que um organismo faz, possuindo as mesmas dimensões. Skinner, portanto não rejeita a subjetividade, mas opta por abandonar o termo subjetivo para tratar de eventos psicológicos e passa a chamá-los “eventos privados” em contraponto aos “eventos públicos”, anteriormente chamados de objetivos. Tratar comportamentos como públicos e privados ao invés de objetivos e subjetivos é uma opção que permitiu ao Behaviorismo Radical afastar-se de jargões tão inerentes às diversas proposições psicológicas (Dittrich, 2005; Lopes, 2006; Tourinho, 2001a; 2001b).

No entanto, cabe salientar que esta distinção não lhes confere uma oposição imanente, uma vez que, dentro dessa corrente filosófica, subjetividade estaria diretamente relacionada com

o ambiente externo. Tudo aquilo que concerne ao comportamento de um organismo, seja público ou privado é “produto” de sua interação com o ambiente, com o contexto (Dittrich, 2005; Tourinho, 2001a; 2001b). Em uma definição mais adequada ao que propõe o Behaviorismo Radical, podemos compreender “subjetividade como comportamento de um sujeito-em-contexto” (Dittrich, 2005, p.41).

Sendo assim, Skinner considerava perfeitamente possível que uma ciência do comportamento se ocupasse desses eventos uma vez que, para o autor, eles não possuiriam qualquer diferença em termos de dimensões em relação àqueles eventos comportamentais mecânicos ou expressos: eventos privados, não possuem qualquer dimensão metafísica, ao contrário, sua natureza é tão física quanto qualquer outro tipo de evento do mundo ao nosso redor. Ademais, Skinner enfatizava que tais eventos não necessitariam de nenhum método especial para que fossem estudados, tampouco precisaria o pesquisador se valer de outro tipo de conhecimento além do científico: as ciências naturais, como destacava o autor, não se ocupam apenas daqueles fenômenos que podemos enxergar e mensurar e eles não são considerados menos físicos por isso. Essa é uma das marcas da diferença entre o Behaviorismo Metodológico watsoniano e o Behaviorismo Radical (Dittrich, 2005; Lopes, 2006; Sérió, 2001b).

Skinner desconsiderava completamente a concepção de Watson de que aqueles eventos que ocorrem no mundo privado do sujeito, aos quais não temos acesso direto, seriam, na verdade, mediadores fisiológicos do comportamento. Para o autor, os fenômenos classificados como psicológicos ou subjetivos, como sentimentos e pensamentos, deveriam ser compreendidos como comportamentos, relação organismo-ambiente descrita também pela contingência de três termos. Ou seja, tais eventos podem também ser compreendidos como uma resposta do organismo em relação ao seu ambiente, um processo cuja ocorrência é determinada por variáveis

contextuais passadas e atuais, obedecendo certa regularidade que pode ser analisada e prevista. O estudo dos eventos privados, portanto, torna clara a postura anti-reducionista do Behaviorismo Radical ao conceber esses fenômenos não como mediadores fisiológicos do comportamento, mas como parte dele (Dittrich, 2005; Sérgio, 2001a; Skinner, 1974; Tourinho, 2001a).

Conforme Sérgio (2001b), essa filosofia muito teria a perder ao tentar reduzir seu objeto de estudo, o comportamento, a meras alterações fisiológicas. Skinner considerava tais comportamentos – ou, como preferiu chamar: comportamentos privados – tão importantes quanto qualquer comportamento exposto executado por um indivíduo com relação ao seu ambiente e afirmava ser não apenas possível, mas fundamental que uma ciência do comportamento humano, uma psicologia científica, fosse capaz de lidar com todos os fenômenos humanos, sem exceção.

Para Skinner, assim como o fazer, o sentir e o pensar são produtos da evolução. Uma vez que somos nosso corpo, um corpo que opera sobre o mundo, aquilo que compreendemos como “o que a mente faz” é, na concepção do autor, o que o corpo faz. Mais ainda, esses eventos ditos mentais ou, para Skinner, privados, “não só são parte da ação humana, mas fazem parte dos eventos do universo que afetam o organismo” (Micheletto, 2001b, p.118), ou seja, são parte do ambiente que determina o comportamento. Desse modo, podemos dizer que uma parte do controle do nosso comportamento ocorre “dentro da nossa pele”. É preciso, porém, ter certo cuidado com essa delimitação e é o próprio Skinner que nos lembra disso. Caracterizar comportamentos ocorrendo dentro ou fora da pele é um tanto limitado e inadequado se tratarmos disso como fronteiras físicas e espaciais imanentes. A fronteira, nesse caso, diz respeito aos limites de acesso que o outro ou o observador têm com relação ao comportamento. É preciso nos voltarmos novamente à questão da relação: a caracterização dos eventos se dá não com base em

delimitações geográficas, mas com base na interação do indivíduo que se comporta com o mundo e os outros (Sério, 2001b; Tourinho, 2001a).

Outro ponto que pode gerar interpretações errôneas e precipitadas diz respeito à afirmação de igualdade dos eventos em termos de dimensões. Afirmar que os fenômenos ditos psicológicos possuem as mesmas dimensões físicas dos demais eventos não nos permite negar suas diferenças. Sério (2001a) esclarece:

Aqui, novamente, uma posição anti-reducionista: uma igualdade ontológica – fenômenos da mesma natureza – e uma igualdade epistemológica – fenômenos que não são conhecidos de forma especial – não significam igualdade comportamental – podem existir peculiaridades na relação desses eventos com o próprio organismo que se comporta. Nosso compromisso em afirmar uma igualdade não pode nos cegar diante de outras possíveis diferenças. (p.167)

Vale enfatizar que conquanto possamos falar de pensamentos e sentimentos como sendo comportamentos não necessariamente dependentes da mediação de uma comunidade verbal, a subjetivação é necessariamente produto do terceiro nível de seleção e, mais especificamente, é devida ao advento do comportamento verbal na espécie humana. Os comportamentos privados envolvidos nesse escopo tratam-se necessariamente de contingências de reforço, especificamente àquelas ligadas ao comportamento verbal. Para isso, essa comunidade, o outro, uma vez que não tem acesso direto à privacidade desse indivíduo, observa-lhes suas manifestações públicas, seus comportamentos observáveis externamente e infere-lhes significado, interpretações constituídas dentro de um meio social. Dito de outro modo: respostas verbais que dizem respeito a questões

subjetivas são controladas por seus correlatos não verbais, comportamentos expressos emitidos por um indivíduo que são observados pela comunidade que os interpreta e infere-lhes um significado que é, por sua vez, comunicado ao indivíduo que os emitiu. A emissão desses comportamentos correlatos, sejam eles mecânicos ou até mesmo verbais, como falados, é, portanto, fundamental para que todo esse processo ocorra (Dittrich, 2005; Lopes, 2006; Skinner, 1974; Tourinho, 2001a).

Podemos dizer, portanto, que tudo aquilo que concerne à subjetividade de um indivíduo é construída e conhecida mediante sua interação com um meio social, com uma comunidade verbal que lhe ensina a observar e nomear seus comportamentos privados a partir de seus correlatos expressos (Andery, 2001; Dittrich, 2005).

CAPÍTULO 4 – A ambiguidade como característica fundamental do ser humano

Conforme expusemos na introdução desta pesquisa, nosso objetivo foi propor uma possibilidade de aproximação entre o pensamento de Simone de Beauvoir e o de B. F. Skinner a partir da concepção de ser humano adotada pelos autores. Nos capítulos 2 e 3, apresentamos algumas dimensões elegidas com base na relevância para compreensão do que é o ser humano para cada um dos autores para orientar nossa análise e seleção de fontes, bem como nossa exposição e análise de resultados. Com efeito, no Capítulo 2 analisamos a concepção beauvoiriana de ser humano através dos conceitos de *consciência*, *corporificação*, *intersubjetividade*, *liberdade*, *situação* e *facticidade*, além das noções de *historicidade* e *probabilidade* para a filósofa. No Capítulo 3, por sua vez, analisamos a concepção skinneriana de ser humano a partir do modelo explicativo de *seleção por consequências* (seus três níveis e respectivos produtos: *organismo*, *pessoa* e *self*), dos conceitos de *comportamento social*, *comportamento verbal*, *eventos privados* e *ambiente* e das noções de *historicidade* e *probabilidade* assumidas dentro da proposta do autor.

Como uma possibilidade metodológica para realização de pesquisas conceituais, conforme aventada por Pompermaier (2017), utilizamos os textos de Beauvoir e de autoras que versassem sobre as noções e os conceitos beauvoirianos supracitados como pré-texto para a leitura e interpretação dos resultados que obtivemos a partir da análise dos textos de Skinner e de estudiosos de suas propostas que versassem sobre as dimensões de análise especificadas no Capítulo 3. Desse modo, no presente capítulo, discutiremos a possibilidade de aproximação entre o pensamento de cada um dos autores mediante a análise e interpretação dos resultados apresentados nos capítulos anteriores referentes às dimensões de análise delimitadas para

compreendermos a concepção de ser humano de cada autor. Nosso fio condutor aqui será a hipótese de que *a noção de ambiguidade em que se funda a concepção de ser humano de Simone de Beauvoir encontra ecos na concepção de ser humano de B. F. Skinner*.

Como vimos, a partir da noção de ambiguidade, a influência sobre Beauvoir da tradição fenomenológica, que, desde o princípio, buscava *subverter e romper com a distinção sujeito-objeto, negando concepções dualistas*, fica ainda mais clara. O indivíduo humano é um *corpo*, objeto submetido a forças anônimas da natureza, e um *sujeito (eu)*, intencionalidade que experiencia essas forças e lhes dá significado. Como um *sujeito-corpo*, não há nenhuma esfera da vida do ser humano aquém da materialidade. A ambiguidade, portanto, dirige nosso olhar para além da ação do indivíduo, obrigando que olhemos para toda a estrutura natural, cultural e histórica que envolve essa ação, que é, por sua vez, também ambígua em vários sentidos, na medida em que *transcende ao dado, ao mesmo tempo que sobre ele repousa e dele parte* (Bergoffen, 2009; Candiani, 2018; Daigle, 2006; 2009; Kruks, 1987; 1992; 2005). Diante disso, Candiani (2018) afirma ser a filosofia beauvoiriana fundamental no que diz respeito a “pensar a constituição da subjetividade e da ação” (p.17).

Em sua obra madura, essa ambígua condição humana será mais claramente expressa a partir do desenvolvimento do conceito de situação. A noção de *sujeito situado* é o que melhor permitirá a Beauvoir, a um só tempo, reconhecer o peso das estruturas sociais na constituição da subjetividade e recusar a redução do eu a um mero efeito do meio na medida em que sustenta que cada indivíduo existe ao mesmo tempo como *liberdade* (entendida pela filósofa como subjetividade prática, ou seja, como eu constituído como ação) e como *sujeito à facticidade*: ele nasce sob condições aleatórias que precedem a sua existência e é nelas que exerce sua liberdade; é, ao mesmo tempo, *criador e criatura* das instituições sociais, constrói o mundo e as formas de

relações interpessoais às quais é submetida sua ação. Desse modo, a noção de sujeito e liberdade *em situação* implica compreender as ações humanas como, ao mesmo tempo, *condicionadas* e *livres*, ações estas que seriam sempre ambíguas tanto no sentido prático, quanto no moral (Candiani, 2018; Daigle, 2006; Kruks, 1987; 1992; 2005).

Diante disso, a partir da análise e interpretação das dimensões apresentadas nos capítulos 2 e 3, elegidas mediante seu papel para a compreensão da concepção de ser humano de cada um dos autores, discutiremos possíveis elementos do pensamento skinneriano que apontam para a presença de ecos dessa noção de ambiguidade na concepção de homem do autor. Trataremos nossas informações em dois tópicos. No primeiro, nosso enfoque recairá na noção de subjetividade de Skinner. Aqui, com base nas noções beauvoirianas de corporificação e intersubjetividade, nosso objetivo central é discutir as seguintes acepções a propósito da constituição do eu no pensamento do psicólogo americano: a) o eu é um corpo; b) o eu é o outro; c) porque é objeto, o ser humano pode ser sujeito. Já no segundo tópico, nosso objetivo será discutir como a noção de controle de Skinner permite-nos identificar a ambiguidade como a característica fundamental de sua concepção de ser humano a partir das seguintes dimensões de análise: a) as noções de historicidade e probabilidade e b) a definição beauvoiriano de Liberdade e a definição skinneriana de Controle.

4.1 – A constituição da subjetividade humana como ambiguidade

Tanto para Skinner, quanto para Beauvoir, o ser humano é ação e se constitui como um eu (*consciência* para ela; *self* para ele) a partir de um *corpo* e da *alteridade*. Vale destacar que, para Skinner, o corpo não corresponde apenas àquilo que compreende como *eu*, o que, para o autor, seria um produto do terceiro nível de variação e seleção, mas também a um *organismo* e a

uma *pessoa*, produtos respectivamente do primeiro e do segundo nível. No entanto, a fim de facilitar nossas articulações entre o pensamento dos dois autores, trataremos aqui especificamente do que cada um deles compreende como um eu em suas concepções de ser humano, ou seja, da subjetividade.

Ademais, uma vez que nossa proposta de aproximação é orientada pela opção metodológica de tomar os textos de Beauvoir e de estudiosas de sua obra como pré-texto para leitura e interpretação dos textos de Skinner e de estudiosos de sua obra, organizamos esse tópico a partir das duas características que definem o sujeito para a filósofa francesa: *corporificação* e *intersubjetividade*. A primeira refere-se à noção de sujeito-corpo, que aponta para a materialidade da subjetividade: *o ser humano é corpo e consciência*. Já a segunda aponta para a impossibilidade de pensarmos a constituição da subjetividade alheia às relações do indivíduo com a cultura: *o eu é outro*. Compreendemos que essas duas características nos permitem abordar possíveis aproximações entre o pensamento dos dois autores. Ademais, ambas apresentam marcadamente a noção beauvoiriana de ambiguidade como característica fundamental do ser humano.

A partir delas, pretendemos elucidar características daquilo que podemos compreender como subjetividade para Skinner que apresentam ecos da noção de ambiguidade de Beauvoir, como as acepções: a) o eu é um corpo; b) o eu é o outro; c) porque é objeto, o ser humano pode ser sujeito.

4.1.1 – Corporificação

Uma vez que o ser humano existe em um mundo material, sua presença nesse mundo requer que seja ele também, obviamente, matéria. Assim como para Beauvoir, para Skinner,

existir passa necessariamente por ser um corpo. Além de um objeto concreto da realidade objetiva, os caracteres fisiológicos, em certa medida, condicionam as possibilidades de ação do sujeito e das significações que este constrói em relação ao mundo e a si mesmo. Isso implica dizer que parte daquilo que controla o comportamento humano são as condições corporais do indivíduo, condições anatômico-fisiológicas, que, todavia, por si sós, não podem ser caracterizadas como ambiente dentro da perspectiva assumida por Skinner até que estabeleçam uma relação com a ação. Desse modo, ainda que possamos afirmar que todo e qualquer organismo é dotado de uma estrutura fisiológica que lhe permite se comportar (movimentar, pensar, falar, sentir) e afirmar que muitos eventos ocorridos dentro da pele de cada indivíduo têm origem fisiológica, só podemos falar em ambiente quando esses eventos integram a relação comportamental, quando assumem papel de estímulos antecedentes e consequentes com relação ao responder (Tourinho, 2001a; 2001b).

Esse corpo, portanto, não é matéria amorfa, mas um corpo que faz coisas, que opera sobre o mundo. Para Skinner, a dotação genética nada significa até que seja exposta ao ambiente e, com isso, completamente modificada. Essa modificação, por sua vez, é possibilitada pelo primeiro nível de seleção ao produzir, além do próprio organismo, uma característica que torna possível o surgimento de uma *história individual*: a sensibilidade às consequências de suas ações. Como um produto evolucionário, ou seja, produto da *história da espécie*, essa característica implica um organismo que, ao agir, promove mudanças no seu ambiente que irão retroagir sobre seu próprio comportamento. Desse modo, além dos elementos externos do mundo material e de seu próprio corpo, o organismo passa a ter seu comportamento também sob controle dos efeitos de suas próprias ações, adquirindo, assim, um repertório comportamental selecionado a partir da sua singular interação com o ambiente, o que caracteriza o segundo nível

de variação e seleção. Além de adaptado especificamente a sua história individual, esse repertório comportamental é infindável, singular e sempre e necessariamente diferente daqueles adquiridos pelos outros membros de sua espécie (Andery, 2001; Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Micheletto, 2001b).

Como possibilidade evolucionária resultante do primeiro nível, o segundo nível de seleção, a partir do condicionamento operante, permitiu que cada *organismo* em contato com o ambiente desenvolvesse um repertório comportamental único e obrigatoriamente distinto de outros membros de sua espécie, constituindo aquilo que podemos chamar de *indivíduo* ou *pessoa*. Mas é o terceiro nível, a partir do desenvolvimento do comportamento verbal e consequentemente de ambientes sociais, que possibilitou aos seres humanos observar, conhecer e reagir a essa individualidade, constituindo um eu. Com efeito, é somente a partir do terceiro nível, o da cultura, que podemos falar em subjetividade dentro da concepção skinneriana de ser humano (Andery, 2001).

Embora o condicionamento operante prepare o indivíduo para o contato com o mundo dentro de sua pele, no sentido de que torna cada indivíduo único e singular, produto de uma história ambiental particular, é, certamente, através do comportamento verbal que este contato pode efetivamente ser realizado. É a cultura que permite o autoconhecimento e o autogoverno... É através da comunidade verbal que se constrói uma parte importante do repertório dos seres humanos: sua subjetividade. Se o condicionamento operante permite a individuação, permite a construção, para cada indivíduo de uma espécie, ainda que dentro de certos parâmetros, através de uma história de interação com o ambiente particular, de uma singularidade que não pode ser idêntica a qualquer outra. O

conhecimento desta individualidade e a consequente reação a ela, na forma de comportamento operante, de autoconhecimento e de autogoverno só é possível com a emergência do comportamento verbal e seu consequente e necessário resultado: a evolução de ambientes sociais – em uma palavra, a cultura. (Andery, 2001, p.202)

Assim como Beauvoir, Skinner rompe com noções dualistas ao conceber subjetividade não como a contraparte separada do mundo material composto por entidades objetivas as quais seriam por ela simplesmente contempladas e supervisionadas. Para ambos os autores, o eu é um corpo. Por outro lado, evitando cair em um reducionismo biológico, ambos irão recusar veementemente a ideia de que o corpo seja uma essência estável e de que o sujeito poderia ser definido apenas em termos biológicos. Além das próprias relações que o indivíduo humano estabelece com seu ambiente, Skinner reconhece o papel da sociedade como o elemento talvez mais expressivo no que diz respeito ao controle dos comportamentos humanos na medida em que ressalta a impossibilidade de pensar a espécie humana sem considerar a cultura.

4.1.2 – Intersubjetividade

As comunidades verbais preparam indivíduos para se comportar em relação a seus ambientes sociais e é por meio delas que uma cultura aprende, ensina e transmite suas práticas. São estas que embasam, sobretudo, aquilo que cada pessoa compreende e interpreta acerca de si mesma (Andery, 2001). A alteridade, portanto, pode ser compreendida como parte do ambiente: o outro não apenas integra a realidade objetiva para o ser humano, como controla seus comportamentos mediante sua presença física, suas ações e as consequências destas. É praticamente impossível pensarmos em qualquer comportamento humano que não seja

perpassado pela cultura. Ao nascer, o indivíduo, constituído de sua dotação genética, carregando atrás de si a história de seleção da sua espécie, já começa a ter seu comportamento treinado pelo outro, pelos membros da comunidade em que está inserido. Essa comunidade ensina e fortalece aqueles comportamentos que lhe são interessantes e pune ou extingue os demais, moldando o indivíduo, sob alguns poucos limites, de acordo com os padrões por ela estabelecidos, resultando em um produto final, que é um sujeito, cujos padrões comportamentais, dos mais simples aos mais complexos, são, em grande parte, construções culturais (Andery & Sério, 2006).

O trecho a seguir, de Beauvoir (1972), ilustra esse papel da cultura sobre os comportamentos humanos no pensamento de Skinner:

Fui mais cega ainda quanto ao contexto social e político no qual ela se construía. Minha história era tipicamente a de uma jovem burguesa francesa de família pobre. Tinha acesso aos bens de consumo que ofereciam meu país e minha época, na medida em que estavam de acordo com o orçamento de meus pais. Meus estudos, minhas leituras me eram impostos pela sociedade, que conheci primeiro pela mediação de meus pais e depois de uma maneira mais direta, mas sem que me interessasse demais. Tal indiferença estava condicionada pelo estado do mundo: foi a segurança do pós-guerra que permitiu que me preocupasse tão pouco com os acontecimentos... parecia-me que construía minha vida com minhas próprias mãos; isso não era inteiramente falso; no entanto... eu era condicionada pela sociedade. (p.31-35)

Condicionando comportamentos operantes e reflexos, a sociedade não molda apenas reações expressas em seus indivíduos, mas sentimentos e pensamentos com relação a

determinados estímulos ambientais. Aprendemos o que é moralmente aceito ou não, o que é certo ou errado, o que é justo ou injusto, o que é bonito ou feio, o que é prescrito ou proibido e um modelo de “personalidade” ideal que deveremos seguir. Tudo isso é ensinado por meio de regras sutis ou explícitas. Alguns preceitos sociais são inclusive tão sutis que nos é difícil percebê-los e mensurar em que medida afetam aquilo que fazemos e pensamos diante do mundo, do outro e de nós mesmos (Andery & Sérgio, 2006). Com efeito, podemos supor que fenômenos como o autoconhecimento e o autogoverno são constituídos dentro da cultura e são nada mais, nada menos que práticas culturais que, como vimos, são selecionadas e mantidas mediante seu valor, não para o indivíduo, mas para a própria sociedade a que pertence (Andery, 2001). Mesmo os próprios comportamentos dos indivíduos de observar, interpretar e falar sobre seus sentimentos e pensamentos são reforçados e selecionados pela importância que apresentam para a sociedade (Sério, 2005).

O autoconhecimento não é, portanto, um fenômeno espontâneo e imanente; ao contrário, ele depende necessariamente da mediação do outro. Conhecer a si mesmo, ou seja, compreender o que, como e por que fazemos algo implica que sejamos objeto em relação ao outro: é só porque a comunidade tem interesses acerca do nosso mundo privado que ele se torna importante para nós. A sociedade é quem vai delimitar a qualidade da nossa auto-observação e a quantidade de conhecimento que alcançamos sobre nós mesmos: quanto mais importante para seu funcionamento e sobrevivência for o refinamento da auto-observação e conhecimento de cada um de seus membros, maior será o “incentivo”, ou, melhor dizendo, mais intensa e frequente será a liberação de reforçadores aos indivíduos mediante a emissão de respostas pertencentes à classe envolvida no que chamamos de autoconhecimento e auto-observação (Sério, 2001b).

Podemos afirmar, dessa maneira, que a subjetividade, além de produto das interações do indivíduo com seu meio e com outras pessoas, é construída dentro da e pela sociedade. Aquilo que cada um de nós conhece e compreende sobre si mesmo é resultado de um conjunto de práticas selecionadas com base no valor que apresentam para nossa sociedade, valor este que é mutável e está em constante transformação mesmo ao longo de uma única vida. Isso nos dirige ainda a outra afirmação: tudo aquilo que observamos, conhecemos, compreendemos e comunicamos acerca de nós mesmos está também em constante construção e transformação. Em suma, nossa subjetividade, uma vez que acompanha as mudanças sofridas pela sociedade, não é um dado imutável, muito menos inato (Andery, 2001).

Diante disso, podemos concluir que, a partir do modelo de Seleção por Consequências, Skinner pode, de maneira mais clara, romper com as dicotomias público-privado, sujeito-objeto, organismo-ambiente, indivíduo-sociedade com as quais já vinha rompendo desde que passou a tratar de eventos privados em seu sistema explicativo. A subjetividade e a alteridade passam a ser tratadas como indissociáveis e interdependentes: o eu se faz a partir do outro de forma recíproca (Dittrich, 2004; Micheletto, 2001c).

a partir do modelo de seleção por consequências, o fenômeno da subjetividade, a sua construção, do ponto de vista behaviorista radical, deverá envolver necessariamente a compreensão de como se articulam indivíduo e cultura e, mais ainda, quais são, porque e como operam as contingências sociais que caracterizam a cultura na qual vivemos. (Andery, p.202-203)

Com efeito, assim como Beauvoir, Skinner rompe com a tradicional clivagem entre subjetividade e alteridade, entre sujeito e objeto. O eu é o outro na medida em que se constitui como tal na relação com a cultura. O outro, como parte de meu ambiente, é objeto para mim, mas é também um sujeito, um eu diante do qual sou objeto. Do mesmo modo, eu sou para ele parte e objeto de seu mundo. Além disso, é porque sou para ele objeto que posso me constituir como um sujeito. Ao conceber aquilo que o indivíduo humano conhece e compreende acerca de si mesmo como sempre e necessariamente permeado pela cultura, os dois autores reconhecem a intersubjetividade na construção do sujeito humano não como meramente uma interconectividade entre os indivíduos que coabitam o mundo, mas como algo que aponta para a impossibilidade de subjetividade autônoma e incondicionada.

Sem o terceiro nível de seleção por consequências, é impossível, por assim dizer, discutir-se a construção da subjetividade. E sem compreender a cultura, as práticas culturais, as contingências sociais em efeito na vida de cada indivíduo, é difícil entender a subjetividade, que é sempre, deste ponto de vista, estritamente social. A nossa subjetividade, por paradoxal que pareça, talvez seja a mais social de todas as características humanas. É paradoxal, porque apenas através de correlatos outros a conhecemos, e porque o próprio ato de torná-la pública em certo sentido a desfaz; entretanto sem o acompanhamento público, sem a modelagem e o reforçamento social, o comportamento verbal e a cultura, não podemos sequer falar dela. (Andery, 2001, p. 202)

4.1.3 – Considerações finais

Como mencionamos anteriormente, uma possível articulação entre o pensamento dos dois autores pode ser com relação aos conceitos beauvoirianos de facticidade e situação e o conceito skinneriano de ambiente, uma vez que, de algum modo, nas propostas maduras da filósofa francesa, a dupla conceitual assume o mesmo papel de controle sobre os comportamentos humanos assumido pelo ambiente nas propostas maduras de Skinner. No entanto, para nós, a separação entre facticidade e situação apresenta-se como mais produtiva na medida em que nos obriga a olhar para as especificidades que alguns caracteres fisiológicos (elementos da facticidade) assumem com relação à constituição da subjetividade quando em contato com a cultura. Tratar de situação como a parcela do ambiente que é interpretada pela sociedade nos permitiria uma compreensão mais eficaz da opressão sofrida, por exemplo, por mulheres e negros e uma maior reflexão sobre as estratégias para combatê-la.

Assim como para Skinner, para Beauvoir (1949) o ser humano é um sujeito-corpo presente num mundo material compartilhado com outros seres humanos e precisa, assim, ser definido a partir de uma coletividade maior, para além do âmbito individual. Contudo, a filósofa destaca que, ao contrário de outras espécies, os caracteres fisiológicos humanos são significados pela cultura, com propósitos sociais e políticos, constituindo parte daquilo que a autora chama de situação. A facticidade é, desse modo, reivindicada como argumento para a construção de narrativas e regras que visem naturalizar uma posição de subordinação desses grupos minoritários com relação ao grupo opressor. Diante disso, Beauvoir sugere que os dados biológicos constituem *uma* das chaves para que compreendamos as categorias sociais a que chamamos Mulher, Homem, Branco e Negro, sem, em hipótese alguma, aceitar que eles possam estabelecer qualquer destino fixo e inevitável para o indivíduo (Beauvoir, 1949; 1950).

O corpo integra a experiência vivida dos seres humanos e opera como condicionador de suas ações e da forma como definem e compreendem a si mesmos, ou seja, constitui sua subjetividade e o instrumento de apreensão e expressão sobre o mundo. No entanto, não é somente esse corpo material que exerce controle sobre a experiência vivida dos indivíduos humanos: a maneira com que a sociedade interpreta os corpos condicionará como o sujeito irá se comportar, sentir e pensar sobre si mesmo. No caso de homens e mulheres, desde o nascimento, é-lhes ensinado um conjunto de padrões comportamentais definidos a partir de rígidas regras de conduta social e narrativas sobre o que significaria pertencer àquele sexo. Mediante a emissão de respostas pertencentes aos conjuntos de repertórios comportamentais que chamamos de feminilidade e masculinidade, recebemos e ofertamos benefícios sociais, como carinho, afeto, reconhecimento e respeito. Em contrapartida, aprendemos e ensinamos os comportamentos a serem evitados sob ameaça de consequências negativas. Cada um de nós aprende, portanto, o que significa nosso corpo nessa cultura, o que a sociedade espera de nós, o que devemos pensar de nós mesmos e até que destino podemos esperar (Beauvoir, 1949; Daigle, 2009; Kruks, 1987; 1992; 2005; Sánchez, 2016).

Em síntese, conforme Beauvoir, ainda que seja um dado natural, o corpo não possui um significado per se, é a cultura que lhe confere algum. Essas interpretações e significações que a cultura constrói acerca dos corpos biológicos, que a autora chama de *corpo social*, assim como os demais elementos que integram a facticidade de um indivíduo humano, constituem também a sua subjetividade. É esse corpo biológico e social, interdependente e indissociável, que forma um ponto de vista em direção ao mundo: tanto os caracteres fisiológicos, quanto as interpretações culturais impostas sobre eles são fundamentais para compreendermos como se dá a relação do indivíduo com o mundo e com os outros (Kruks, 1987; 1992; 2005; Sánchez, 2016). Com efeito,

como sugere Skinner, os discursos e as narrativas culturais não apenas condicionam o agir dos indivíduos como grupo, como também a forma com que cada um deles conhece e compreende a si mesmo. Como afirma Kruks (2005), “não podemos pular fora completamente de nossas peles; tampouco verter completamente nossas histórias pessoais, uma vez que elas nunca são puramente nossas” (p.187).

Beauvoir chama-nos, portanto, atenção para a condição de sujeitos situados em um mundo intersubjetivo. Essa situação não é constituída pelo próprio indivíduo humano, mas por um complexo sistema de instituições sociais. Com isso, na mesma direção de Skinner, o que a filósofa nos diz é que, ainda que a experiência humana seja vivida individualmente, ela é também sujeita a aspectos sociais gerais que a condicionam. Ao admitir a força da cultura na constituição de situações particulares, podemos concluir que, uma vez que determinada situação é imposta a todo um grupo de pessoas, experiências semelhantes irão se repetir para cada membro do grupo. Diante disso, podemos supor que tanto Skinner, como Beauvoir compreendem o outro como parte do ambiente que afeta o comportamento humano. Para a filósofa francesa, o outro assume, inclusive, o papel de mediador na relação sujeito-situação. Essa mediação, por sua vez, pode ser compreendida a partir da noção skinneriana de comportamento verbal.

Como expusemos no Capítulo 3, de acordo com Skinner, comportamento verbal se refere a um tipo especial de comportamento operante que não envolve uma relação mecânica e direta com o ambiente. Ao contrário, trata-se de um comportamento típico da espécie humana, criado e mantido por consequências mediadas por outras pessoas, que foram sistematicamente preparadas por uma comunidade verbal para reagirem como mediadores. Uma forma de mediação especialmente produzida para afetar o comportamento do outro. Esse tipo especial de operante é,

nesse sentido, modelado e fortalecido dentro de uma comunidade verbal, ou seja, um grupo de pessoas com determinadas práticas culturais cuja finalidade é controlar o comportamento de seus membros, que respondem diferencialmente de acordo com elas. Uma vez que essas práticas são constituídas principalmente a partir do comportamento verbal, podemos concluir que foi seu surgimento na espécie humana, como uma relação de controle entre indivíduos, que garantiu o desenvolvimento do terceiro nível de seleção por consequências, a cultura. Ademais, de acordo com Skinner, é principalmente através do comportamento verbal que práticas culturais são transmitidas às gerações futuras, sendo, portanto, o ambiente verbal o veículo e o princípio dessas práticas (Andery & Sério, 2010; Skinner, 1945).

Como um tipo especial de comportamento operante, o comportamento verbal se dirige ao futuro, mas não é o futuro que o afeta probabilisticamente, é o passado. Com efeito, ao olharmos para a significação dos corpos femininos com propósitos políticos, discutida por Beauvoir (1949) como comportamento verbal, devemos levar em conta a historicidade. Podemos dizer que, diante de determinados elementos da facticidade, como o corpo feminino, emitir determinadas respostas verbais, significar esses elementos de determinada maneira, teve, no passado, consequências positivas para o grupo opressor. Essas consequências, por sua vez, retroagiram sobre o indivíduo, que emitiu a resposta, aumentando a probabilidade de que viesse a emitir respostas semelhantes no futuro.

Por fim, destacamos que, assim como Skinner, Beauvoir compreende cultura não como uma instância metafísica, mas como o conjunto das próprias ações dos seres humanos sobre o mundo. Conquanto a noção de comportamento verbal possa nos permitir demarcar com mais clareza a natureza física e material da cultura, ou seja, o papel da ação humana na constituição da sociedade, acreditamos que a articulação entre as propostas da filósofa francesa com esse

conceito skinneriano seja capaz de promover frutíferas discussões acerca das relações que os seres humanos estabelecem com o mundo e com os outros, mais especificamente, acerca das relações de opressão entre grupos minoritários pertencentes a uma cultura.

4.2 – O ser humano: controlado e controlador

Nesse momento, pretendemos discutir como a noção de controle de Skinner também nos permite identificar a ambiguidade como a característica fundamental de sua concepção de ser humano. Com efeito, construiremos nossa argumentação a partir das seguintes dimensões de análise: a) as noções de *historicidade* e *probabilidade*, também encontradas na concepção de ser humano da filósofa francesa e nas suas explicações para como se dá a ação e b) a definição beauvoiriano de *Liberdade* e a definição skinneriana de *Controle*.

Como vimos, a partir do modelo de Seleção por Consequências, Skinner claramente recusa “a suposição de que o homem, ou qualquer animal de uma espécie, seja uma tábula rasa... que só se constituiria a partir da experiência por ele vivida no espaço de sua vida. Mas também não supõe o oposto, que ele possa ser reduzido a sua dimensão biológica” (Micheletto, 2001b, p.118). Além disso, o modelo permite ao autor, de uma vez por todas, afastar de suas explicações para o comportamento humano os pressupostos mecanicistas. Ele vai continuar advogando pela noção de controle do comportamento pelo ambiente, mas com a adoção do selecionismo, que já vinha marcando presença em sua obra desde a formulação do operante na década de 1930, esse controle assume dimensões bem mais complexas e amplas.

Ademais, é o modelo que marca sua noção de ambiente não como espaço físico onde habitam os organismos, ou o conjunto de elementos que compõem a realidade natural, mas como *o conjunto de elementos que adquire função na relação comportamental*, aqueles eventos do

universo que afetam o responder dos organismos. Aí estão inclusos os outros e suas ações, nossos corpos e as consequências de nossas ações sobre o mundo (Tourinho, 2001a; 2001b). Desse modo, o ambiente skinneriano é o que podemos compreender como “contexto para a ação”, concepção que, por sua vez, afasta Skinner de propostas naturalistas. Um contexto que não se limita ao presente, mas que se funda especialmente no passado, mais especificamente, a partir de três histórias de controle ambiental. Um controle que, por seu turno, é probabilístico e que, porquanto recíproco, reafirma a ação humana como relação sujeito-ambiente e nega tanto a noção de ambiente como agente iniciador, quanto a de ser humano autônomo.

4.2.1 – Historicidade e Probabilidade

Afirmar que o ambiente controla o comportamento humano não implica, porém, compreendê-lo como um “simples detonador”, que elicia comportamentos, impulsiona ou gera respostas; ao contrário, sua ação é seletiva e só se dá após a emissão de uma resposta pelo organismo. Esse selecionismo, como vimos, começa a marcar presença no pensamento skinneriano a partir da formulação do comportamento operante – marca inicial da influência de Darwin sobre o autor –, culminando na construção do modelo de Seleção por Consequência em sua obra madura, que lhe permite explicar o comportamento humano como uma confluência de processos de variação e seleção ocorrendo em três níveis (fisiológico, ontológico e cultural). As relações de necessidade do modelo mecanicista que orientaram as primeiras formulações de Skinner são, assim, substituídas pela *probabilidade*. O ambiente – compreendido aqui como não apenas aquilo que é externo ao organismo, tampouco restrito ao ambiente físico ou às relações interpessoais, mas seu próprio corpo, seus eventos privados – não indica uma direção a priori que

deverá ser necessariamente seguida pelas espécies, indivíduos ou culturas (Micheletto, 2001a; 2001b; 2001c; 2001d).

Na verdade, *o controle exercido pelo ambiente sobre o responder dos organismos é probabilístico*: a emissão de uma resposta pelo organismo promove mudanças ambientais que irão retroagir sobre o próprio organismo, aumentando ou diminuindo a probabilidade de que ele emita, no futuro, respostas semelhantes àsquelas a que se seguiram as mudanças ambientais. Qualquer parcela do ambiente ou da história do indivíduo, no melhor dos cenários, apenas atua como um fator que irá predispor o ser humano a se comportar de determinada maneira. Não indica qualquer destino fixo e enrijecido que deverá se repetir exaustivamente. Com efeito, em lugar de determinismo, podemos falar simplesmente em probabilismo ao nos referirmos às relações de controle entre organismo e ambiente.

Mudanças ambientais produzidas pelo responder de um organismo afetam suas ações futuras (quando as afetam) apenas probabilisticamente, aumentam ou diminuem probabilidades de resposta, visto que são parte de um contexto mais amplo de variáveis relevantes. No modo causal selecionista, portanto, não é possível falar de relações invariáveis (o probabilismo implica variabilidade, em menor ou maior grau), relações lineares (estímulos e respostas determinam-se mutuamente), ou de entidades preexistentes ao contexto de relações comportamentais. Respostas e estímulos (incluindo estímulos reforçadores ou punidores) são funções adquiridas pelas ocorrências do organismo e do ambiente e definem-se apenas mutuamente, em um contexto de relação organismo-ambiente. (Tourinho, 2001, p.188)

Na mesma direção, como vimos, Beauvoir passa também gradativamente a assumir a noção de probabilidade, reconhecendo, assim, aquilo que Sánchez (2016) vai chamar de *forças externas condicionantes* presentes no mundo, que seriam a natureza – nossos corpos, ambiente natural, presença de outros organismos, dentre outros elementos – e a cultura – política, economia, educação e demais instituições. Dentro do pensamento beauvoiriano, essas forças externas condicionantes se referem a dois conceitos-chave para a compreensão das propostas da autora: *facticidade* e *situação*. Com relação ao primeiro, podemos dizer que implica, grosso modo, tudo aquilo que integra a realidade do indivíduo, que muitas vezes precede sua existência e nascimento e sobre o que ele não teve qualquer papel de escolha, como os dados acidentais do nascimento: a fisiologia, a localização geográfica, a educação, a classe ou posição socioeconômica, dentre outros. Conforme mencionamos no Capítulo 2, esses dados acidentais irão sempre integrar a subjetividade do indivíduo e irão moldar ou, como prefere Kruks (2009), “colorir” seus atos (Daigle, 2009; Kruks, 1987; 1992; 2009; Sánchez, 2016).

Já a situação constitui-se a partir de elementos da facticidade, mas não é sinônimo dela. Ao contrário da primeira, não pode ser confundida com contexto, porquanto envolve necessariamente *ação em relação*. Não é simplesmente o dado, mas dado significado, interpretado, ou seja, ação. Dito de outro modo, a situação constitui aqueles elementos da facticidade que são interpretados pelos seres humanos dentro e a partir de uma cultura. São as circunstâncias com relação às quais o indivíduo opera sobre o mundo. Não há situação sem ação e vice-versa (Candiani, 2018; Kail, 2009).

Mesmo que os conceitos de facticidade e de situação já estivessem presentes no pensamento de Beauvoir desde suas primeiras formulações, é só a partir do final dos anos de 1940 que vemos uma mudança significativa no valor e no sentido que dava a esses “elementos da

vida que estão além do controle do eu” (Kruks, 2009, p. 161). De maneira gradual, vemos um crescente reconhecimento por parte da filósofa desses elementos como parte integrante da existência humana, principalmente a partir do ensaio *O Segundo Sexo* (1949) e do romance *Os Mandarins* (1954), em que vemos Beauvoir adotar uma noção de eu que não só age em situação, como é constituído por ela e por sua facticidade. Com efeito, poderíamos sugerir que a dupla conceitual – na medida em que assume, nas propostas da filósofa francesa, o papel de controle probabilístico sobre os comportamentos humanos – pode ser articulada com o conceito de ambiente skinneriano.

Assim como Skinner com relação ao ambiente, Beauvoir não admite uma noção de controle nos moldes do determinismo mecanicista. *O controle aqui é também apenas em termos probabilísticos*. Outrossim, à medida que passa a reconhecer a probabilidade, o papel da *historicidade* ganha ainda mais peso nas explicações da filósofa para o comportamento humano. Ela passa a dar ênfase ao papel do passado como aquilo que constitui o presente: qualquer ação que o sujeito empreenda é condicionada pela convergência de múltiplos fatores de sua existência situada, não apenas aqueles presentes no momento da ação, como aqueles que constituíram a história do indivíduo até ali. Esse conjunto de fatores é o que irá predispor as ações dos seres humanos. Portanto, conquanto o sujeito possa sempre mudar, transformar-se e superar algumas de suas limitações, aquilo que ele se tornou e essas limitações colorem a atmosfera do seu presente. A depender da sua história, maior ou menor será a probabilidade de que o ser humano aja desta ou daquela maneira (Kruks, 2009).

Resumo em mim a herança terrestre e o estado do universo neste instante. Todo bom biógrafo sabe que, para que conheçam seu herói, ele deve inicialmente evocar a época, a

civilização, a sociedade à qual aquele pertence — e também remontar o mais longe possível a cadeia de seus ascendentes. A soma de tais informações é, no entanto, ínfima se a confrontamos com a inesgotável multiplicidade de relações que cada elemento de uma existência mantém com o Todo. Cada um tem, além disso, uma significação diferente, quer o consideremos sob um ponto de vista ou sob outro... No entanto, uma vida é também uma realidade finita. Tem um centro de interiorização, um eu que, através de todos os momentos, se coloca como idêntico. Ela se inscreve numa determinada duração, tem um início, um termo, desenvolve-se em lugares determinados, conservando sempre suas mesmas raízes, constituindo-se um passado imutável cuja abertura para o futuro é limitada. (Beauvoir, 1972, p. 11)

O presente não apenas limita ou modela a subjetividade e a liberdade (subjetividade prática) dos indivíduos humanos, mas ainda toda a sua história. A partir desse trecho da filósofa, podemos notar outra característica de sua noção de historicidade: não somente a história individual do ser humano limita ou modela seu eu e suas ações, como também e, se podemos arriscar a dizer, principalmente, a história de sua espécie e da cultura em que está inserido. Esse controle probabilístico do comportamento humano por três histórias ambientais é descrito por Skinner em seu modelo de Seleção por Consequências. É ele que permitirá ao psicólogo explicar o caráter histórico da determinação do comportamento pelo ambiente, já presente na própria formulação do operante, na medida em que descreve essa relação de controle como ocorrendo em três dimensões temporais distintas. Por meio desse modelo explicativo, o controle do comportamento passa a ser entendido como ocorrendo não apenas a partir do ambiente do momento da resposta, mas por toda história ambiental do sujeito: “além do ambiente delimitado

pelo espaço de uma vida individual... os ambientes em que a espécie foi selecionada e os ambientes sociais – as culturas” (Micheletto, 2001c, p.255).

Com efeito, o futuro, para Skinner, não orienta ações: as causas para o comportamento devem ser buscadas no passado, ainda que sejam as consequências que sucedem a ação aquelas que modificam o indivíduo. O ambiente age operando através dessas consequências; não sobre o comportamento que a elas se seguiu, mas sobre a probabilidade de comportamentos semelhantes voltarem a ocorrer no futuro: a ação executada no *presente* foi selecionada por consequências reforçadoras que sucederam ações semelhantes no *passado*. Em certa medida, como vemos no trecho a seguir, percebe-se Beauvoir (1972) compartilhar dessa noção skinneriana ao afirmar: “Os acontecimentos que ocorriam em minha vida eram prolongamentos ou consequências de minha história passada” (p. 39).

4.2.2 – Controle e Liberdade

Skinner (1971) será um feroz crítico daquilo que chama de “literaturas da liberdade”. Os filósofos da liberdade, como o autor chama os escritores que se dedicaram ao tema, foram bem-sucedidos a propósito da conscientização dos seres humanos com relação às diversas formas de opressão e tirania. Propuseram formas não só de reconhecê-las e de identificar seus agentes mas também maneiras de escapar delas. Grosso modo, como propõe o psicólogo americano, Liberdade era definida por esses autores como uma sensação de fazer o que apraz ao indivíduo e, no afã de defender agência individual, a noção de ser humano autônomo, opuseram-se a toda e qualquer forma de controle. Porém é justamente ao definirem liberdade em termos de estados mentais e sentimentos que, para Skinner, essas filosofias falharam em reconhecer meios de controle em que a opressão e a tirania não são explícitas, em que o indivíduo é controlado por

um agente que modela e reforça comportamentos que geram prazer e satisfação imediata àquele que os executa, mas que promove ônus e danos ao próprio indivíduo no futuro. Essas formas sutis de controle exatamente por apresentarem resultados que, de tão longínquos, raramente parecem estar associados à ação do indivíduo, são bem mais difíceis de identificar e, portanto, de combater.

Dando a falsa sensação de estar agindo por “vontade própria” ou livremente e, portanto, inibindo a revolta e ampliando a obediência civil, essa tem sido a forma de controle mais adotadas por regimes democráticos capitalistas. Somos convencidos de que precisamos de determinadas coisas, de que devemos temer outras e de que tudo isso é apenas uma questão de “escolha individual”, escondendo uma cruel forma de controle que nos mantém pacíficos à espera das postergadas consequências negativas das nossas ações (Skinner, 1987). Diante disso, Skinner (1971) defende que as filosofias da Liberdade, ainda que eficazes na luta contra formas de controle explícitas, prestam-nos um desserviço ao taparem nossos olhos e ouvidos para as ameaças que nos circundam quando a tirania explícita não está presente.

Por outro lado, falar em controle e, de alguma maneira, combater filosofias que se configuravam no cenário político e intelectual como símbolos da luta contra a opressão pode ter sido uma combinação perigosa que acabou por render ao psicólogo acaloradas críticas. A própria palavra controle carrega um peso enorme dentro da nossa sociedade: costuma ser diretamente associada a regimes totalitários e à opressão. Questões que Beauvoir dedicou a vida a lutar contra e que, inclusive, fizeram-na defender com afinho a liberdade como valor moral fundamental em sua obra. Aliás, seu pensamento poderia muito bem ter sido classificado por Skinner como as ditas “filosofias de liberdade” que ele visava combater. Em certa medida, ele até estaria certo: a Liberdade é talvez o conceito mais importante na obra da autora que vai dedicar todas as suas

páginas, a partir dos anos de 1940, como veículo de conscientização com relação à opressão. Bem como faziam os “filósofos da liberdade” de Skinner, Beauvoir usa várias ferramentas literárias e filosófica para denunciar a tirania e seus agentes e para incitar a revolta contra qualquer forma de regime, norma, preceito ou prática social que submetesse alguns à dominação e exploração de outros. Em contrapartida, não a veremos definir liberdade como um “sentimento”, um “estado mental”. Sua definição é, na verdade, bem mais complexa e envolve diretamente a noção de responsabilidade que finca a liberdade beauvoiriana não apenas no terreno da relação indivíduo-outro, como no da ação.

Como vimos, Beauvoir escreve em um contexto histórico de guerra e ocupação nazista na França, contexto este que envolveu uma série de possíveis escolhas por parte dos franceses, como o colaboracionismo e a resistência. Diante dele, contrapor-se a uma ideia de passividade do sujeito diante do curso da história era uma questão moral e política. Reafirmar a agência do indivíduo e sua responsabilidade em relação ao mundo e a suas ações era, por certo, uma necessidade daqueles tempos. Era preciso impulsionar as pessoas a agirem, a se verem responsáveis por tudo aquilo que acontecia, a saírem da zona de conforto da crença em sua impotência. Em termos morais e políticos, a defesa da liberdade parecia ser a escolha mais acertada (Bergoffen, 2009; Candiani, 2018; Kruks, 1992). Bekewell (2016) comenta sobre uma citação do filósofo e psiquiatra alemão Karl Jaspers que é capaz de capturar o “espírito do tempo” que acometia a Beauvoir e aos filósofos existenciais-fenomenológicos:

Todos os alemães, disse ele, deviam se perguntar: “Como sou culpado?”. Mesmo quem havia enfrentado os nazistas ou tentado ajudar suas vítimas ainda tinha sua parcela de profunda culpa “metafísica”, segundo Jaspers, pois, “se acontece e estou ali, e se

sobrevivo enquanto o outro é morto, sei por uma voz dentro de mim mesmo: sou culpado de ainda estar vivo”. (p. 194)

Nessa direção, Beauvoir formula uma noção de liberdade como um conceito de apelo e implicações políticas e morais e, se podemos nos arriscar a dizer, insere aquilo que compreendemos como um valor prescritivo: eu preciso libertar para ser livre (condição especialmente atrativa no contexto do pós-guerra). Para a filósofa francesa, o ser humano só pode dar sentido e justificativa à sua vida se for capaz de empreender ações no mundo que superem ao dado e a si mesmo em direção ao futuro, ultrapassando sua vida: nisso consistiria a liberdade. As ações do indivíduo, entretanto, não podem ultrapassar o momento presente e a própria finitude de seu autor, a não ser que o outro as tome como ponto de partida para as suas próprias ações que sejam capazes também de superá-lo. Enquanto minhas ações não servirem de ponto de partida e base para que o outro realize seus próprios projetos, elas simplesmente recaem sobre si mesmas. Se o outro não é livre, minhas ações são inúteis e estéreis. A Liberdade beauvoiriana é, portanto, *ação* de libertar, de abrir possibilidades de ação no mundo ao outro (Daigle, 2006; Kruks, 1987;1992).

Com efeito, a liberdade – ação do eu no mundo, subjetividade prática –, para a filósofa francesa, não é alheia ao mundo e dele apartada; ao contrário, é completamente perpassada por ele. O outro e suas ações não tocam nossa liberdade apenas superficialmente, mas a modelam e a alteram radicalmente. Desse modo, responsabilidade, escolha e ação não são, de modo geral, questões estritamente individuais. O outro não é, desse modo, um objeto no mundo, mas constituinte daquilo que somos e entendemos sobre nós. Dentro dessa perspectiva, a liberdade

não é infinita, mas uma questão de ação dentro de limites e constrações e a partir daquilo que o indivíduo se tornou até aquele momento (Kruks, 2005; 2009).

Beauvoir, de forma oposta ao Sartre de *O Ser e O Nada*, formula uma teoria capaz conceber a ideia de liberdade subjetiva ao mesmo tempo em que reconhece o relevante peso das instituições e estruturas sociais sobre a existência de cada sujeito humano. Mesmo que de forma implícita, ela desafia toda a ontologia sartriana ao contrariar a noção de que a liberdade seria igual para todo e qualquer indivíduo e independente da facticidade das situações sociais. Uma vez que se assume que a liberdade de cada sujeito está diretamente relacionada à sua situação social, cultural e biológica, a noção de uma liberdade ontológica, absoluta e indestrutível, é completamente incabível. Ao contrário, ela é vulnerável à ação do outro, ao mundo, apresenta diferentes nuances e pode ser maior, menor e até inexistente, como em contextos de opressão (Candiani, 2018; Daigle, 2006; Kruks, 1987; 1992; Sánchez, 2016).

Por outro lado, provavelmente a propósito do contexto de onde escrevia, o que vemos em sua obra é, em certa medida, uma insistência a propósito da responsabilidade individual e a reafirmação do ser humano como agência. Conforme comenta Skinner (1971), a ideia de desapaosar o homem autônomo tende a sofrer resistência devido à precipitada pressuposição de que o ser humano estaria, assim, completamente vulnerável, que seria uma vítima de seu ambiente e estaria à mercê do outro e da tirania, algo que obviamente contrariaria a agenda de Beauvoir e a de autores como Jaspers, que viam a conscientização do ser humano com relação ao seu poder sobre o mundo e sobre os outros como algo fundamental para evitar que atrocidades como o Holocausto se repetissem. Esses intelectuais lutaram com afincos para não deixar que os eventos ocorridos na Segunda Guerra caíssem no esquecimento e na indiferença. O ser humano precisava estar ciente da sua capacidade de prejudicar outras pessoas, de construir uma sociedade

injusta e opressiva para muitos, bem como o oposto: estar ciente de sua capacidade de agir em benefício do outro, em função de construir uma sociedade mais justa e humanitária.

Em contrapartida, são esses mesmos intelectuais que poderiam ver nas propostas de Skinner uma ameaça. Dada a enorme ênfase que o autor tende a dar ao controle do comportamento pelo ambiente, é comum supor que ele estaria transferindo a noção de agência, de iniciador, do ser humano para o ambiente, resultando em um argumento claramente tendencioso, porém atrativo: se o indivíduo não é o agente iniciador, então o é o ambiente. A ilação falaciosa pode ainda levar a outra: se o ser humano é completamente controlado pelo ambiente, nada lhe cabe, o mundo lhe está dado. O que pode ser encarado como algo que desencoraje a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, levando o pensamento skinneriano a ser assumido como uma proposta filosófica que se sustenta sobre ideais reacionários e antidemocráticos, que defende a manutenção do *status quo*. Acontece que, ao abolir a noção de ser humano autônomo, Skinner não está transferindo a agência do indivíduo para o ambiente, ele está abolindo a noção de agência, de iniciador, manifestando, assim, sua recusa a qualquer perspectiva que advogue por “causa primeira” para os comportamentos humanos. Isso vale tanto para aquelas que atribuem ao ambiente esse papel, como o modelo behaviorista watsoniano de psicologia estímulo-resposta, quanto para aquelas em que esse papel é relegado ao sujeito: os modelos mentalistas. A ação humana não se “inicia” ou se “origina” no indivíduo ou no ambiente: comportamento é relação organismo-ambiente. O controle é, portanto, recíproco: o ser humano é tanto controlado pelo ambiente, quanto o controla. Isso Skinner deixará claro com seu modelo de Seleção por Consequências, que explica o ser humano como um corpo que age, que opera sobre o mundo e um ponto em que convergem várias histórias de variação e seleção, que,

porquanto variadas, constituem indivíduos singulares (Laurenti, 2006; Micheletto, 2001c; 2001d).

Sua individualidade é inquestionada. Cada célula em seu corpo é um produto genético único, tão único como a clássica marca da individualidade, a impressão digital. E mesmo dentro da cultura mais uniforme, cada história pessoal é única. (Skinner, 1971, p.164)

Com efeito, abolir a noção de ser humano autônomo não implicaria a extinção do sujeito – “O que está sendo extinto é o homem autônomo – o homem interior, o homúnculo, o demônio possuidor” (Skinner, 1971, p. 157) –, tampouco negar a capacidade do ser humano de modificar o mundo.

O próprio homem pode ser controlado por seu ambiente, mas é um ambiente feito quase inteiramente por ele. O ambiente físico da maioria das pessoas é, em larga escala, artificial. A superfície sobre a qual uma pessoa anda, as paredes que a abrigam, a roupa que usa, grande parte de sua alimentação, suas ferramentas, os veículos que se movem em redor, a maior parte das coisas que ouve e vê são produtos humanos. O ambiente social é obviamente artificial – produz o idioma que uma pessoa fala, os costumes que segue, o comportamento que exhibe com relação às instituições éticas, religiosas, estatais, econômicas, educacionais que a controlam. A evolução de uma cultura é, de fato, uma espécie de exercício gigantesco de autocontrole. Assim como o indivíduo se controla pela manipulação do mundo em que vive, também a espécie humana erigiu um ambiente em que seus membros procedem de modo altamente eficaz. Cometeram-se erros, contudo o

homem, como o conhecemos, melhor ou pior, é o que o homem fez do homem. (Skinner, 1971, p. 161)

Uma vez que a controle do ambiente sobre o comportamento é retroativo, os ambientes sociais, as culturas e suas práticas são produtos do próprio homem: o homem produz o ambiente que constitui sua subjetividade, ele faz a si mesmo. O organismo é, dessa forma, parte do seu ambiente, faz parte do controle de seu comportamento, não apenas a partir da sua constituição fisiológica e sua sensibilidade às consequências de sua ação, mas como indivíduo e como sujeito, ou, nos termos empregados por Skinner, como pessoa e *self* (eu) (Micheletto, 2001c). Isso não nos permite concebê-lo como agente iniciador, como sujeito autônomo cuja liberdade, vontade ou desejo orientaria suas ações. Ao contrário, conceber a subjetividade como comportamento de um indivíduo em contexto afasta de vez Skinner de proposições mentalistas e inviabiliza a noção de um sujeito isolado e liberto do mundo que o envolve. Permite-lhe falar de uma subjetividade que é alteridade, de um sujeito que se constitui na interação com o mundo e com outros sujeitos (Dittrich, 2005).

Desse modo, em um sentido relacional, o ser humano modifica e constrói o mundo e a si mesmo o tempo todo e, quanto a isso, Skinner atesta que a própria evolução da cultura seria um exercício de autocontrole. Isso é o que lhe permite pensar a opressão, não como ficção, mas como um fenômeno humano real e evitável. Ainda que seja, de fato, uma forma de controle, a opressão é aquilo que podemos chamar de controle coercitivo. Seria produto de um conjunto de práticas culturais selecionadas pelo ambiente ao longo dos anos com base nas consequências positivas que resultaram àqueles que as executava, ao grupo privilegiado. Com efeito, a própria possibilidade de opressão nos dirige a perceber o caráter recíproco do controle: é porque é capaz

de manejar o ambiente e criar condições em que um grupo seja oprimido em detrimento do outro que podemos falar que o ser humano controla o ambiente que o controla. São suas próprias ações que promovem alterações no mundo que irão retroagir sobre ele (Micheletto, 2001a; 2001b; 2001c).

Skinner, portanto, não naturaliza a tirania ao falar de controle, não advoga pela manutenção do *status quo*, não desencoraja revoluções. Para ele, a opressão não é um dado natural, é uma criação humana, os próprios seres humanos constroem condições que tornam outros seres humanos vítimas. Além disso, é justamente na noção de controle expressa no modelo de Seleção por Consequências que o psicólogo irá alicerçar qualquer possibilidade de transformação do mundo a partir da intervenção humana em todas as esferas, sociais e culturais: os processos de variação e seleção só se realizam mediante a existência da própria ação humana. O sujeito precisa existir e, porque existe, comportar-se. Ele precisa agir, precisa operar sobre o mundo para que suas respostas produzam consequências que irão retroagir sobre ele, modificando-o (Andery, 1990; Andery, 2001).

Quanto mais complexos os ambientes, maior possibilidade de criação, e, portanto, maior a possibilidade de escolha e de existência. Quanto mais variados agentes sociais — cientistas, artistas, pensadores... —, com suas diversas formas de agir sobre a realidade, criarem condições para um mundo novo, produzindo variações — não a serem impostas, mas selecionadas por suas consequências —, mais fortalecida estará a espécie humana. Se para o mecanicismo a diversidade é vista como algo anômalo, para Skinner, a seleção e a variação são a base da produção da criatividade. Com isso, ele se opõe à divinização da vontade humana livre, sem vínculos, que tem origem em si mesma. Uma vontade

aparentemente fundante, dirigida por sentimentos, desejos e fins idealizados, mas que, ao fim e ao cabo, supõe um agente iniciador mecanicista que converte em arrogância o que era petição de liberdade. (Micheletto, 2001b, p.128)

4.2.3 – Considerações finais

Finalmente, o que podemos supor, a partir do exposto até aqui, é que a) falar em controle não implica, no pensamento skinneriano, admitir a morte do sujeito ou a naturalização e defesa da opressão e b) falar em liberdade, não implica, no pensamento beauvoiriano, admitir a noção de ser humano autônomo, agente iniciador de seus comportamentos. Para cada um dos autores, esses conceitos assumem significações distintas. O controle que Beauvoir combate não é o controle que Skinner defende. Por certo, acreditamos que o controle tal qual definido pelo psicólogo americano está presente também na concepção de ser humano da filósofa francesa, inclusive na própria noção de liberdade que ela assume, na medida em que, como vimos, ela admite o papel de três histórias no condicionamento das ações e da subjetividade humana: a história individual, a história da espécie e a história da cultura. Um controle, destacamos, que nada tem a ver com o determinismo mecanicista, mas que é definido em termos probabilísticos.

Desse modo, assumimos que a Liberdade é aquilo que justamente destaca, no pensamento beauvoiriano, o papel da alteridade e da cultura na constituição do “eu”: a consciência e a liberdade não são algo que se sobreponha ao mundo. Ademais, defendemos que o conceito contém em si a noção de ambiguidade da filósofa ao dirigir sua concepção de ser humano como controlador e controlado a propósito de suas relações com o ambiente: porquanto é definida como ação e como dependente das relações que o ser humano estabelece com o outro e com o

mundo, a liberdade, no pensamento beauvoiriano, é aquilo que reafirma a ação como constituinte do ser humano, bem como o que reafirma a noção de que a ação humana necessariamente estará enraizada nas relações que o indivíduo estabelece com o mundo e com os outros.

Outrossim, como um valor ético fundamental, o conceito de liberdade é um conceito de apelo e implicação éticas e políticas. Diante disso, podemos nos arriscar a dizer que a definição do conceito contém em si uma prescrição moral. Ainda que a maioria dos estudiosos de Beauvoir insistam em que ela não prescreve valores morais, defendemos que ela o faz quando expõe sua noção de liberdade. Por certo, ela não se vale de verbos no imperativo, ou de qualificadores como “bom” ou “ruim”, tampouco não nos impele diretamente com frases como: “defenda a liberdade do outro, se você quiser ser livre”. Acontece que, principalmente diante do momento histórico em que ela vivia, a liberdade é algo exaltado e classificado como importante e bom dentro de praticamente todas as comunidades verbais ocidentais. Conforme Skinner (1971), “quase todos os seres vivos agem visando livrar-se de contatos prejudiciais”, o que o autor não atribui “a uma espécie de amor à liberdade”, mas à utilidade que comportamentos de libertar ou livrar-se provaram a propósito da “redução das várias ameaças ao indivíduo e, portanto, à espécie, no curso da sua evolução” (p.25). De fato, a definição de liberdade da filósofa francesa como ação de promover possibilidades de ação ao outro resulta em uma ilação cujo papel pode ser encarado como uma prescrição moral.

Retomemos: liberdade é ação de libertar, é ação cujos resultados promovem o aumento das possibilidades de ação de outros seres humanos. Aqui, portanto, ela nos diz que, se desejo alcançar minha liberdade, preciso agir em função de proporcionar liberdade ao outro: “Querer-se moral e querer-se livre é uma única e mesma decisão” (Beauvoir, 1947, p. 26). Com efeito, de algum modo, ela controla nosso comportamento de agir em função de abrir caminhos e

possibilidades para a ação do outro no mundo. Nisso vemos um exemplo daquilo que Skinner chama de controle do comportamento pelo ambiente, que identificamos também no pensamento dela: as palavras escritas por Beauvoir constituem um ambiente que pode aumentar a probabilidade de nos comportarmos para “libertar” o outro. E o que controlou o comportamento dela de escrevê-las? Ora, uma conjunção de fatores, ou melhor dizendo, de três histórias ambientais. Conforme aponta Skinner (1971), podemos supor que a liberdade nos é cara, em primeiro lugar, pelo próprio aspecto evolutivo. Além disso, a história da cultura a tornou uma preocupação ainda mais urgente com os eventos da Segunda Guerra.

Com efeito, podemos conjecturar que a história individual de Beauvoir, perpassada pelas outras duas histórias (de sua espécie e de sua cultura), constituem um conjunto de elementos que possivelmente aumentaram a probabilidade de que ela se dedicasse ao tema da liberdade e até mesmo que o fizesse com tanto afinco. Na mesma direção, essas três histórias controlam nossa reação ao comportamento verbal da filósofa. Em síntese: controlada pelo ambiente, Beauvoir emitiu respostas cujas consequências o modificaram. Ela controlou o mundo que a controlou. Aliás, ela ainda o controla. Suas ações ultrapassaram sua existência através de nós, os outros, que as tomamos como ponto de partida para agirmos sobre o mundo, para controlá-lo. E que nome ela daria a isso senão liberdade?

Defendemos, portanto, que é possível realizarmos uma aproximação entre os pensamentos dos dois autores a propósito da concepção de homem adotadas por cada um deles sem que esses dois conceitos apresentem obstáculos ou limitações. Ao contrário, acreditamos ser a partir da análise e compreensão do significado de liberdade no pensamento de Beauvoir e de controle no pensamento de Skinner que podemos falar com mais segurança da possibilidade de ecos da noção de ambiguidade da filósofa francesa na concepção de ser humano do psicólogo

americano. No mesmo sentido em que o conceito de liberdade implica inerentemente a ambiguidade como característica fundamental do ser humano para Beauvoir ao reafirmar a ação humana como relação sujeito-ambiente e negar tanto a noção de ambiente como agente iniciador, quanto a de ser humano autônomo, podemos dizer que o conceito de controle tem o mesmo papel no pensamento de Skinner. Como vimos, ao advogar pelo controle ambiental do comportamento, o psicólogo não pretende extinguir a noção de sujeito. Não pretende aderir a um modelo mecanicista que conceberia o ser humano com mero substrato material em que operariam forças externas, como uma vítima passiva do mundo. O ambiente não age como um simples detonador que determinaria um destino fixo e enrijecido para as ações humanas. Ao contrário, a característica fundamental do controle skinneriano é a reciprocidade, o que fica claro a partir do modelo de Seleção por Consequências e da noção de controle probabilístico que ela implica.

Com efeito, Skinner reafirma a ação e a coloca como prerrogativa essencial para o controle do ambiente: o ser humano precisa se comportar, precisa emitir respostas variadas que serão selecionadas mediante as consequências para o sujeito das modificações ambientais que sua própria ação produz no mundo. Diante disso, é-nos possível supor que a noção de ambiguidade, que articula e sustenta todo o pensamento de Beauvoir e que constitui a característica fundamental do ser humano para a autora, encontra ecos no pensamento de Skinner e, do mesmo modo, constitui a característica fundamental do ser humano para o autor. O indivíduo humano, para os dois autores, é produto do acaso e dono do seu destino. O sujeito skinneriano não é somente controlado pelo ambiente ou controlador de si mesmo. Ele controla o mundo que o controla.

Essa aparente contradição é fundante na concepção de ser humano do psicólogo e, como defendemos, orientada pela noção de ambiguidade beauvoiriana, não contamina as explicações

do autor para o comportamento humano. Ao contrário, é o que as orienta e o que as torna complexas e amplas, além de compatíveis com outras escolas de pensamento e outras formas de abordar a pergunta “o que é o ser humano?”. Ademais, defendemos que é justamente por ser ambígua que a concepção de ser humano de Skinner é compatível com as preocupações e itinerários políticos e morais, principalmente a propósito da análise, compreensão e formulação de estratégias de combate com relação às diversas formas de opressão. Mais ainda, o arcabouço teórico produzido por Skinner sobre as relações de controle entre os seres humanos e seus ambientes físicos e sociais não só nos fornece as bases para compreender a “ação de libertar” que Beauvoir descreve na sua definição para Liberdade, como pode orientar planejamentos e intervenções que visem estabelecer e fortalecer esses comportamentos nas culturas.

Referências Bibliográficas

- Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo? In M. Z. S. Brandao, F. C. S. Conte, F. S. Brandao, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, V. M. Silva & S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição* – vol.12 (pp. 52-61). Santo Andre: ESETec.
- Abib, J. A. D. (2009). Epistemologia Pluralizada. *Scientiæ Studia*, 7(2), 195 -208.
- Andery, M. A. P. A. (1990). *Uma tentativa de (re)construção do mundo: a ciência do comportamento como ferramenta de intervenção*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Abib, J. A. D (2016). Cenário de uma revolução psicológica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 27-39.
- Andery, M. A. P. A. (2001). O modelo de Seleção por Consequências e a subjetividade. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista (pp. 196-205). Santo André: ESETec.
- Andery, M. A. P. A. & Sérgio, T. M. A. P. (2001). Behaviorismo Radical e os determinantes do comportamento. In H. J.Guilhardi, M. B. B. Nadi, P. P.Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre o comportamento e cognição* – vol. 7: Expondo a variabilidade (pp. 159-163). Santo Andre: ESETec.
- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N. & Sérgio, M. T. A. P. (2002). O modelo de seleção por consequências a partir de textos de B. F. Skinner. In A. M. S. Teixeira, M. R. B. Assuncao, R. R. Starling & S. S. Castanheira (Orgs.), *Ciência do Comportamento: Conhecer e Avançar* – vol. 2 (pp. 152-163). Santo Andre: ESETec.

- Andery, M. A. P. A. & Sérgio, M. T. A. P. (2006). Comportamento Social. In H. J. Guilhardi & N. C. Aguirre (Orgs.), *Sobre o comportamento e cognição* – vol. 18: Expondo a variabilidade (pp. 124-132). Santo André: ESETec.
- Andery, M. A. P. A. & Sérgio, T. M. A. P. (2010). Comportamento Verbal. Em: T. M. A. P. Sérgio, M. A. P. A. Andery, P. S. Gioia & N. Micheletto (Orgs.) *Controle de estímulos e comportamento operante: uma (nova) introdução*. (pp. 127-151). São Paulo: EDUC.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. (M. T. A. Silva, M. A. Matos e G. Y. Tomanari. Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1999).
- Beauvoir, S. de. (2005). *Por uma moral da ambiguidade seguido de Pirro e Céneas*. (M. J. de Moraes. Trad.). Rio de Janeiro: Nova fronteira. (Trabalhos originais publicados respectivamente em 1947 e 1943).
- Beauvoir, S. de. (2016). *O segundo Sexo*. (S. Milliet. Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949).
- Beauvoir, S. de. (2016). *Os Mandarins*. (H. de Souza. Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1965).
- Beauvoir, S. de. (2021). *Balanço Final*. (R. Braga. Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1972).
- Beauvoir, S. de. (2018). *A força da idade*. (S. Milliet. Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1960).
- Beauvoir, S. de. (2018). *A força das coisas*. (M. H. F. Martins. Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1963).

- Bakewell, S. (2020). *No café existencialista*. (D. Bottman. Trad.) Rio de Janeiro: Objetiva.
(Trabalho original publicado em 2016)
- Bergoffen, D. (2009). Take the Beauvoir we Deserve. In C. Daigle & J. Golomb (Orgs.), *The riddle of influence*. (pp. 13-29). Bloomington: Indiana University Press.
- Candiani, H. M. (2018). *A tessitura da situação: a trama das opressões na obra de Simone de Beauvoir*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas.
- Cruz, R. N. & Cillo, E. N. P. (2008). Do mecanicismo ao selecionismo: Uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 375- 385.
- Daigle, C. (2006). The ambiguous ethics of Beauvoir. In C. Daigle (Ed.), *Existentialist thinkers and ethics*. (pp. 120-141). McGill-Queen's University Press: Montreal.
- Daigle, C. (2009). Where the influence fails. In C. Daigle & J. Golomb (Orgs.), *The riddle of influence*. (pp. 30-48). Bloomington: Indiana University Press.
- Daigle, C. & Landry, C. (2013). An analysis of Santre's and Beauvoir's views on transcendence. *PhaenEx*, 8(1), 91-121.
- Daigle, C. (2014). Pensando em Simone de Beauvoir... e para além de. (P. Sartori. Trad.) *Sapere Aude*, 5(9), 381-392. (Trabalho original publicado em 2012).
- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo Radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Dittrich, A. (2005). Subjetividade e cultura no Behaviorismo Radical. In H. J. Guilhardi & N. C. Aguirre (Orgs.), *Sobre o comportamento e cognição – vol. 15: Expondo a variabilidade* (pp. 39-45). Santo Andre: ESEtec.

- Dittrich, A. (2009). Uma defesa do determinismo no Comportamentalismo Radical. In R. C. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição* – vol. 23: Desafios, soluções e questionamentos (pp. 65-72). Santo André: ESETec.
- Fallon, D. (1992). An existential look at B. F. Skinner. *American Psychologist*, 47(11), 1433–1440.
- Heinemaa, S. (2006). Beauvoir's Phenomenology of Sexual Difference. In M. Simons (Ed.), *The philosophy of Simone de Beauvoir: critical essays*. (pp. 20-41). Bloomington: Indiana University Press.
- Hidalgo, M. (2017). Behaviorismo e fenomenologia? Notas sobre Merleau-Ponty e Skinner. In I. de O. Caminha & A. J. Abath (Eds.), *Merleau-Ponty e a psicologia* (pp. 161-172). São Paulo, SP: LiberArs.
- Holland, J. G. (1974). Are behavioral principles for revolutionaries? In F. S. Keller & E. R. Iñesta (Orgs.), *Behavior modification: Applications to education* (pp. 195-208). New York: Academic Press.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174.
- Kail, M. (2009). Beauvoir, Sartre and the Problem of Alterity. In C. Daigle & J. Golomb (Orgs.), *The riddle of influence*. (pp. 143-159). Bloomington: Indiana University Press.
- Kirkpatrick (2020). *Simone de Beauvoir: uma vida*. (M. Dolinsky. Trad.) São Paulo: Planeta do Brasil. (Trabalho original publicado em 2019).
- Kruks, S. (1987). Simone de Beauvoir and the limits to freedom. *Social Text*, 17, 111-112.
- Kruks, S. (1991). Simone de Beauvoir: teaching Sartre about freedom. In R. Aronson & A. van den Hoven (Eds.), *Sartre alive*. (pp. 285-300) Wayne State University Press: Detroit.

- Kruks, S. (1992). Simone de Beauvoir and contemporary feminism. *Sings*, 18(1), 89-110.
- Kruks, S. (2005). Simone de Beauvoir and the Politics of Privilege. *Hypatia*, 20(1), 178-205.
- Kruks, S. (2009). Constraint and Judgment in Beauvoir's "Moral Essays" and The Mandarins. In C. Daigle & J. Golomb (Orgs.), *The riddle of influence*. (pp. 160-179). Bloomington: Indiana University Press.
- Kvale, S. & Grenness, C. E. (1967), Skinner and Sartre: toward a radical phenomenology of behaviorism? *Review of Existential Psychology and Psychiatry*, 7, 128-150
- Laurenti, C. (2008). Determinismo, probabilidade e análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 16(2), 171-183.
- Laurenti, C. (2009a). *Determinismo e indeterminismo no Behaviorismo Radical*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Laurenti, C. (2009b). Criatividade, liberdade e dignidade: Impactos do darwinismo no behaviorismo radical. *Scientiæ Studia*, 7(2), 251-269.
- Laurenti, C. & Lopes, C. E. (2016). Da neutralidade na política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 6-10.
- Lopes, C. E (2006). *Behaviorismo Radical e subjetividade*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Pérez-Álvarez, M. & Sass, L. A. (2008). Phenomenology and Behaviorism: A Mutual Readjustment. *Philosophy, Psychiatry, & Psychology* 15(3), 199-210.
- Matos, M. A. (2001). O Behaviorismo Metodológico e suas relações com o mentalismo e o Behaviorismo Radical. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista (pp. 57-69). Santo André: ESEtec.

- Micheletto, N. (2001a). Bases Filosóficas do Behaviorismo Radical. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista (pp. 33-48). Santo André: ESETec.
- Micheletto, N. (2001b). Variação e seleção: as novas possibilidades de compreensão do comportamento humano. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista (pp. 116-129). Santo André: ESETec.
- Micheletto, N. (2001c). Há um lugar para o ambiente? In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista (pp. 251-260). Santo André: ESETec.
- Micheletto, N. (2001d). Behaviorismo e outros ismos. In R. R. Kerbavy & R. C. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição* - vol. 4. Psicologia Comportamental e Cognitiva: da reflexão teórica à diversidade na aplicação (pp. 3-12). Santo André: ESETec.
- Micheletto, N. (2016). Seleção por Consequências: desdobramentos para a noção de ciência de B. F. Skinner. *Interação Psicologia*, 20(3), 295-304.
- Moore, J. (2018). Seleção comportamental por consequências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(2), 48-56.
- Morf, M. E. (1998). Sartre, Skinner, and the compatibilist freedom to be authentically. *Behavior and Philosophy*, 26, 29-43.
- Neno, S., Carvalho Neto, M. B. & Tourinho, E. Z. (2004). A psicologia como campo de conhecimento e como profissão de ajuda. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 17-24.

- Pompermaier, H. M. (2017). *Sobre o conceito de comportamento em Skinner em MerleauPonty* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Reynolds, J. (2014). *Existencialismo*. (C. Souza. Trad.). Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 2006).
- Sánchez, C. (2017). *Simone de Beauvoir*. (F. Velosa. Trad.) Salvat do Brasil: São Paulo. (Trabalho original publicado em 2016).
- Santos, E. A. P, Garbelotti, C. S. & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 61-72.
- Santos, M. G. dos. (2012). Beauvoir: Paradoxos e Interlocuções Metodológicas. *Sapere Aude*, 7(6), 219-245.
- Sério, T. M. A. P. (2001a). A concepção de homem e a busca de autoconhecimento: onde está o problema? In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista (pp. 206-212). Santo André: ESETec.
- Sério, T. M. A. P. (2001b). O impacto do Behaviorismo Radical sobre a explicação do comportamento humano. In H. J.Guilhardi, M. B. B. Nadi, P. P.Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre o comportamento e cognição* – vol. 7: Expondo a variabilidade (pp. 164-172). Santo Andre: ESETec.
- Sério, T. M. A. P. (2005). O behaviorismo radical e a psicologia como ciência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(2), 247-262.
- Sidman, M. (2009). *Coerção e Suas implicações*. (M. A. Andery e T. M. Sério. trad.) Campinas: Editorial Psi. (Original publicado em 1989).

- Silva, E. C. & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New Jersey: Prentice-Hall. (Original publicado em 1945).
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978). Are we free to have a future? In *Reflections on behaviorism and society* (pp. 16-32). Nova Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504.
- Skinner, B. F. (1987). What is wrong in the western world? In *Upon further reflection* (pp. 15-33). Nova Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano*. (R. Azzi e J. C. Todorov, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (2002). *Sobre o behaviorismo*. (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).
- Tourinho, E. Z. (2001). Privacidade, comportamento e conceito de ambiente interno. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista* (pp. 213-225). Santo André: ESETEC.
- Tourinho, E. Z. (2001). Eventos privados em uma ciência do comportamento. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista* (pp. 172-184). Santo André: ESETEC.

Tourinho, E. Z. (2011). Notas sobre o Behaviorismo de Ontem e de Hoje. B. F. Skinner e a Inauguração da Análise do Comportamento. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 24(1), 186-194.